

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM LITERATURA BRASILEIRA  
DISSERTAÇÃO

CONFISSÕES NA IMPRENSA :  
Um novo momento da crônica em Nelson Rodrigues

Giuseppe Zani

Porto Alegre, 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM LITERATURA BRASILEIRA  
DISSERTAÇÃO

CONFISSÕES NA IMPRENSA :  
Um novo momento da crônica em Nelson Rodrigues

Giuseppe Zani

Orientador: Luís Augusto Fischer

Porto Alegre, 2004

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1. CONTEXTO HISTÓRICO .....</b>	<b>7</b>
1.1. A INDÚSTRIA NACIONAL.....	7
1.2. URBANIZAÇÃO.....	18
1.3. INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA .....	21
<b>2. MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA.....</b>	<b>28</b>
2.1. MUDANÇAS NA IMPRENSA BRASILEIRA .....	28
2.2. O AUTOR NA REDAÇÃO .....	34
<b>3. O PAPEL DA CRÔNICA NO RESGATE DO INDIVÍDUO .....</b>	<b>49</b>
3.1. CRÔNICA: GÊNERO INDEFINIDO .....	49
3.2. O INDIVÍDUO CONTRA A MASSA.....	56
3.3. NOVO MOMENTO DA CRÔNICA .....	68
3.4. ENTREVISTA IMAGINÁRIA.....	76
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>82</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>88</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho não começa aqui. Há um volume de 150 páginas na biblioteca da Faculdade de Comunicação da UFRGS que dá testemunho de um primeiro esforço de leitura das crônicas de Nelson Rodrigues. Quatro anos atrás, a partir de uma noção muito geral dos acontecimentos, tentei localizar no seu espaço e no seu tempo as crônicas do autor de forma a resgatar a verdadeira dimensão do que ele escreveu e do que se escreveu a respeito dele, principalmente no que diz respeito à pecha de reacionário.

Por conta da insuficiência de informações a respeito da história do meu país e, principalmente, da forma mecânica pela qual me articulei naquele trabalho, percebo que incorri em inúmeros equívocos, em especial este: querer sistematizar meu objeto a partir de uma perspectiva exterior. No caso, digamos, “enformar” o que eu conseguia divisar nas suas crônicas a partir da parca perspectiva histórica que eu dispunha.

Muitas leituras depois, estou aqui procurando realizar o caminho inverso, sistematizar a análise a partir do objeto. Procurar naquilo que está cifrado no miúdo da crônica uma forma de alargar o entendimento do momento a que ela se refere. Quando da defesa da monografia, o professor Paulo Seben sugerira a inclusão de notas explicativas para elucidar situações específicas da época que o autor aborda. Sem querer fazer uma abordagem parentética, boa parte do que vai de historiografia nesse trabalho deriva do apreço pelo detalhe da literatura memorialística de autores como: Paulo Francis (“Trinta Anos Esta Noite”), Samuel Wainer (“Minha Razão de Viver”), Fernando Gabeira (“O que é isso, companheiro?”), Fernando Morais (“Chatô, o Rei do Brasil”), Carlos Heitor Cony (“O Ato e o Fato” e “Quase Memória”) e Ruy Castro (“O Anjo Pornográfico”) que, como Cony comenta na introdução de “Quase Memória”, são depoimentos que oscilam entre a crônica, a reportagem e, até mesmo, a ficção e me permitiram articular as informações gerais dos manuais de História a partir da perspectiva do indivíduo.

De certa forma, Nelson Rodrigues opera no mesmo sentido através da crônica. Ele já escrevia regularmente crônicas sobre temas amenos como cultura e, principalmente, futebol para veículos como “Revista Manchete”, “Manchete Esportiva”, “Jornal dos Sports”, “O Globo”, entre outros (grande parte desta produção foi reunida por Ruy Castro nos volumes de

crônicas sobre futebol “A pátria em chuteiras” e “À sombra das chuteiras imortais”, além de uma seleção de crônicas inéditas sobre cultura em “O remador de Ben-Hur”). Mas é a partir de suas memórias, publicadas em 1967 pelo jornal “Correio da Manhã” (posteriormente reunidas no livro “A menina sem estrela”) e, mais tarde em “O Globo”, sob a rubrica de confissões (publicadas em “O óbvio ululante”, “A cabra vadia” e “O reacionário”), que ele define o seu estilo. Misturando o comentário do cotidiano com suas memórias pessoais, ele aferia os fatos a partir de sua experiência pessoal.

Assim, desde o primeiro momento o leitor percebe uma arenga que perpassa quase todas as crônicas, denunciando a passagem do tempo. Mais precisamente, o fim do Rio de Janeiro do início do século XX, que representa a infância do cronista e que está definido por uma série de referências temporais, como: a cidade anterior à gripe espanhola e à Vacina Obrigatória, dos lampiões e da febre amarela, contemporâneo da primeira Batalha do Marne, de Mata-Hari e do bigode do Kaiser, da primeira audição do Danúbio Azul no último Baile da Ilha Fiscal, do assassinato de Pinheiro Machado, de Rio Branco e Rui Barbosa, dos velhos septuagenários e dos veteranos da Guerra do Paraguai. No seu lugar, o cronista vê emergir um Rio de Janeiro massificado e impessoal, cuja população salta dos 811.443 habitantes, em 1900, para 3.307.163 em 1960. Uma cidade que aos poucos vai perdendo a primazia econômica para São Paulo e a condição de Capital Federal para Brasília.

Nesse sentido, algumas das referências que o cronista oferece, como o assassinato de Pinheiro Machado (1915) ou a Gripe Espanhola (1918) ou a Primeira Batalha do Marne (1914), parecem apontar para um momento de transição entre o antigo e o novo Rio de Janeiro. No entanto, para a historiografia brasileira, o marco talvez seja o ano de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, a conseqüente queda dos preços internacionais do café e a desarticulação da política “café com leite”, possibilitando o cenário propício para a Revolução de 1930 e, com ela, a modernização do país através do desenvolvimento da indústria nacional.

De forma que o trabalho se divide em três partes. O primeiro capítulo, chamado “Contexto Histórico”, em que se tenta definir em termos gerais como se dá o desenvolvimento da indústria brasileira apenas no estrito objetivo de demonstrar como esse processo determina o fenômeno de urbanização do país, a conformação de uma sociedade de massas, e de que forma as novas organizações produtivas vão afetar as relações pessoais e de trabalho.

A segunda parte, “Modernização na Imprensa”, visa explicar como a imprensa interioriza os critérios de racionalização do trabalho da indústria tanto na forma de dividir o

trabalho e organizar a produção de notícias, como nas mudanças de estilo, motivadas pela adoção do modelo de imprensa norte-americana, baseado na impessoalidade dos textos e na apresentação objetiva dos fatos. Nesse sentido, apresenta-se também o argumento de Nelson Rodrigues, segundo o qual a linguagem estéril da imprensa objetiva esvazia os fatos da sua real dimensão, embotando a sensibilidade do leitor. Além da percepção do cronista de como o jornalismo impessoal, da forma como era praticado, servia para reforçar os efeitos da sociedade de massa.

Na terceira seção, “A crônica no resgate do indivíduo”, procura-se traçar um painel de como o gênero foi se aclimatando por meio da imprensa no Brasil até o momento em questão. Dentro do contexto, também mostra como a crônica se transforma, na imprensa objetiva, no derradeiro espaço da subjetividade. Em seguida, aponta para o modo como os cronistas usam esse espaço na defesa da condição humana perante os critérios de racionalização produtiva que regem o cotidiano massificado dos indivíduos. Por fim, interessa mostrar como Nelson Rodrigues aproveita o caráter híbrido do gênero para criar mecanismos de confissão como forma de resgatar o indivíduo de sua condição massificada.

# 1. CONTEXTO HISTÓRICO

## 1.1. A INDÚSTRIA NACIONAL

Pode parecer estranho dedicar um capítulo inteiro a falar sobre industrialização numa dissertação sobre literatura. No entanto, quero esclarecer que só pretendo abordar o tema no estrito limite em que esse processo transforma determinadas configurações sociais. No caso desse trabalho, especialmente no que tange a crescente urbanização e as mudanças nas relações de trabalho.

Assim, interessa-me quando Paul Singer afirma que a industrialização surge como consequência secundária da reorganização capitalista da cafeicultura, porque fala de um processo que encontra seus primórdios na promulgação da “Lei de Terras” e na supressão de fato da importação de escravos (ambos em 1850). Duas medidas que prepararam as condições para o trabalho livre ou assalariado. Em particular, a “Lei de Terras”, porque ao regular a destinação das terras devolutas (isto é: de domínio público ou ociosas), das terras concedidas em sesmaria mas não aproveitadas, e das áreas ocupadas por simples posse “mansa e pacífica”, transformava a terra em propriedade privada. O trabalhador via-se desprovido de seu meio de sobrevivência, sendo obrigado a vender sua força de trabalho para, com o salário recebido, comprar seus próprios meios de sustento no mercado<sup>1</sup>.

Até então, a economia do país orientava-se pela produção para o mercado externo, realizada com base no trabalho escravo, em fazendas que se constituíam em centros relativamente auto-suficientes no que diz respeito ao consumo de seus escravos e agregados. O consumo de artigos industrializados ainda era um privilégio da classe senhorial e da minúscula classe média urbana, que os obtinha importado.

Isso, no entanto, não impediu o surgimento da indústria. Conforme dados de Bóris Fausto: em 1866, o país já possuía nove fábricas — cinco delas na Bahia — de tecido de algodão de baixa qualidade que eram usados pelos pobres e pelos escravos. Em 1885, o núcleo se transfere para o Centro-Sul, tendo Minas Gerais o maior número de unidades fabris. Só perdia em importância para o Distrito Federal que, à exceção da agroindústria, concentrava 57% do capital industrial brasileiro. Era no Rio

---

<sup>1</sup> SCHIFFER, apud DEAK: p. 11

de Janeiro que se acumulavam os capitais provenientes da empresa agrícola e dos negócios do comércio exterior, de forma que os grandes bancos (que tinham ali a sua sede) tinham condições de financiar outras atividades. Além disso, o mercado de consumo incluía não apenas o Distrito Federal, mas toda a região ligada a ele pelas ferrovias<sup>2</sup>.

Já o surto industrial de São Paulo tem suas origens no desenvolvimento do cultivo do café. Segundo Bresser Pereira<sup>3</sup>, o café foi a primeira cultura a aplicar o trabalho assalariado em larga escala. Aproveitava-se da mão-de-obra de centenas de milhares de imigrantes que passaram a vir da Itália e da península ibérica com passagens pagas pelo governo brasileiro a partir de 1885. Como o volume de imigrantes superara de longe a demanda de força de trabalho, os cafeicultores aproveitavam para manter os salários bastante baixos<sup>4</sup>. Mesmo assim, o mercado de consumo interno se expandia. Não eram apenas os colonos do café, mas todos os empregados urbanos vinculados ao complexo cafeeiro (ferroviários, ensacadores, portuários, empregados das casas de comércio e dos bancos) que constituíam o novo mercado para os produtos manufaturados. Além disso, os investimentos em estradas de ferro para o escoamento da produção e o desenvolvimento do comércio de exportação e importação funcionavam numa via de mão dupla, contribuindo para desenvolver um sistema de distribuição dos manufaturados que, ao mesmo tempo, ampliava e integrava esse mercado. Por último, como as máquinas industriais eram importadas, era a exportação do café que fornecia os recursos em moeda estrangeira para pagá-las.

Singer argumenta que em teoria esse mercado interno poderia ser abastecido pela importação. Mas que no caso dos artigos de menor valor, que eram os consumidos pela nova massa de assalariados, o custo do transporte encarecia demais o produto, oferecendo uma margem de segurança à produção local. Com o início da República (1890) essa margem foi ampliada pela elevação das tarifas aduaneiras, que visava aumentar a receita fiscal do Estado. No entanto, o impulso decisivo à industrialização veio com a Primeira Guerra Mundial quando, devido aos impedimentos do comércio internacional, diversos ramos da indústria leve<sup>5</sup>, em

---

<sup>2</sup> FAUSTO: p. 286

<sup>3</sup> PEREIRA: p. 28

<sup>4</sup> SINGER: p. 212

<sup>5</sup> Indústria leve, indústria de transformação ou indústria de consumo: a que se dedica à produção de alimentos, vestuários, utensílios domésticos.

especial a têxtil, puderam se desenvolver através da substituição de importações. Para se ter uma idéia, a indústria nacional por essa época já respondia por cerca de 80% dos tecidos consumidos no país, o que indica também uma melhoria na sua qualidade.

Quando se fala em industrialização por substituição, explica Singer, está se tratando da forma específica pela qual países retardatários iniciam a sua produção industrial. A substituição pode ocorrer pela reorganização de ramos manufatureiros preexistentes, introduzindo mudanças de processo que permitem alcançar produtividade mais elevada através do uso da máquina. No caso brasileiro, em especial, ocorreu a substituição de importações, isto é, a implantação de ramos antes inexistentes, nos quais se fabricam produtos até então importados de países mais desenvolvidos. Para o autor, este modelo “se volta para o mercado urbano já inserido na economia capitalista, cuja expansão depende, no período sob análise, do dinamismo” do setor agroexportador.

Esse modelo condicionava não apenas o crescimento do mercado consumidor, como também a expansão industrial do país. Bóris Fausto trata disso quando compara “esse relativo avanço na produção industrial”, ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial, com a “profunda carência de uma indústria de base<sup>6</sup> (cimento, ferro, aço, máquinas e equipamentos)”. De forma a deixar claro como boa parte daquele surto industrial dependia de importações (ou seja, dependia das divisas geradas pela exportação dos produtos agrícolas). Tanto assim que no pós-guerra surgem as primeiras tentativas de superar os limites da expansão industrial como a Siderúrgica Belgo-Mineira (1924) e a Companhia de Cimento Portland (São Paulo, 1926).

Entretanto, até 1930 a substituição de importações se limitou aos ramos em que os custos de transporte e alfandegário representavam margem de proteção suficiente para garantir a competitividade do produto nacional. Para ampliar o leque de sua produção industrial, o Brasil teria que adotar uma política crescentemente protecionista. No entanto, “a oligarquia cafeicultora, que detinha a hegemonia política, dava prioridade à produção para o mercado externo e temia que uma política protecionista muito pronunciada ocasionasse discriminações, em represália, contra as mercadorias brasileiras nos países industrializados”<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> indústria de base ou indústria pesada: a que se dedica à produção de máquinas e ferramentas pesadas, à siderurgia e metalurgia, à indústria química, à produção de eletricidade.

<sup>7</sup> SINGER: p. 215

Totalmente dependente do mercado externo, o país sofreu diretamente as conseqüências da quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929. As relações de troca entre os países despencaram bruscamente, e o Brasil viu-se numa situação especialmente vulnerável porque se encontrava, desde 1928, em superprodução. Havia uma política de defesa do preço do café que “estimulou enormemente o plantio na década dos anos 20, o que não só agravou as conseqüências da redução da procura no mercado mundial, mas lhe prolongou os efeitos”<sup>8</sup>.

Paradoxalmente, é na defesa da cafeicultura que o Estado vai incentivar a industrialização. De acordo com a análise de Bresser Pereira, para compensar a queda do preço internacional do café, que chegou a atingir 60%, o governo desvaloriza a moeda em até 40%. Assim, “o grosso das perdas poderia, portanto, ser transferido para o conjunto da coletividade através da alta dos preços das importações”<sup>9</sup>. No entanto, ao perceber que, mesmo baixando os preços, os produtores continuariam a produzir e colher café até o ponto que o custo da atividade superasse o preço do café, o governo começou a comprar os excedentes para destruição. Por trás do aparente absurdo, o Estado procurava defender — não apenas a economia cafeeira, mas principalmente — o nível de emprego na economia exportadora e nos setores produtores ligados ao mercado interno. De forma que os preços dos produtos importados subiram a patamares proibitivos. Entre 1929-1934, a desvalorização do cruzeiro (ou mil-réis) em relação à libra esterlina chegou a quase 50%. Enquanto que, no mesmo período, os preços internos tiveram um queda de aproximadamente 7%, proporcionando grandes oportunidades para investimentos no setor industrial. Até porque:

*“As fábricas geralmente começavam como oficinas. O pequeno capital necessário era na maioria das vezes levantado entre os membros da própria família. Com o reinvestimento dos lucros, porém, logo se expandiam. Dedicando-se inicialmente a indústrias de bens de consumo que exigiam equipamentos simples (indústria alimentícia, indústria de artigos de higiene e limpeza, perfumaria, indústria farmacêutica, indústria metalúrgica ligeira, etc.) muitos desses equipamentos já podiam ser fabricados no Brasil. Dessa forma, em 35 a produção industrial brasileira já era 27 por cento maior do que a de 1929 e 90 por cento maior do que a de 1925. Entre 20 e 29 foram criados 4.697 estabelecimentos industriais contra 12.232 no decênio seguinte”<sup>10</sup>.*

---

<sup>8</sup> SINGER: p. 216

<sup>9</sup> FURTADO, apud PEREIRA: p. 32

A vulnerabilidade do modelo agroexportador, chamou a atenção para a necessidade de desenvolvimento de um mercado interno. O primeiro passo nesse sentido, seria integrá-lo. Porém, até então a maior parte da malha ferroviária existente era fruto dos investimentos em infra-estrutura realizados pelo capital estrangeiro. Eram inúmeras redes regionais que serviam basicamente à produção para o mercado externo, ligando regiões produtoras a portos de embarque. Praticamente não havia interligação entre sistemas, e, quando ocorria, a diferença de bitolas exigia o transbordo da carga, encarecendo o transporte.

Nesse contexto, o transporte rodoviário desenvolve-se extraordinariamente e passa a substituir as ferrovias como principal meio de transporte terrestre. A rede de ferrovias cresce de 31.851,2 km em 1928 para 34.206,6 km em 1938 e para 37.092 em 1955, enquanto a extensão das rodovias passa de 113.570 km em 1928 para 258.390 km em 1939 e para 459.714 em 1955. A diferença baseia-se no fato de que a construção de rodovias é muito mais barata que a de ferrovias. A estrada pode não passar inicialmente de uma trilha que se alarga com a passagem de caminhões e ônibus, para só depois ser pavimentada, quando seu uso não apenas justifica como gera recursos para isso. Enquanto que a estrada de ferro precisa ser construída de modo integral, exigindo recursos mais vultuosos num prazo de tempo menor. Também o material rodante deixa de recair sobre uma empresa apenas para ser adquirido por inúmeros capitais individuais. A frota de caminhões, por exemplo, salta de 54.842 (1937) para 109.210 (1947) e para 210.244 (1951)<sup>11</sup>.

O transporte rodoviário tornou os produtos industriais acessíveis a uma vasta população. Mas, para que disso resultasse uma ampliação do mercado, era preciso que essas pessoas adquirissem poder aquisitivo para consumir aqueles produtos. “Para tanto, era necessário integrar essa população na economia de mercado especializando-a na produção para o mercado nacional. E, efetivamente, foi o que se deu. A industrialização, neste período, induziu à urbanização de boa parte da população do país, ampliando desta forma a demanda urbana por alimentos”<sup>12</sup>. Exemplo disso é o significativo aumento da participação no valor da produção das lavouras de produtos voltados para o mercado interno, como arroz, feijão, açúcar, mandioca, milho e trigo. Segundo Bóris Fausto, entre 1925-1929 esses produtos não representavam mais de

---

<sup>10</sup> PEREIRA: p. 35

<sup>11</sup> Dados em SINGER: p. 219

<sup>12</sup> IBIDEM

36% enquanto que no período de 1939-1943, eles significam 48,3% do valor produzido pelas lavouras no país<sup>13</sup>. Ao analisar o período de 1938-1955<sup>14</sup>, Singer ressaltava que o aumento das produções de arroz (144%), batata-inglesa (123%), mandioca (137%) e feijão (73%) supera em muito o crescimento populacional (cerca de 52%), aproximando-se mais dos índices de população urbana. Para ele, não se tratava de mera substituição de importações (que ocorrera durante a Primeira Guerra Mundial), mas de um aumento da demanda comercial de alimentos. Isto demonstra que, além de aumentar o consumo de produtos manufaturados, a ampliação do mercado interno demandava a produção em massa de produtos agrícolas, e conseqüentemente, o início da utilização de técnicas industriais no campo. Por outro lado, esta ampliação do mercado interno revela, mais do que uma política voltada para a indústria, a substituição no poder de uma oligarquia agroexportadora por “uma coligação de capitais agrícolas e industriais ligados ao Setor de Mercado Interno”<sup>15</sup>, como consequência da Revolução de 1930.

Assim, apesar da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (em 1931), pouco se fez pela indústria nacional, além da expansão de um mercado interno protegido pela política cambial adotada desde a crise de 1929, que onerava significativamente o produto importado, estimulando a substituição dessas importações. Era de se esperar que com o início da Segunda Guerra Mundial esse processo ganhasse novo impulso. No entanto, embora o Governo fixasse o câmbio, mantendo a renda do setor cafeeiro e, por tabela, a procura no mercado interno, reproduzindo as condições dos anos 1930, o desenvolvimento industrial brasileiro sofreu uma redução. De acordo com Bresser Pereira, no quinquênio anterior à guerra, “a produção industrial brasileira crescerá 43%, entre 40 e 44 aumenta em apenas 30%. Se considerarmos também 45, teremos um crescimento de 37% durante a guerra contra 49% nos seis anos anteriores”. Essa redução se explica pela dependência do país da importação de equipamentos. A produção nacional de bens de capital<sup>16</sup> era inexpressiva e devido à guerra, os países desenvolvidos reduziram não apenas a exportação de manufaturados, como também de equipamentos industriais. De modo que, o crescimento da produção industrial brasileira se viu limitado pela falta de infraestrutura. Os poucos segmentos que conseguiram elevar seus índices, se beneficiaram

---

<sup>13</sup> FAUSTO: p. 392

<sup>14</sup> SINGER: p. 220

<sup>15</sup> IBIDEM: p. 216-217

da utilização da capacidade ociosa de suas fábricas, como é o caso da indústria têxtil que entre 1940-1943 aumentou sua produção em 59% — suas máquinas trabalhavam em média mais de 14 horas diárias<sup>17</sup>.

Em 1945, o país contava com grandes saldos cambiais estrangeiros que se acumularam devido à drástica redução de importações durante a Segunda Guerra. No entanto, o fim do conflito coincide com a queda de Getúlio Vargas e o Governo provisório que assume aposta numa política de câmbio liberal, sem qualquer discriminação em relação às importações. Apesar do escoamento de divisas, também ocorre nesse período o necessário reequipamento da indústria nacional. Mas já em 1947, o Governo Dutra adota “um sistema de controle das importações rígido, através de um sistema de prioridades, ao mesmo tempo que mantinha fixa a taxa do dólar”. Por meio desse artifício, facilitava-se a importação de equipamentos e matérias-primas, enquanto que os bens de consumo, além de dependerem de licenças especiais, tinham sua importação dificultada devido à sua baixa prioridade. — Além de controlar as importações, o Governo, ao invés de beneficiar os exportadores, em especial os exportadores de café, confiscava parte dos seus lucros, redirecionando-os para o setor industrial. — Esse modelo (à exceção do confisco) ainda sofre algumas mudanças, com a criação de leilões de câmbio com várias categorias de importação, mas de um modo geral sobrevive até o final dos anos cinquenta como instrumento de proteção e incentivo à indústria nacional. No entanto, esses subterfúgios cambiais revelam mais uma vez a grande dependência que a economia brasileira mantinha com o mercado internacional.

Certo que o país não se limitava mais à condição agroexportadora. A produção industrial já respondia por 43% do produto físico nacional (censo de 1940). Entre 1919 e 1939<sup>18</sup> a indústria de base praticamente dobrara a sua participação no total do valor adicionado<sup>19</sup> da indústria. As indústrias tradicionais (vestuário, calçados, alimentos, bebidas, fumo, mobiliário, etc.) diminuíram sua participação de 72%, no início do período, para 60%, enquanto que as indústrias química e farmacêutica (incluindo perfumaria, sabões e velas) triplicaram sua participação. Quer dizer, a indústria ia se tornando cada vez mais diversificada e capaz de sustentar avanços

---

<sup>16</sup> Bens de capital ou bens de produção: máquinas e equipamentos.

<sup>17</sup> PEREIRA: p. 36

<sup>18</sup> FAUSTO: p. 393

<sup>19</sup> Valor adicionado: representa a diferença entre o valor da matéria-prima e o valor final do produto, resultante do processo industrial.

posteriores. Mas a falta de investimentos em setores de infra-estrutura estrangulava o seu crescimento.

Historicamente, desde o final do Império que os principais investimentos em infra-estrutura foram feitos pelo capital estrangeiro. Em geral destinavam-se ao escoamento da produção agrícola de exportação, como no caso das ferrovias ou dos empréstimos para estrutura portuária, além de empresas de geração e distribuição de energia. Bóris Fausto cita o exemplo da Light, empresa canadense que atuou em São Paulo e na capital da República. Na primeira, ela desbancou “uma empresa local de transporte por bondes e assumiu também o controle do fornecimento e distribuição de energia elétrica. O surto de industrialização da cidade esteve estreitamente associado a seus investimentos”<sup>20</sup>. No entanto, as condições de infra-estrutura que permitiriam dar continuidade ao processo de substituição de importações em 1940, dependiam de investimentos de maior risco, conforme explica Lidia Goldenstein:

*“O problema das industrializações tardias é o de copiar uma estrutura produtiva resultante da Segunda Revolução Industrial<sup>21</sup>, que tem como base a indústria pesada que não pode ser implantada passo a passo, como foi o caso das indústrias mais leves. A indústria pesada tem de ser implantada em bloco, com uma escala mínima e um determinado padrão tecnológico, obrigando à realização de vultuosos investimentos simultâneos. Esta interdependência dos investimentos, além do problema da escala mínima e da concentração de capitais requerida, gera um grau de incerteza dificilmente bancado pelo cálculo privado.”<sup>22</sup>*

De forma que restou ao Estado encampar ele mesmo tais investimentos através da criação de empresas estatais. A primeira delas surge durante a Segunda Guerra. Ainda em 1938, Vargas criara a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico. Mas foi ao negociar a posição do Brasil na guerra, em 1940, que se garantiu o empréstimo de US\$ 20 milhões para a construção da Usina de Volta Redonda em troca da concessão para uma base aérea norte-americana em Natal. O Governo brasileiro investiria mais US\$ 25 milhões e, no ano seguinte, criaria a Companhia Siderúrgica Nacional, empresa de economia mista responsável pelo controle da usina. Em 1943, os EUA fornecem novo empréstimo e, três anos depois, Volta Redonda entra em atividade. A

---

<sup>20</sup> FAUSTO: p. 294

<sup>21</sup> Segunda Revolução Industrial: surge com o advento de inovações técnicas, tais como a utilização industrial da energia elétrica, o motor de combustão interna e uma série de novos produtos, dos quais o mais importante é o automóvel. O progresso no domínio de novas formas de energia traz consigo mudanças para o sistema de produção, como a linha de montagem e outras as medidas de racionalização do trabalho.

expansão dos serviços de transporte e a instalação de uma indústria pesada dependiam da ampliação e da diversificação da produção de aço. Prova disso é que ainda durante a guerra o Governo cria a Fábrica Nacional de Motores, primeira empresa brasileira a fabricar veículos, ao contrário das outras que se limitavam a montá-los.

Assim, a implantação de uma infra-estrutura que viabilizasse o desenvolvimento da indústria nacional, se dá através da criação de grandes empresas estatais. Um projeto que se inicia com a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, e se acelera na década de 1950 com a criação Petrobras, a Eletrobrás, Telebrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), diretamente orientado para acelerar o processo de diversificação industrial.

Até então, a dinâmica industrial do país dependera da substituição de importações e da expansão do mercado interno. Essas diretrizes seriam aprofundadas durante o Governo de Juscelino Kubitschek. No entanto, diferente de Getúlio Vargas, JK não conseguiria amparar o crescimento da indústria através do capital estatal. Segundo Bóris Fausto, enquanto o último governo Vargas, devido ao aumento das exportações durante a Guerra da Coreia (1950-1953), pôde fazer uso do confisco cambial para incentivar a industrialização, JK assumiu a presidência num contexto desfavorável, do ponto de vista do comércio exterior. Além da crise nos preços do café (ainda principal fonte de divisas estrangeiras), os países europeus que terminavam de se recuperar economicamente da Segunda Guerra foram criando uma série de proteções alfandegárias até criar a Comunidade Econômica Européia (CEE), através da assinatura do tratado de Roma, em 1957. A CEE visava dificultar principalmente as exportações dos EUA, favorecendo as vendas provenientes de indústrias localizadas nos países membros. Segundo Pedro Malan, essas condições estimularam “maciços investimentos norte-americanos na Europa, a partir de meados dos anos 50”<sup>23</sup>. É nesse período que se multiplicam as multinacionais. Quando devido a vantagens comparativas, explica Singer, se “torna possível alocar internacionalmente determinadas linhas de produção, de modo a minimizar os custos e ao mesmo tempo explorar ao máximo as vantagens decorrentes das posições oligopólicas nos mercados”<sup>24</sup> de certos países.

---

<sup>22</sup> GOLDENSTEIN: p. 213

<sup>23</sup> MALAN: p. 83

<sup>24</sup> SINGER: p. 230

Atento ao momento, JK estimulou as inversões estrangeiras no país através da Instrução 113 da Sumoc<sup>25</sup>, baixada ainda no governo provisório de Café Filho. Ela “autorizava as empresas a importar equipamentos estrangeiros sem cobertura cambial, ou seja, sem depositar moeda estrangeira para pagamento dessas importações”<sup>26</sup>. A única condição era possuir, no exterior, esses equipamentos ou ter como pagá-los, o que de imediato favorecia as empresas estrangeiras. Para se ter uma idéia, conforme Malan, dos US\$ 565 milhões de capital de risco que ingressaram no país entre 1955-1960, cerca de US\$ 401 milhões entraram através da Instrução 113 da Sumoc. Já em fins de 1956, um estudo do Departamento de Comércio dos EUA aponta o Brasil como um dos maiores receptores de capital de risco norte-americanos na indústria manufatureira, ficando atrás apenas do Canadá e da Inglaterra.

Boa parte desses investimentos foram direcionados para a instalação da indústria automobilística no país. De certa forma, o automóvel foi usado como vetor do crescimento industrial brasileiro durante o Governo JK. Não apenas pelo impulso que deu a setores da indústria diretamente relacionados a ele, como a química (principalmente, no que tange o refino de petróleo), a metalúrgica, a de borracha, a de autopeças, etc. Mas porque ajudou a dinamizar alguns daqueles objetivos do Estado na sustentação do crescimento industrial. Se durante os governos Vargas se chamou a atenção para a necessidade da integração nacional como forma de ampliar o mercado interno, o advento da “civilização do automóvel” no Governo JK tornou imprescindível a integração rodoviária do território nacional. Ao transferir a Capital Federal para o centro-oeste, Juscelino empreendeu o esforço decisivo para o que chamou de “marcha para o oeste”. Segundo o presidente, Brasília não poderia se isolar no planalto central, era preciso rasgar “um cruzeiro de estradas” dos quatro pontos cardeais ao centro do novo Distrito Federal. Assim, entre “1955-1961, foram construídos 13.169 km de rodovias federais e pavimentados 7.215 km. Só nos dois primeiros anos do governo, a rede pavimentada expandiu-se em 300%”<sup>27, 28</sup>.

Em 1960, ao final do seu governo, quatro multinacionais (Willys Overland, Ford, Volkswagen e General Motors) dos maiores fabricantes de veículos do mundo

---

<sup>25</sup> Sumoc: Superintendência da Moeda e do Crédito. Criada em 1945, durante o Governo Dutra, foi a organização precursora do Banco Central Brasileiro.

<sup>26</sup> FAUSTO: p. 427

<sup>27</sup> NOSSO SÉCULO, 1945/1960, v. II: p. 94.

<sup>28</sup> Singer é mais incisivo e diz que até meados dos anos 1950 a integração não ia além da metade sul do país, e que nordeste e centro-oeste só foram efetivamente integrados ao mercado nacional após esta expansão rodoviária.

já estavam instaladas no país. A produção de caminhões e ônibus no país passara de 19.855 unidades em 1957 para 51.325 em 1960. E a fabricação de automóveis, que começara apenas em 1958, com 2.189 unidades, já atingia 37.843 em 1960<sup>29</sup>. Números suficientes, segundo Bóris Fausto, para abastecer a demanda brasileira. No entanto, mais do que fornecer essa autonomia para o setor dos transportes, explica Bresser Pereira, foi nesse período de cinco anos que se consolidou “o desenvolvimento industrial brasileiro”. O crescimento acelerado teria acabado com “as dúvidas de caráter fundamentalmente ideológico quanto às possibilidades de industrialização do Brasil”<sup>30</sup>, principalmente porque, além do país conseguir um relativo grau de auto-suficiência global (devido ao baixo coeficiente de importações), agora ele começava a ganhar independência num setor fundamental: o da produção de equipamentos. Em outras palavras, o advento da indústria do automóvel consolidava a transformação da estrutura produtiva do país que, apesar das características de industrialização tardia (conforme o argumento de Lidia Goldenstein), conquistava naquele momento aquela série de inovações técnicas decorrentes da Segunda Revolução Industrial.

O modelo de desenvolvimento dos anos JK, definido por Bóris Fausto no tripé Estado, empresa privada nacional e capital estrangeiro com ênfase na industrialização, ainda iria orientar “os rumos da política econômica realizada, em outro contexto, pelos governos militares após 1964”<sup>31</sup>. A diferença é que, a partir de 1968, com o mercado nacional completamente integrado, as possibilidades de substituição de importações começavam a se esgotar<sup>32</sup>. Era preciso encontrar uma forma de expandir o mercado. Até então o processo de industrialização estivera voltado para abastecer o mercado interno. Nunca se pensou que o produto manufaturado nacional pudesse competir com o similar estrangeiro sem a proteção cambial do Estado. Os militares entenderam que, no estágio em que se encontrava, o potencial industrial brasileiro estava sendo subestimado e, em 1964, iniciam “uma campanha de exportação não apenas para explorar as enormes reservas naturais do país e vender produtos agrícolas como para promover os bens manufaturados”<sup>33</sup>, através de incentivos fiscais e creditícios. No plano interno, o crescimento econômico é comandado cada vez mais

---

<sup>29</sup> Dados em SINGER: p. 225.

<sup>30</sup> PEREIRA: p. 51

<sup>31</sup> FAUSTO: p. 427.

<sup>32</sup> SINGER: p. 230.

<sup>33</sup> FAUSTO: p. 472.

pela introdução de novos produtos, ou seja, pela diversificação do consumo das camadas de maior poder aquisitivo”<sup>34</sup>. De forma que, devido às facilidades criadas para a obtenção de crédito pessoal, aumentam consideravelmente as vendas de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis) por volta de 1970. Redes de supermercados e *shopping centers* disseminam-se pelo país. Para se ter uma idéia, “cerca de 80% das famílias urbanas passam a dispor de rádio, geladeira, fogão, ferro de passar roupa, televisão, liquidificador, etc.”<sup>35</sup>. Por trás dessa enxurrada de novos produtos começa a se consolidar um estilo de vida urbano, baseado no consumo.

No entanto, mais profunda é a mudança de valores que acompanha o processo de industrialização apresentado até aqui. Bresser Pereira caracteriza-o como a transição de uma sociedade agrária e oligárquica para uma contingência urbana e industrial que se percebe “quando os critérios racionais começam a superar os tradicionais, (...) quando as relações impessoais e burocráticas começam a substituir as de caráter pessoal e patrimonial, (...) quando a produtividade e a eficiência se transformam em objetivos básicos”<sup>36</sup>. Nelson Rodrigues (1912-1980) viveu essa passagem, e é através do contraste entre esses dois mundos — do Brasil moderno, urbano e industrial e do país evocado pela memória da sua infância, anterior a 1930 — que ele vai definir a natureza das suas crônicas.

## 1.2. URBANIZAÇÃO

Um aspecto determinante do processo de industrialização brasileiro é a sua concentração espacial. A partir de 1930, a região sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, passa a representar o que há de mais desenvolvido na indústria e na agricultura nacional, chegando a debilitar atividades similares em outras regiões do país à medida que o mercado interno se integrava. Tanto que na década de 1950, quando esse processo se torna mais intenso, o Estado precisa intervir através de incentivos fiscais para a criação de pólos industriais no Nordeste (perto de Salvador, no Recife e em Fortaleza).

Abordando a situação do ponto de vista da dinâmica populacional, Neide Patarra defende que o crescimento econômico protagonizado pela região sudeste

---

<sup>34</sup> SINGER: p. 230

<sup>35</sup> NOSSA HISTÓRIA, 1960/1980, v. II: p. 69

dependeu não apenas da expansão do mercado interno, mas também de um constante ciclo de migrações internas que fornecia mão-de-obra para o seu desenvolvimento. Para Bóris Fausto, colaborou nesse sentido, a redução do fluxo externo devido principalmente à crise mundial, em 1929, e depois, à Constituição de 1934, que estabelecia quotas para a entrada de imigrantes estrangeiros<sup>37</sup>. Mas no entender de Patarra, foi o crescimento vegetativo da população brasileira, devido à queda nos índices de mortalidade, que possibilitou essas correntes migratórias. O país passa sucessivamente de 35.532.192 habitantes em 1930, para 40.165.289 habitantes em 1940, 51.151.629 em 1950, 69.526.603 em 1960 e 92.411.611 em 1970<sup>38</sup>.

Já em 1925, a concentração populacional e uma crise de energia que desorganiza o serviço de bondes elétricos leva ao aparecimento dos primeiros ônibus de São Paulo. No início dos anos 1930, instalam-se semáforos nos cruzamentos mais movimentados do Rio de Janeiro. Os táxis passam a cobrar por quilômetro rodado (surge o taxímetro). As cidades passam a crescer na vertical, com edifícios de seis, dez ou doze andares, e na horizontal, através da criação de novos bairros e de cinturões periféricos junto às novas áreas industriais. Em 1930, erguem-se 3.922 construções na capital paulista. Uma década depois, esse número passa para 12.490. E São Paulo se transforma na cidade que mais cresce no mundo, tanto em área como em população. Em 1941, sua frota de ônibus possui mais de três mil veículos divididos em 90 linhas de 37 empresas diferentes. Nessa altura, a cidade já é o maior centro industrial da América Latina com 4.000 fábricas e mais de 1.400.000 habitantes. Tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, começam a se abrir, ou mesmo alargar, grandes avenidas de irradiação. Exemplo disso é a Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. Para abri-la foi preciso derrubar quatro igrejas, um mercado, a sede da Prefeitura além de outros quinhentos edifícios. Com sua inauguração em 1944, a cidade dispunha de uma avenida de 4 km de extensão e 80 m de largura ligando o centro à Zona Norte. No mesmo ano se inaugurava o aeroporto Santos Dumont. A população carioca, de acordo com censo de 1940, já ultrapassava os 1.764.141 habitantes<sup>39</sup>.

No entanto, apesar da crescente urbanização das metrópoles brasileiras, Bóris Fausto argumenta que, se for levado em conta apenas o número de habitantes que vive

---

<sup>36</sup> PEREIRA: p. 18

<sup>37</sup> FAUSTO: p. 390

<sup>38</sup> PATARRA: p. 256

em cidades (consideradas pelo autor como aglomerações com mais de 20.000 habitantes), “constataremos que a proporção da população total do país vivendo em cidades diminui entre 1920 e 1940, apesar de seu nítido crescimento em termos absolutos”<sup>40</sup>. Assumindo a mesma definição de cidades, constata-se um índice de apenas 16% de população urbana, em 1940, e que esse percentual só vem a superar a população rural nos anos 1980 (51,5%). Mesmo para definições mais flexíveis de cidade, como a de Patarra (núcleos com mais de 2.000 habitantes), a população urbana se restringe a 25% em 1940 e só ultrapassa a rural a partir de 1970 (52%).

Sem negar os números, Patarra pondera que o sentido da urbanização não é apenas quantitativo, mas historicamente determinado, “uma modalidade específica de divisão de trabalho, particularmente de divisão de trabalho cidade-campo”<sup>41</sup>. No caso brasileiro, a urbanização é determinada pela origem colonial, em que a cidade é a sede do poder e do capital comercial, elo entre a economia agroexportadora e a “circulação internacional de mercadorias”. Em decorrência disso, a rede urbana brasileira é formada por poucas, mas grandes cidades. Prova disso é que no primeiro censo (1872) já aparecem cidades com mais de 100.000 habitantes como Recife (116.671), Salvador (129.109) e Rio de Janeiro (274.972). Em 1900, o país apresenta pelo menos cinco cidades de porte considerável (Belém, Recife, Salvador, São Paulo e Porto Alegre) e uma capital com 811.443 habitantes. Na década de 1920, o Distrito Federal apresenta uma população superior ao milhão, enquanto São Paulo chega a quase 600.000.

A partir daí, a industrialização vai redefinir o papel da cidade. Agora, além de sede da burocracia e do capital comercial, a cidade também se transforma em local de atividade produtiva. Patarra ressalta que o passado monocultor da nossa agricultura de exportação, associado à longa utilização do trabalho escravo, impediu o surgimento de atividades simultâneas e de uma divisão de trabalho mais desenvolvida na atividade produtiva. Assim:

*“Quando a indústria começa a se desenvolver, ela deve suprir todas as dimensões da atividade produtiva, sem contar com uma divisão de trabalho preexistente, oriunda das atividades agrícolas; daí o caráter fundamentalmente urbano da industrialização brasileira. Essa peculiaridade favorece taxas de urbanização muito elevadas e muito acima da força de trabalho empregada nas*

---

<sup>39</sup> Dados em NOSSA HISTÓRIA, 1930/1945, v. I: p. 116-124

<sup>40</sup> FAUSTO: p. 390

<sup>41</sup> PATARRA: p. 260

*atividades industriais, sendo por muitos chamada de urbanização sem indústria, ou <<inchaço>> do setor terciário*<sup>42,43</sup>.

Não é de se surpreender, portanto, que a partir do surto industrial da década de 1950 o país tenha alcançado os mais altos índices de crescimento urbano. De acordo com levantamento de Patarra, entre 1940 e 1970, a população urbana praticamente quadruplica em todas as regiões. No Rio de Janeiro, que em 1950 atinge a marca de 2.303.063 habitantes, uma “floresta de arranha-céus” começa a tomar conta do centro e segue em direção aos bairros de Copacabana, Ipanema, Leblon, Gávea, Botafogo e Flamengo. Só no ano de 1954, são licenciados 16.720 apartamentos, 80% deles na Zona Sul. Estima-se que, entre 1950 e 1954, o Rio tenha enfrentado “uma corrida imobiliária sem precedentes: cerca de 20 bilhões de cruzeiros — um terço do meio circulante no Brasil — foram investidos no mercado imobiliário”<sup>44</sup>. Em 21 de abril de 1960, quando a cidade deixou de ser a Capital Federal para se transformar no Estado da Guanabara possuía 3.307.163 moradores, cerca de 2.824,22 habitantes por km<sup>2</sup>.

### *1.3. INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA*

É difícil abordar o processo de industrialização nacional sem fazer referência à crescente influência norte-americana no país. A aproximação dos EUA com o Brasil se dá pela intensificação do comércio e vai determinar em boa parte o nosso perfil industrial, com inúmeras conseqüências para a esfera cultural.

No final do século XIX, inovações técnicas como a utilização industrial da energia elétrica e do motor de combustão interna aliados a novas medidas de racionalização do trabalho dão início ao que se convencionou chamar de Segunda Revolução Industrial. EUA e Alemanha, os primeiros países a reorganizar a sua estrutura produtiva, passam a compartilhar com a Grã-Bretanha a liderança do mercado mundial<sup>45</sup>. Os britânicos foram os pioneiros na primeira etapa de industrialização e mantinham a primazia do comércio internacional devido a um sistema imperialista, baseado no controle protecionista de suas colônias e de outras áreas de influência, em que comprava quase toda a produção dessas economias, em

---

<sup>42</sup> Setor terciário: corresponde ao setor de comércio e serviços.

<sup>43</sup> PATARRA: p. 260

<sup>44</sup> NOSSA HISTÓRIA, 1945/1960, v. II: p. 33

sua maioria, de base extrativista ou agroexportadora e, como maior parceiro comercial, obtinha privilégios na alocação de seus produtos manufaturados. Seguindo o exemplo britânico, esses países criaram uma série de barreiras comerciais, criando verdadeiras reservas de mercado que ligavam “determinadas zonas de periferia não-industrializada a cada um dos grandes centros imperiais”<sup>46</sup>. Há quem interprete a Primeira Guerra Mundial como uma forma que as economias imperialistas encontraram para romper com essas barreiras comerciais e conquistar novos mercados para suas mercadorias. E, de acordo com registro de Bóris Fausto<sup>47</sup>, se na década de 1920 os EUA já se constituíam no principal mercado para “o mais importante produto brasileiro de exportação — o café”, após o conflito mundial, o valor das importações norte-americanas superaria as britânicas, .

Essas relações se estreitariam mais a partir da Segunda Guerra Mundial. Temendo a expansão da influência germânica, os Estados Unidos propõem uma política de colaboração entre as américas como forma de garantir a segurança do continente. Segundo Paulo Francis:

*“Hitler não era, em 1939, tão malquisto quanto hoje. Muita gente via nele (...) o representante dos oprimidos sob o jugo do Império britânico, o maior da terra e obstáculo ao progresso de países atrasados como o Brasil. Foi preciso muita propaganda inglesa, e em 1939 nasceram seus serviços internacionais de rádio, a BBC, com uma seção brasileira (...), para alardear as virtudes da Inglaterra e infâmias do nazismo”<sup>48</sup>*

Antônio Pedro Tota escreve sobre a influência norte-americana no período e afirma que os EUA temiam que a “miséria resultante do atraso econômico dos países latino-americanos poderia propiciar revoluções lideradas por movimentos nacionalistas, socialistas ou simpatizantes do nazi-fascismo”<sup>49</sup>. Não era para menos, os EUA ainda não haviam entrado no conflito e a Alemanha ia expandindo os seus domínios em território europeu. Tota levanta documentos revelando que a expansão nazista despertava uma crescente simpatia de países sul-americanos, em especial no sul do Brasil e na Argentina (zonas de colonização alemã), inclusive com planos de intervenção do governo nazista nestes locais e remessas de ajuda financeira das zonas

---

<sup>45</sup> SINGER: p. 211

<sup>46</sup> IBIDEM.

<sup>47</sup> FAUSTO: p. 293

<sup>48</sup> FRANCIS: p. 130

<sup>49</sup> TOTA: p. 47

de imigração para seus países de origem. Além disso, conforme depoimento de Francis, as boas relações comerciais e a simpatia da cúpula militar brasileira pela Alemanha de Adolf Hitler, chegaram a ponto de levar o presidente Getúlio Vargas a proferir discurso em que saudava o nazismo como “civilização fértil”.

No dia 15 de junho de 1940, um dia depois da tomada de Paris, pelos nazistas, o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt encaminhava à Comissão de Assuntos Interamericanos um memorando com críticas às fórmulas burocratizadas que saíam das reuniões pan-americanas. O documento propunha, como forma de combater o totalitarismo, “a adoção de medidas que tornassem a economia latino-americana mais competitiva. A segurança da nação norte-americana dependia de uma estreita cooperação — econômica e cultural — com todos os governos das Américas”<sup>50</sup>. O objetivo, segundo Tota, era controlar por vias pacíficas o antiamericanismo na região. Entre as sugestões elencadas estavam a redução (e até mesmo a eliminação) de taxas sobre produtos importados dos países latino-americanos, o desenvolvimento de sistemas de transporte mais adequados para o escoamento da produção desses países, incentivo para a produção de matérias-primas e a reconsideração da dívida externa “segundo um ponto de vista realista, isto é, segundo as possibilidades do devedor e não das exigências do credor”<sup>51</sup>. Assim, em agosto daquele ano, foi criado o “Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas”, cuja direção foi entregue ao milionário Nelson Rockefeller, responsável pelas propostas apresentadas pelo presidente. Rockefeller tivera contato com a realidade da América do Sul através das viagens que fazia para acompanhar os negócios da família, em especial as instalações da Standard Oil (Esso) e tinha sérias críticas aos funcionários americanos que trabalhavam na América Latina. Segundo ele, faltava-lhes conhecimentos sobre a cultura e as necessidades locais.

Com a ocupação da França pelos nazistas, os ingleses bloquearam o continente europeu, acabando com um importante mercado para os países ibero-americanos. Como, a princípio, os EUA não tinham como absorver sozinhos toda essa produção, o Office coordenado por Rockefeller alertou para o risco de colapso econômico no “subcontinente”. Em 27 de setembro o presidente encaminhou carta ao Conselho Nacional de Defesa em que dizia que “cerca de 40% do mercado exportador latino-

---

<sup>50</sup> TOTA: p. 48

<sup>51</sup> IBIDEM: p. 49

americano está paralisado por causa da guerra. Isso se traduz num grande perigo. Em alguns dos países a situação pode se deteriorar gravemente”. E concluía: “Uma coisa podemos começar a fazer: comprar de nossos vizinhos materiais considerados estratégicos”<sup>52</sup>. Assim começava a política de Boa Vizinhança. A América Latina se incorporaria ao mercado norte-americano, oferecendo o potencial de seus recursos naturais para a construção da máquina de guerra do governo de Roosevelt. Com a garantia de mercado para seus produtos, os estrategistas americanos equacionavam o risco dos países latino-americanos: o desemprego desapareceria e, com ele, o campo para que nazistas e socialistas disseminassem suas idéias. Segundo Tota, em vista disto, a produção de borracha e quartzo brasileiro adquiriram “um papel vital na defesa do continente”<sup>53</sup>. Por conta do crescimento das relações de troca entre Estados Unidos e América Latina, Tota calcula que, no período de um ano, os empréstimos do Eximbank para os países latino-americanos saltaram de US\$ 200 milhões para US\$ 700 milhões. Foi nesse cenário extremamente propício, e contando com o favorecimento geográfico, que Getúlio Vargas negociou os empréstimos para a construção da Usina de Volta Redonda, em 1941, através do mesmo Eximbank (US\$ 20 milhões). De acordo com Francis, “as viagens eram longas naqueles tempos pré-jatos de longo alcance”<sup>54</sup>, de modo que Vargas pode negociar os empréstimos com Roosevelt em troca de uma base aérea norte-americana em Natal.

Já foi demonstrada a importância da instalação da Usina de Volta Redonda para o processo de industrialização brasileiro, mas as conseqüências da aproximação entre Brasil e Estados Unidos iriam além do plano econômico. Desde que assumiu o Office, Rockefeller deixou claro, que os bens culturais seriam considerados “materiais tão estratégicos como qualquer outro produto”. Nesse sentido, Tota traz o exemplo da revista “Seleções”. Com uma tiragem mundial de 5 milhões de exemplares, ela foi lançada no Brasil na primeira metade de 1942, sintomaticamente no mesmo ano em que chegaram a Coca-Cola e os sorvetes Kibon. A revista trazia uma seleção mensal de artigos publicados em outros veículos da imprensa americana e era editada “em português nos Estados Unidos, em papel que garantia a qualidade das ilustrações, com

---

<sup>52</sup> TOTA: p. 52

<sup>53</sup> IBIDEM: p. 53

<sup>54</sup> FRANCIS: p. 132

ela os americanos esperavam conquistar o brasileiro urbano médio por meio de seus anúncios e de artigos que celebravam o *American way of life*<sup>55</sup>.

No entanto, foi a atuação de Hollywood que marcou o período. Francis relembra: “Eu via a guerra no cinema americano e, claro, Hollywood, ao dizer “mata”, nós, garotos, dizíamos “esfola”.”<sup>56</sup>. Segundo dados levantados por Renato Ortiz<sup>57</sup>, desde a década de 1930, a produção de Hollywood deixara de se pautar apenas pela demanda do mercado norte-americano e passara para uma “política agressiva de exportação”. Durante os 1940, com a guerra na Europa, a indústria do filme viu-se obrigada a reorientar sua produção para o mercado latino-americano. Nessa época, tornaram-se freqüentes as visitas de artistas norte-americanos para promover seus filmes no Brasil: Tyrone Power, Cesar Romero, Henry Fonda, George O’Brien, Orson Welles, etc. Errol Flynn, de “Gavião dos Mares”, chegou a ser recebido por Vargas no Catete. Tota argumenta que esses artistas colhiam informações para orientar a ação do Departamento de Estado Americano. Flynn, por exemplo, teria escrito para Roosevelt no dia seguinte ao seu encontro com Getúlio para relatar que pela “conversa, ele acreditava que Vargas era favorável às idéias de unidade e amizade pan-americanas”. Alguns dias depois, Roosevelt enviaria um telegrama ao presidente brasileiro “falando da cooperação entre Brasil e Estados Unidos”<sup>58</sup>. Ainda mais decisivo para o período, seria a cooptação de Walt Disney para a causa de Nelson Rockefeller. Segundo o milionário: “Ninguém melhor do que Disney para vender a nossa idéia de americanismo”<sup>59</sup>. Na tela, Disney despacha o Pato Donald e seus amigos duas vezes para o Brasil em “Saludos, Amigos!” (1943) e “Você Já Foi à Bahia” (1944). A repercussão maior veio por conta da ousadia de Walt Disney que contratou o jornalista Gilberto Souto e Aloísio de Oliveira, do Bando da Lua, para ajudá-lo a criar um personagem tipicamente brasileiro: o papagaio Zé Carioca.

Paralelo à influência dos produtos culturais, o modelo de sociedade de consumo norte-americana exerceu igual fascínio sobre os brasileiros. Tota exemplifica isso ao comentar a participação do Brasil na Feira Internacional de Nova York, a partir de 1939. Tratava-se de uma “imensa vitrine de sofisticadas bugigangas” que era apresentada para visitantes de todo o mundo. Segundo ele, os brasileiros

---

<sup>55</sup> TOTA: p. 59

<sup>56</sup> FRANCIS: p. 132

<sup>57</sup> ORTIZ, apud GOLDENSTEIN: p. 191-192

<sup>58</sup> TOTA: p. 131-132

<sup>59</sup> NOSSO SÉCULO, 1930/1945, v. II: p. 127

ficaram “atônitos diante de aparelhos de barbear, máquinas de lavar roupas, primitivos aparelhos de televisão e robôs”, e “trouxeram na bagagem a idéia de que a modernização brasileira deveria seguir o modelo americano”<sup>60</sup>. Nelson Rockefeller, por seu lado, acreditava que as propostas socialistas, “que salientavam o antagonismo capital-trabalho”, poderiam ser combatidas com a propaganda do modelo americano: “consumo de produtos maravilhosos, progresso material e bons salários”<sup>61</sup>.

*“O banho de civilização americana atingia os brasileiros em todas as frentes.*

*“Para comer e beber havia suco V-8, Quaker Oats e enlatados Swift. Para as janelas, venezianas de alumínio Pan-American. Para a cozinha, o batalhão de auxiliares eletrodomésticos da GE. Para os olhos, lentes Ray-Ban legítimas da Bausch & Lomb. Para a barba, lâminas Gen, folheadas a ouro. Para os dentes, escovas Prophylactic. Para os cabelos, Fixbril e Brylcreem. Para as axilas, desodorante Magic. Para a pele, Cosmetic Oiler e talco Night & Day. Para ouvir, vitrolas Silvertone, rádios Zenith. Para fotografar, filmes da Eastman Kodak.”<sup>62</sup>*

Por trás desta miríade de produtos estava um modelo de sociedade industrializada cuja racionalização dos processos produtivos, associada a altos índices de concentração urbana, viria a afetar as relações interpessoais, abrindo espaço para o surgimento da sociedade de massa. Esses modelos de racionalização, baseados no taylorismo e no fordismo, surgem a partir da Segunda Revolução Industrial. O primeiro deles, desenvolvido pelo economista e engenheiro norte-americano Frederick Taylor, se preocupou com o planejamento e o controle dos tempos e movimentos no trabalho. Taylor acreditava que havia uma melhor maneira de realizar uma tarefa (aquela que pudesse ser feita em menos tempo), e que poderia aumentar a produtividade se limitasse o trabalho dos operários a tarefas rotineiras, sem que precisassem tomar decisões. Tratava-se de separar a concepção da execução (cérebro e mãos), de modo que rejeitava qualquer contribuição inteligente por parte do trabalhador, o qual poderia ser substituído sem maiores problemas para a organização. Henry Ford adotou o modelo taylorista na sua fábrica de automóveis, mas com uma diferença: implantou uma esteira rolante para controlar melhor os tempos dos movimentos e o trabalho em série. Ao organizar a produção em “linhas de montagem”, Ford também fragmentou a produção, especializando o trabalhador. Por

---

<sup>60</sup> TOTA: p. 95

<sup>61</sup> IBIDEM: p. 51

<sup>62</sup> NOSSO SÉCULO, 1930/1945, v. II: p. 116

fim, outra característica do fordismo é que dava ênfase à produção massificada, isto é, produtos indiferenciados, porém baratos, orientados para o consumo de massa.

No Brasil, esses modelos de racionalização do trabalho ganham espaço após 1955, com a instalação da indústria automobilística no país. E passam a orientar a estrutura produtiva dos mais diferentes setores, inclusive o jornalismo. Contribuiu nesse caso, uma série de bolsas de estudo e intercâmbio concedidas a jornalistas brasileiros pelo governo Roosevelt, na década de 1940. Alguns deles, como Pompeu de Souza, Danton Jobim e Samuel Wainer, mais tarde seriam os pioneiros na implantação do jornalismo de tipo norte-americano nos veículos por onde passaram: “Diário Carioca” e “Última Hora”, além da “Tribuna da Imprensa”.

## 2. MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA

### 2.1. MUDANÇAS NA IMPRENSA BRASILEIRA

O jornalismo constitui o âmbito (jornais, revistas, imprensa enfim) no qual Nelson Rodrigues publicou suas crônicas, e o modo como ele se define no Brasil reflete em boa parte as transformações sócio-econômicas até agora descritas. Portanto, soa plausível localizar historicamente o surgimento da imprensa e a forma como ela foi se constituindo no Brasil até adquirir as características contra as quais o autor vai articular as suas crônicas.

As origens da imprensa (aqui o termo ainda não está associado ao jornalismo, mas à questão mecanográfica), segundo Nilson Lage, estão associadas à ascensão burguesa na Europa. A palavra impressa liquidava com a hegemonia do Estado e da Igreja sobre os meios de comunicação. Em seguida surgiriam os primeiros jornais no século XVII, mas só com o fim da censura prévia no século XVIII, eles passariam a intervir na vida política, adquirindo um caráter marcadamente opinativo, conforme José Marques de Melo.

Como a publicação de jornais não exigia grandes investimentos, os mais diferentes segmentos sociais criavam seus periódicos e publicavam suas idéias. Incomodados com tamanha ingerência, os governos europeus trataram de impor restrições à liberdade de imprensa. Enquanto em países como a França a legislação permitia enquadrar a imprensa de oposição como conspiradora, na Inglaterra leis específicas penalizavam financeiramente os excessos cometidos pelos jornalistas. Como resultado, a imprensa inglesa viu esmorecer o jornalismo de opinião em prol de uma imprensa informativa. Surgia a objetividade: “imprimir notícias como notícias, sem comentários, para se manter longe da polêmica”<sup>1</sup>.

Também é importante notar que esse traço surge no rastro da Revolução Industrial. Nesse sentido, Lage observa que, na Inglaterra da época, a concentração urbana exigiu alfabetização tanto para cargos intermediários como para a manutenção de máquinas. Mesmo entre as classes mais baixas, guardava-se na leitura uma identificação com as classes mais altas. Essa característica, associada ao fato de que a mecanização da imprensa aumentou as tiragens, barateando o seu custo, transformou o jornal num produto acessível à toda a

---

<sup>1</sup> MELO: p. 15

população urbana. A partir daí os produtos industrializados começaram a aparecer nos jornais na forma de anúncios e a imprensa se integrava ao sistema econômico, que passou a lhe garantir a sobrevivência. A disputa pelos leitores tornou-se não apenas uma questão de influência, mas de combate por maior volume de anúncios a preços mais gratificantes. Neste momento, a objetividade dos relatos consistia basicamente em “descrever os fatos como aparecem”, apresentando-os como naturais, e “eliminando como subjetivas ou mentalistas as disposições inconvenientes”<sup>2</sup>.

Por um lado, a imparcialidade garantia o compromisso com a realidade material e se tornava uma defesa do jornal contra processos e penalizações de ordem financeira. De outro, ao eliminar as concepções “mentalistas” e “inconvenientes”, acelerava o processo de produção e ajudava a conquistar mais leitores e anunciantes.

No Brasil, até meados de 1930, fazia-se o que Nelson Rodrigues chamava de “imprensa subdesenvolvida”. De acordo com Ruy Castro, na primeira vez que Nelson pisara numa redação, por volta de 1925, não era raro que jornalistas andassem armados. O amadorismo da imprensa atraía uma fauna de “choferes de táxi, punguistas, investigadores particulares, discretos traficantes de cocaína e, naturalmente, uma chusma de aspirantes a poeta”<sup>3</sup>. Mas nada disso importava, como bem definia o cronista, aquele era o “tempo em que o diretor do jornal era tudo e o resto paisagem”<sup>4</sup>. Na biografia de Assis Chateaubriand e no livro de Samuel Wainer (ambos diretores de jornal) fica patente a diferença hierárquica entre a redação e o diretor do jornal. Wainer descreve o seu cotidiano: escrevia os editoriais de primeira página e ficava boa parte do tempo isolado na única sala à parte da redação, recebendo ministros, embaixadores, políticos, empresários. Outros, como Chateaubriand, não gostavam sequer de visitar a redação, recebiam o tratamento de doutores — no “Diário Carioca”, José Eduardo Macedo Soares era chamado de Senador — e, em geral, eram os únicos que podiam ter opinião no jornal. E opinião era o que contava na época.

Fernando Morais explica que no jornalismo do início do século não importava a notícia, mas a polêmica. (As reportagens, por exemplo, só começaram a aparecer em jornal nas proximidades dos anos 1920, primeiro sob a forma de “inquéritos” (1917) e, mais tarde, com o advento da reportagem (1924).) “Jornalista que decidiu fazer carreira como grande

---

<sup>2</sup> LAGE: p. 34

<sup>3</sup> CASTRO: p. 46

<sup>4</sup> RODRIGUES, 1994: p. 210

editor ou como repórter de talento estava condenado a desaparecer sob a poeira da obscuridade”<sup>5</sup>. Interessava mesmo era a polêmica, não importava muito o assunto, mas o adversário. Tratava-se, na verdade, de uma disputa retórica, em que se valorizava mais a elegância, a erudição, a ferocidade do ataque e o tempo de duração. Grandes embates da época teriam imortalizado nomes como Rui Barbosa, Carlos de Laet, Machado de Assis e Alcindo Guanabara, entre outros. Rui Barbosa, em especial, seria símbolo dessa geração. Morais traz o exemplo da polêmica que ele teria sustentado com o jurista Ernesto Carneiro Ribeiro em torno do projeto de Código Civil do então presidente Campos Sales. O assunto, que não deveria ultrapassar as paredes dos tribunais e da Câmara dos Deputados, ocupou as páginas dos jornais de 1902-1905. “Foi assim que o Brasil alfabetizado se emocionou, como nas lutas de boxe, com disputas memoráveis”<sup>6</sup>, descreve Morais. Mais adiante, o autor acompanha uma das primeiras polêmicas de seu biografado, quando Chateaubriand entra numa contenda com Sílvio Romero, em defesa de José Veríssimo:

*“Ele chamava o “livresco” de Sílvio Romero de “Romerizações ineptas da crítica” e se referia ao autor como “um exibicionista, um bufão, um espalhafatoso que elegeu a grosseria e o desaforo como armas de combate entre homens de letras”. Provocador, dizia que “o sr. Romero supõe-se o maior e melhor crítico nacional — estólido fora convencê-lo da inanidade de tão estulta pretensão”. Ao longo dos artigos, disseca a História da literatura brasileira, de Romero, para provar que o crítico nada sabia da língua alemã, ao contrário do que alardeava nos ataques a Veríssimo. Conta 21 citações em alemão e acusa Romero de tê-las subtraído de obras traduzidas para o francês: “Ele escamoteou corajosamente em livros franceses citações em alemão para no-las dar, já de segunda mão, como flores novas e frescas, colhidas no luxuriante vergel de Goethe, de Wundt e confrades”. Mais grave que tudo isso, assegurava, era o fato de o crítico ter se transformado em um “assassino” com a publicação do livro contra José Veríssimo. Segundo Chateaubriand, Romero já havia trucidado as oligarquias em seus artigos e encerrava a lista de homicídios decretando o fim da amabilidade no Brasil: “Sílvio Romero estrangulou a metafísica, supliciou o romantismo, matou a polidez”. ”<sup>7</sup>*

Embora o polemista tivesse destaque e independência, Wainer costumava “dizer-lhes que não teriam liberdade para escrever, liberdade era algo que só o dono do jornal poderia ter”<sup>8</sup>. E justifica: “Para a massa popular, repleta de analfabetos, a imprensa era algo

---

<sup>5</sup> MORAIS: p. 60

<sup>6</sup> IBIDEM

<sup>7</sup> IBIDEM, p. 66

<sup>8</sup> WAINER: p. 246

inacessível, misterioso, poderosíssimo. “Saiu no jornal”, dizia-se, num tom de quem afirma uma verdade incontestável, irremovível”<sup>9</sup>.

Essa imprensa opinativa, de feição política e ataques virulentos era, de acordo com Nelson Rodrigues, “era capaz de derrubar um ministério”. No entanto, explica Samuel Wainer, não possuía recursos próprios para se manter. Como as vendas em banca e as assinaturas nunca garantiram a sobrevivência das publicações, os “grandes barões da imprensa sempre mantiveram relações especiais com o governo”.

(Nesse sentido, fica explícito ao longo de toda a biografia de Chateaubriand como o jornalista usava do tráfico de influências entre políticos e empresários para financiar seus empreendimentos. Exemplo de Fernando Moraes:

*“ao chegar no Rio, Chateaubriand pretendia dar passos decisivos na realização de seu antigo sonho de ter o próprio jornal. Com essa idéia fixa na cabeça ele passou os três anos seguintes acumulando relações e dinheiro. Uma vez que cavar dinheiro parecia cada dia mais difícil, investia na ampliação de seu cartel de amizades influentes — uma maneira um pouco mais lenta de chegar ao que lhe interessava. Para se aproximar da próspera colônia alemã, organizou uma campanha de arrecadação de fundos para o setor de pesquisas científicas do Kaiser Wilhelm Institut, de Berlim, que acabou rendendo, em dois meses de trabalho, 140 contos de réis — ou 4 mil libras esterlinas”<sup>10</sup>).*

Wainer apresenta outros indícios: “Para assegurar o apoio dos meios de comunicação, ou pelo menos evitar que lhe fizessem opinião frontal, o governo contemplava jornais e revistas com isenções fiscais, dólar subsidiado, facilidades para importação de papel, eventualmente anúncios”<sup>11</sup>. A denúncia de Wainer não chega a ser novidade. Segundo Juarez Bahia, no livro “Da propaganda à presidência” o ex-presidente Campos Sales afirma ter subvencionado os jornais que apoiaram seu governo e se defende explicando que, já na monarquia, veículos e profissionais eram pagos pelo governo. Ainda no depoimento de Bahia, “Campos Sales seguia precedente republicano aberto por Prudente de Moraes, cujo Ministro da Fazenda distribuía verbas a jornais e jornalistas da confiança do presidente”<sup>12</sup>. Prudente teria tomado tal decisão por temer problemas jurídicos diante das críticas da oposição.

Essa mentalidade explica parte do subdesenvolvimento da imprensa brasileira. Porém, talvez seja mais determinante o fato de que, antes de 1930, o país ainda não dispusesse de

---

<sup>9</sup> WAINER: p. 136

<sup>10</sup> MORAIS: p. 120

<sup>11</sup> WAINER: p. 224

uma diversificação industrial suficiente, nem de uma integração do mercado interno capaz de gerar publicidade para os jornais, como já acontecera na Europa. Fernando Morais conta que Chateaubriand, familiarizado com a imprensa estrangeira, em 1924 já compreendera o problema. Dizia que o Brasil tinha “uma das mais pobres e mesquinhas imprensas do mundo”, e explicava: “possuímos uma indústria e um comércio que não anunciam”<sup>13</sup>. Naquele mesmo ano o jornalista aproveitaria a passagem de Fitz Gibbon, chefe do Departamento de Propaganda do *New York American*, pelo Rio de Janeiro para contratá-lo: “Com sua ajuda, quero estabelecer métodos norte-americanos de vender mercadorias por intermédio da imprensa diária. Vamos impor aos magazines novas formas de fazer seus anúncios. Quem não vier atrás de nós vai morrer de fome, seu Gibbon”<sup>14</sup>.

Chatô estava sendo visionário. Mudanças sistemáticas começariam a ocorrer na imprensa brasileira a partir da reorganização dos veículos como empresas. Os principais responsáveis por esse processo foram os jornalistas brasileiros que retornavam dos intercâmbios oferecidos pelo governo dos EUA nos anos 1940. Na imprensa norte-americana, desde os anos 1920, a racionalização produtiva (a exemplo do que acontecera na indústria) já fora adaptada à produção de notícias. Isto implicava, além da objetividade da linguagem, em maior divisão de tarefas dentro da redação. Tudo baseado no preceito de que “cada qual fazendo apenas uma pequena coisa, fará melhor essa coisa”<sup>15</sup>. No jornalismo brasileiro, essa tendência começou a ganhar adeptos a partir do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Conforme Alzira Alves de Abreu, a “imprensa que nos meses que precederam o 24 de agosto exacerbou a linguagem violenta e apaixonada utilizada no tratamento dos temas políticos, a partir desse acontecimento buscou maior objetividade na construção e transmissão da notícia”<sup>16</sup>. Além disso, lembra Nelson Rodrigues, havia na imprensa uma “massa de analfabetos”, e a divisão do trabalho impedia certos absurdos, impessoalizando os textos. Em outras palavras: a mesma notícia era reescrita inúmeras vezes dentro da redação, fazendo com que se perdesse a idéia de autor.

---

<sup>12</sup> BAHIA: p. 137

<sup>13</sup> MORAIS: p. 141

<sup>14</sup> IBIDEM: p. 143

<sup>15</sup> LAGE: p. 37

<sup>16</sup> ABREU: p. 11

O primeiro jornal brasileiro a adotar o estilo norte-americano foi o “Diário Carioca”<sup>17</sup>, reformulado por Pompeu de Souza em 1943. Porém, foi a reforma do “Jornal do Brasil”, em 1956-1957, que se firmou como paradigma dessa mudança. O “JB” era o primeiro jornal da grande imprensa a adotar as novas técnicas, e Odylo Costa Filho (ex-“Tribuna da Imprensa”), convidado para dirigir a redação, tratou de recrutar os colegas da imprensa pequena já familiarizada com o estilo, como “Última Hora” e “Diário Carioca”. No entanto, o maior impacto veio por conta da reforma gráfica que o jornal passou. Os jornais ainda engatinhavam em questões de diagramação, quando o artista plástico Amílcar de Castro foi chamado para fazer a programação visual do “JB”. Segundo Juarez Bahia, a primeira página do “JB” era extremamente conservadora e caracterizava-se pelo grande número de anúncios que a ocupavam de cima a baixo. Além disso, a diagramação das páginas era muito carregada, cheia de linhas: linhas entre as colunas, linhas sublinhando os títulos. Dentre as primeiras decisões, optou-se por abrir grandes fotos na primeira página, retirar as linhas e abrir espaços em branco para tornar o jornal mais leve visualmente. A primeira página ganhou conceito de capa, assim como a revista e o livro. No entanto, Amílcar, artista concreto, reservava a maior mudança para a diagramação interna do jornal. Até então, os jornalistas escrevem a mão e seus textos preenchem inúmeras laudas. As matérias não têm tamanho definido e as “colunas das páginas são medidas na oficina com o emprego de barbantes”<sup>18</sup>. Após a reforma, os textos passam a ser datilografados numa “lauda metrificada”, invenção de Amílcar que garantia uma correspondência de espaço com o texto tipografado. Tratava-se de adaptar o conteúdo à forma.

Na redação, a divisão do trabalho exige, além da linguagem impessoal, uma padronização da estrutura da notícia. Do jornalismo americano surgem o *lead* e o esquema de “pirâmide invertida”. O *lead* corresponde às primeiras linhas da notícia e deve responder as cinco perguntas básicas: Quem? Onde? Quando? Como? Por quê? A “pirâmide invertida” é derivada dessa sistematização das notícias conforme sua ordem de importância. Assim, a notícia é dividida em parágrafos independentes entre si, sendo que as informações essenciais ganham o primeiro parágrafo e as outras, numa ordem decrescente de importância, constituem o resto do texto. Assim, na rotina da redação, cabe ao *copy desk* (essa espécie de redator

---

<sup>17</sup> Seguido, no início da década de 1950, pelo jornal “Última Hora”, de Samuel Wainer, e pelo “Tribuna da Imprensa”, de Carlos Lacerda.

<sup>18</sup> BAHIA: p. 382

especializado) a responsabilidade de reescrever os textos de forma a manter a padronização das notícias. Isso agiliza o trabalho de edição e diagramação durante o fechamento. Uma vez que o texto extrapolasse o espaço a que tinha direito, o editor podia simplesmente extirpar os últimos parágrafos sem prejuízo ao conteúdo da notícia. Para garantir a eficiência dessas técnicas de produção textual, a maioria dos jornais passa a instituir o seu próprio “manual de redação”.

## 2.2. O AUTOR NA REDAÇÃO

Nelson Rodrigues experimentou todas essas transformações no dia-a-dia de trabalho. De todas as mudanças, a mais sensível era o rejuvenescimento das redações. Nas redações da sua adolescência<sup>19</sup> “não se dava um passo sem esbarrar, sem tropeçar numa figura trêmula e nostálgica”. Era uma geração de velhos jornalistas que, à exceção de alguns poucos como Nelson Rodrigues, praticamente desaparece. “Hoje, os jornais têm toda uma rapaziada nova e irresistível. Meninas de dezesseis anos fazem estágio nas redações”<sup>20</sup>.

Carlos Heitor Cony especula que boa parte dessa renovação se deve ao que chama de “problemas mecânicos”. Ele e Ruy Castro descrevem a evolução dos instrumentos de trabalho dos redatores: desde as anotações com pena de aço em folhas de papel almaço, passando pela fase do lápis e das tiras de papel que sobravam das rotativas, até chegar nas máquinas de escrever. No início as máquinas “eram raras, raríssimas. Redatores e repórteres usavam essas “tiras” cobertas de cima a baixo com o texto invariavelmente feito a lápis, pois o papel era poroso, apropriado para receber a tinta da rotativa e não a tinta usada na escrita comum”<sup>21</sup>. Assis Chateaubriand, por exemplo, passou quase toda a sua vida escrevendo seus artigos a lápis, sempre dependendo de que alguém na oficina fosse capaz de decifrar seus “garranchos”. Já outros recursos, como o uso de tesoura (ou gilete) e cola, ganhariam uma sobrevida até a informatização das redações. Mas é, segundo Cony, com uma portaria do Ministério do Trabalho, dispensando os gráficos de receberem originais manuscritos, que boa parte dos

---

<sup>19</sup> Nelson Rodrigues começou a trabalhar aos 13 anos (1925) no jornal “A Manhã”, de propriedade de seu pai, Mário Rodrigues.

<sup>20</sup> RODRIGUES, 1994: p.113

<sup>21</sup> CONY: p. 57

velhos profissionais se aposenta<sup>22</sup>. A renovação técnica justificou a demissão daqueles que não sabiam datilografar, abrindo caminho para transformações mais profundas.

As redações foram divididas em funções, reorganizando-se em analogia com a produção industrial. Conforme Nilson Lage, “tratava-se de adaptar uma estrutura industrial taylorista — ou fordista, em linha de montagem — à produção de informação e matérias de entretenimento, principalmente”<sup>23</sup>, trazendo como principal consequência a impessoalidade do maior número de textos. O próprio Nelson Rodrigues faz a comparação das mudanças. “Por vício de velho, vivo eu a fazer comparações entre a imprensa antiga e a nova. Sou do tempo em que o diretor do jornal era tudo e o resto paisagem”. A partir daí ele conta um episódio em que o “dr. Britto”, proprietário do “Jornal do Brasil”, recebe a visita de um grande anunciante que lhe pede a publicação de uma notícia:

*“Na velha imprensa, nada mais intrascendente do que a publicação de uma notícia, fosse ela sublime ou vil. Bastava o visto do diretor. A casa não pagava, mas havia o respeito, hierarquia, subserviência. Mal remunerado, o funcionário vergava os ombros até os sapatos. Agora, tudo mudou.*

*“E o dr. Britto começou a se perder no labirinto de sua própria organização. O leitor, que é um simples, não pode imaginar a sombria complexidade de uma redação. O Jornal do Brasil tem uma antologia de editorialistas, uma frota de copy desks, um Departamento de Pesquisas, um Departamento Feminino, uma suntuária seção esportiva, uma indescritível seção de polícia. Só falta ter psicanalista próprio, bombeiro particular, cascata artificial (com filhote de jacaré).*

*“O dr. Britto, para publicar a nota, precisou enfrentar essa tremenda, complexa e implacável estrutura. Eu não estava lá e só conheço de ouvido o abominável episódio. Mas eis como me contaram os fatos: — o itinerário da matéria anticomunista começou no editor geral, se não me engano o Dines; deste passou para não sei quem; e a coisa foi rolando, de escalão em escalão.*

(...)

*“Todo mundo leu a matéria e ninguém a publicou. Eis a verdade deprimente: — ninguém a publicou. Todo santo dia, o dr. Britto reclamava do Dines; o Dines reclamava do chefe de redação; e este de não sei quem e, assim, sucessivamente, até o último dos últimos. Assim os dias e as noites iam passando, rumo à eternidade. As manhãs do dr. Britto eram amarguradas pela mesma frustração. Lia o seu jornal (e agora descobria que era falsamente seu) e não encontrava nada.”<sup>24</sup>*

A intensa divisão de trabalho no interior da redação não impede apenas a localização da notícia, como também impossibilita a responsabilização individual. Da mesma forma que

---

<sup>22</sup> CONY: p. 200

<sup>23</sup> LAGE: p. 36

não era mais possível atribuir a autoria de um texto, também ocorre uma coletivização da responsabilidade editorial, de modo que o diretor de jornal já não possui mais o prestígio de outrora. Por outro lado, se, antigamente, uma folha (como eram chamados os jornais) era reconhecida pelos talentos pessoais (o diretor do jornal, os polemistas) que nela escreviam, o enredo da crônica é um indício do desaparecimento daquilo que Nelson Rodrigues chamava de “grande jornalista”:

*“Já viram um jornal por dentro? Vale a pena. As batidas das remingtons e olivettis — criam uma insuportável obsessão auditiva. Vocês entendem? Uma redação é ressoante como uma colmeia de máquinas de escrever. Cada um de nós é um datilógrafo excitadíssimo. E o pior é que ninguém pára, não há uma pausa, um suspense, nada. Um amigo entrou na redação e fez a pergunta aterrada: — “Vocês não pensam?”.*

*“Não, não pensamos. O jornal é uma batalha contra o horário. Ninguém tem tempo de pensar. Flaubert perdia uma semana escolhendo entre mil sinônimos. Buscava a palavra absoluta. Infelizmente, tais rigores estilísticos são inviáveis na redação moderna. E, como escrevemos sem pensar, chega a parecer que as olivettis e as remingtons pensam por nós.*

*“São duzentas, trezentas, quatrocentas figuras, entre redatores, repórteres, estagiárias. Toda via falta alguém na selva humana. É o “grande jornalista”. Façam uma pesquisa. Leiam os jornais, da primeira à última página, inclusive os anúncios de missa. E não acharemos o “grande jornalista”. Há entre eles e as novas gerações uma sábia e inapelável distância. Dirão vocês que ainda existem, no Rio, um Roberto Marinho, em São Paulo, um Júlio de Mesquita e mais um ou dois. Mas são figuras solitárias e como que espectrais. O resto, ah, o resto é tão impessoal, tão nivelado, tão massificado.*

*“No passado, porém, o jornal era o “grande jornalista”. Os demais faziam a paisagem. Ai da redação que não tivesse um Zé do Patrocínio, um Quintino Bocaiúva, um Edmundo Bittencourt, um Irineu Marinho, um Mário Rodrigues. Ou um Alcindo Guanabara. Este foi tudo na imprensa, e, até, se não me engano, tipógrafo. Outro que deixou nome: — Medeiros de Albuquerque. Mas quem importa, para efeito desta “Confissão”, é Alcindo Guanabara. Dizia eu que ele foi tudo: — revisor, repórter de polícia, redator, redator-chefe e, por fim, diretor.*

*“E com Alcindo aconteceu uma admirável. Começava uma Semana Santa e ele, mocíssimo, sem as barbas faunescas dos últimos tempos, era apenas redator. Ia saindo o “grande jornalista” quando o diretor apareceu, de colete e mangas de camisa. Do alto da escada, o diretor o chama: — “Alcindo, Alcindo”. O outro, já embaixo, vira-se. E diz o dono do jornal: — “Escreve um artigo sobre Cristo”. Alcindo pergunta: — “Contra ou a favor?”.<sup>25</sup>*

Nelson Rodrigues descreve o jornalista contemporâneo como um “datilógrafo excitadíssimo”. O adjetivo remete a um comportamento irracional, que se cumpre instintivamente, tal como as abelhas executam diferentes funções pré-determinadas

---

<sup>24</sup> RODRIGUES, 1994: p. 211

geneticamente para garantir a sobrevivência da colmeia. Para o cronista, os novos profissionais da imprensa não precisam pensar *como* fazer a notícia: a forma já está definida pela lauda e pelo “manual de redação”. A rotina transforma a redação de notícias numa atividade tão mecânica, isto é, com um mínimo de contribuição intelectual, que o autor chega a atribuir o verdadeiro trabalho às máquinas de escrever.

Na velha imprensa, redigir uma notícia não era um processo tão óbvio. Como se percebe, os “grandes jornalistas” são os mesmos “polemistas” descritos anteriormente por Fernando Morais, para os quais a descrição dos fatos era menos uma questão de retratar um aspecto material do que uma abordagem retórica. Ainda não grassava a impessoalidade massificante que iria pasteurizar o noticiário quando, mais tarde, Nelson anotaria que o “leitor nunca sabe se o jornal é o do dia ou da véspera”<sup>26</sup>. Mas é na anedota que encerra a citação que está cifrada a principal diferença entre os dois tipos de imprensa, a perda lamentada pelo cronista: o fim do estilo.

Em “Quase Memória”, Cony demonstra como a velha imprensa preconizava o estilo. No livro, o pai do seu protagonista (Ernesto Cony Filho), jornalista é encarregado de cobrir uma palestra do padre Júlio Maria durante a quaresma. Como o tema era previamente conhecido, e o mesmo Ernesto já assistira a diversos sermões do religioso, ele combina com o chefe da oficina de deixar o texto pronto na véspera. No entanto, minutos antes de subir ao púlpito, o religioso falece. A morte do padre transforma-se em manchete do jornal sem que o artigo fosse trocado. Cony comenta que, para sorte de Ernesto, o tema do sermão seria a passagem em que Cristo pergunta: “De que vale ao homem ganhar o universo inteiro se vier a perder sua alma?”. Aquilo que normalmente seria motivo para demissão do jornalista, foi visto pelo diretor do jornal como demonstração de “esperteza e de estilo”<sup>27</sup>, e Ernesto foi promovido a redator de seu jornal, “O Paiz”.

Nelson Rodrigues costumava dizer que “não via dessemelhança entre literatura e jornalismo”<sup>28</sup>. Na velha imprensa, o respeito à integridade do autor fazia com que mesmo o redator de uma releitura de uma nota de atropelamento se considerasse um estilista. Se o autor fosse um “grande jornalista”, a “pura delícia auditiva de sua prosa aumentava a tiragem do jornal em

---

<sup>25</sup> RODRIGUES, 1994: p. 95

<sup>26</sup> IDEM, 2001b: p. 15

<sup>27</sup> CONY, 1996: p. 62

<sup>28</sup> RODRIGUES, 1994: p. 245

trinta mil exemplares ou mais. Era a época em que uma boa frase derrubava um ministério”<sup>29</sup>. Foi nesse contexto que Nelson Rodrigues iniciou sua carreira jornalística.

*“Dias depois, começo a trabalhar no jornal de meu pai. Se bem me lembro, foi o meu irmão Milton que me mandou para a reportagem policial. A Manhã saíra da rua Treze de Maio, passara para a Avenida, em frente à Galeria Cruzeiro. Ainda me vejo, na redação, com os meus treze anos, nome na folha e ordenado de trezentos mil-réis, escrevendo a minha primeira nota.*

*“Não vou me esquecer nunca: — era uma notícia de atropelamento. Um rapaz, ao atravessar a rua São Francisco Xavier, fora apanhado por um automóvel. Eu me torturei como Flaubert fazendo uma linha de Salambô. E a prosa saiu-me concisa, precisa, objetiva, como a atual.*

*“Comecei pelo nome, claro. Escrevia à mão. E procurei, inclusive, trabalhar a caligrafia. “Fulano de tal, de 27 anos” (não sei se era essa a idade). O morto era preto. Muito bem: — preto. Mas a reportagem policial tinha, então, certos achados estilísticos. Por exemplo: — preto era pardo. E eu continuei: — “Pardo, solteiro”. Realmente, o estado civil do atropelado está na minha memória. Não há a menor dúvida: — solteiro. E fui adiante: — “Pardo, solteiro, foi colhido”. Ninguém era simples e crassamente atropelado, e sim “colhido”.*

*“ “Colhido e morto”, parei. Tinha uma dúvida: — “Colhido e morto por um automóvel” parecia-me escasso e frouxo. Penso, penso e não me ocorre nada. Sim, é pouco “colhido e morto por um automóvel”. Faltava algo. Desde que me destinaram à reportagem policial, eu andava lendo, relendo e meditando as notas de atropelamento. Puxo pela memória. E, de repente, baixa uma luz e completo a frase: — “Colhido e morto por um automóvel em disparada”.*

*“Para o repórter de polícia, era sempre um automóvel “em disparada” que atropelava o brasileiro. E o resto. Desde a primeira audição de “Danúbio azul” que a nota de atropelamento é espantosamente igual a si mesma. Muda a vítima e nunca as palavras. Todavia, o “disparada” lisonjeou-me como se fosse uma criação minha. Estou parado. “Como é que acabo a nota?”, é o que me pergunto.*

*“E, súbito, brota uma idéia que a mim próprio surpreendeu. No Brasil, quando alguém morre na rua, aparece uma vela acesa ao lado do cadáver. Ninguém sabe, e jamais saberá, quem a pôs ali, quem riscou o fósforo, quem deixou aquela chama que vento nenhum apagará. É um uso brasileiro, que as gerações preservam, piedosamente. E eu me lembro de terminar com uma menção à vela.*

*“Primeiro, eram só a vela e a respectiva luz. Em seguida, comecei a enriquecer a idéia. Podia dizer que uma senhora, vestida de preto, acendera uma vela, etc. etc. “Senhora de preto” era bom. Ou, em vez de “senhora”, mulher de preto? Mulher, mulher. Fosse como fosse, era a primeira vez, absolutamente a primeira vez, em que se punha uma vela numa nota de atropelamento.*

*“Faltava muito pouco para concluir a notícia. Bastava um empurrão e pronto. Mas comecei a duvidar de mim mesmo. Mais tarde, fazendo meus textos teatrais, sentiria, por*

---

<sup>29</sup> RODRIGUES, 1996: p. 226

vezes, o mesmíssimo medo de trair uma rotina sagrada. E terminei limpa e honradamente assim: — “O chauffeur fugiu”. Foi essa a minha primeira pusilanimidade de ficcionista.”<sup>30</sup>

A cobertura de atropelamento era das atividades mais banais do jornalismo e, em geral, costumava-se relegá-la aos novatos da redação. Nelson Rodrigues chega a definir esse tipo como “um repórter analfabeto de atropelamento”<sup>31</sup>. No entanto, é exatamente aí que o cronista inicia a sua carreira jornalística. Ele comenta que desde a primeira audição do Danúbio Azul a nota de atropelamento é igual a si mesma. Com efeito, apesar da preocupação com o estilo, todas as indicações que o autor faz, desde o eufemismo de trocar “negro” por “pardo”, passando pela escolha das palavras, como no caso do “colhido” em vez de “atropelado” e da aposição do carro “em disparada”, só reforçam os lugares-comuns que garantem a eficácia da nota de atropelamento. Faz parte da insegurança inicial do ficcionista que, ao rever a sua primeira nota, a caracteriza como “concisa, precisa, objetiva, como a atual”.

Até aqui há uma equivalência explícita entre o antigo repórter analfabeto de atropelamento, que obedece uma rotina sagrada, e a nova imprensa. No entanto, Nelson Rodrigues amplia suas críticas aos novos paradigmas do jornalismo ao confrontar seus principais tipos: de um lado, a estagiária e o *copy desk* e, do outro, o repórter policial.

Nelson era filho do dono do jornal e, mesmo assim, opta por iniciar sua carreira jornalística na reportagem policial. Ruy Castro justifica que, com exceção dos redatores políticos e do editor da página literária, os repórteres policiais, embora mal pagos, eram as estrelas da redação. Os jornais, em especial os vespertinos, noticiavam “dezenas de ocorrências policiais por dia. E, numa cidade lindamente sem assaltos como o Rio, em que a captura de um ladrão de galinhas era uma sensação, quase todos os crimes envolviam paixão ou vingança”<sup>32</sup>. A maior parte das matérias eram apuradas pelo telefone ou diretamente na delegacia, mas para os casos mais chocantes, o jornal despachava uma “caravana” (dupla de repórter e fotógrafo) às pressas para o local do crime. Naquela época, com o rádio ainda nos seus primórdios, dava-se importância ao “furo”, isto é, à notícia em primeira mão. Por conta disso, muitos jornais chegavam a tirar mais de quatro edições no mesmo dia.

---

<sup>30</sup> RODRIGUES, 1994: p. 189

<sup>31</sup> IDEM, 2003: p. 161

<sup>32</sup> CASTRO: p. 47

Castro revela que a “caravana” não se limitava a entrevistar os parentes da vítima ou do assassino. Em geral chegava antes da polícia, bisbilhotava a casa e até roubava pertences do morto. “Os vizinhos eram ouvidos. Fofocas abundavam no quarteirão, o que permitia ao repórter abanar-se com um vasto leque de suposições. Como se não bastasse, era estimulado, quase intimado pela chefia, a mentir descaradamente”<sup>33</sup>. Era o tempo em que o noticiário policial dominava as primeiras páginas e, dependendo do que o repórter conseguia extrair do material, a mesma notícia podia render material para inúmeras edições.

Nessa altura, Nelson Rodrigues ainda era o inexperiente redator de atropelamento. Ele anota que, ainda menino de treze anos, “não discriminava o reles atropelamento e a grande, hierática tragédia passional”<sup>34</sup>. Porém, não demoraria muito ele seria escalado para cobrir o seu primeiro “pacto de morte”: Um casal de namorados combinara de se matar ao mesmo tempo, cada um na sua casa. Nelson é enviado à casa da garota, que ateara fogo às próprias vestes, e narra:

*“Rapidamente, deixei de ser apenas o repórter do atropelamento. Escrevera sobre o pacto de Pereira Nunes uma boa meia página. Desta vez, mais seguro de mim mesmo, inundei de fantasia a matéria. Notara que, na varanda da menina, havia uma gaiola com um canário. E fiz do passarinho um personagem obsessivo da história.*

*“Descrevi toda a cena: — a menina, em chamas, correndo pela casa, e o passarinho, na gaiola, cantando como um louco. E era um canto áspero, irado, como se o canarinho estivesse entendendo o martírio da dona. E fiz a coincidência: — enquanto a menina morria no quintal, o pássaro emudecia na gaiola.*

*“Quase, quase matei o canário. Seria um efeito magistral. Mas como matá-lo se a rua inteira ia vê-lo, feliz, vivíssimo, cantando como nunca, na sua irresponsabilidade radiante? O bicho sobreviveu. E foi um sucesso no dia seguinte. Lembro-me de que me perguntaram muito: — “Quem escreveu a história do passarinho?”. Eu era apontado. Muitos vinham me perguntar: — “Mas aquilo foi verdade mesmo?”. Respondia, cínico: — “Claro!”.*

*“Entre parênteses, a idéia do passarinho não era lá muito original. Eu a tirara de uma velha e esquecida reportagem de Castelar de Carvalho. Anos atrás, ele cobrira um incêndio. Mas o fogo não matara ninguém e a mediocridade do sinistro irritava o repórter. E, então, lembrou-se ele de inventar um passarinho. Enquanto o prédio era lambido e, depois, comido, o pássaro cantava, cantava. Não parou de cantar. Só emudeceu para morrer.*

*“O brasileiro gosta do horror e a nossa cidade é emotiva como uma senhora gorda. A deslavada invenção de Castelar fez a massa tremer de pena e de beleza. Não se falou em outra coisa. E o Castelar, fascinado pelo próprio êxito, não pensou duas vezes: — a partir de então não fazia um incêndio sem lhe acrescentar um passarinho. Sim, um passarinho que morria cantando e repito: — que emudecia morrendo.*

---

<sup>33</sup> CASTRO: p. 47

<sup>34</sup> RODRIGUES, 1994: p. 199

*“Hoje, a reportagem de polícia está mais árida do que uma paisagem lunar. Lemos jornais dominados pelos idiotas da objetividade. O repórter mente pouco, mente cada vez menos. A geração criadora de passarinhos acabou em Castelar. Eis o drama: — o passarinho foi substituído pela veracidade que, como se sabe, canta muito menos. Daí por que a maioria foge para a televisão. A novela dá de comer à nossa fome de mentira.”<sup>35</sup>*

Pela exposição, Nelson Rodrigues só deixa de ser o repórter analfabeto de atropelamento porque enche de fantasia a sua matéria. Para o autor, a pequena mentira sobre o canário, possui uma importante função dramática. Se, de acordo com Ruy Castro, o noticiário policial era alimentando por crimes passionais, Nelson argumenta que no “fim de certo tempo, o repórter de polícia adquire uma experiência de Balzac. Com um ano de atividade profissional eu conhecera todas as danações do homem e da mulher”<sup>36</sup>. Quer dizer, o repórter policial acumula uma experiência de vida que lhe permite dizer não apenas sobre aquilo que move o ser humano, mas do que lhe toca. Mais do que se prender aos fatos, para a antiga redação, era preciso sensibilizar o leitor para a tragédia humana. Nelson Rodrigues chega a dizer que “o jornalista que tem o culto do fato é profissionalmente um fracassado. Sim, amigos, o fato em si mesmo vale pouco ou nada. O que lhe dá autoridade é o acréscimo da imaginação”<sup>37</sup>.

Para o autor, a imprensa moderna retira qualquer resquício de subjetividade da notícia. Não por acaso, a reportagem policial perde espaço em inúmeros jornais. Nelson Rodrigues toma como exemplo o “Jornal do Brasil”, primeiro grande jornal a instaurar o paradigma da objetividade, e cunha a expressão “idiotas da objetividade” para definir o tipo de jornalismo praticado pelo veículo concorrente. Ele escreve que na imprensa objetiva, o crime passional “é tratado sem nenhum patético, em forma de pura, sucinta e objetiva informação”<sup>38</sup>. No entanto, a impessoalidade do “JB” vai ainda mais longe, ignorando de vez o noticiário policial.

Nelson Rodrigues escreve que ao “redor de nós, tudo nos convida, tudo nos induz ao espanto”. Porém, num contexto em que o noticiário se apresenta de forma padronizada, impessoal, uma notícia igual à outra, é difícil comover o indivíduo, tirá-lo da sua rotina. Nelson compara: “examinem esse povo que vai passando, com algo de fluvial no seu lerto escoamento. Ninguém admira nada, ninguém admira ninguém. Essa impotência de

---

<sup>35</sup> RODRIGUES, 1994: p. 205

<sup>36</sup> IBIDEM: p. 208

<sup>37</sup> IDEM, 2001c: p. 12

sentimento, esse tédio de alma, essa anestesia coletiva e alvar traduz um desinteresse vital tremendo”<sup>39</sup>.

Essa atitude impassível da imprensa moderna, estava personalizada na figura do *copy desk*. Sua função era reescrever os textos de forma a adequá-los aos novos paradigmas de objetividade. Obsessão que não poupava autor nem estilo. O cronista insinua que, aparecesse um Proust ou mesmo a Divina Comédia de Dante, não importa, o *copy desk* reescreveria o autor como se fosse um repórter analfabeto de atropelamento. Como a última versão do texto era sua, por vezes o *copy desk* assumia ares de onipotência, de modo que nenhum texto passava intacto por suas mãos. Entretanto, algumas vezes ele extrapolava a sua função, como no caso do “erro de revisão”:

*“(Ontem, aliás, anteontem, escrevi: — “O povo desconfia do que entende” etc. etc. Pois bem: — e saiu assim: — “O povo desconfia do que não entende”. Novamente fui dominado por uma dessas fúrias sagradas e inúteis. A minha vontade foi sair de porta em porta, de errata em punho, aos berros: — “Eu disse: ‘desconfia do que entende!’ ”. Mas logo desisti de qualquer protesto ou correção. Por trás da frase alterada estava meu velho e imortal conhecido: — o erro de revisão. Sim, o erro de revisão é um poder mais alto do que o próprio dono do jornal.)*

*“Desdobro o parêntese: — disse “erro de revisão” e já não sei se foi mesmo erro de revisão. Talvez tenha sido um estilista. O copy desk emprega, de vez em quando, um Flaubert. Estou imaginando a cena. O Flaubert do copy desk apanha o meu original e começa a ler. E, quando digo eu que o povo “desconfia do que entende”, o estilista põe fogo pelas ventas. Apanha o lápis vermelho (porque o vermelho é a cor mais enfática) e troca o sentido de tudo. O povo passa a desconfiar do que NÃO entende. E o simples e fulminante NÃO, posto na frase, transfigura o copy desk. Ele arqueja como quem acaba de escrever Salambô.”<sup>40</sup>*

Mais do que reivindicar a integridade do texto, no que se poderia identificar um preciosismo autoral por parte do cronista, Nelson Rodrigues está preocupado com a ingerência do *copy desk* sobre a notícia e, conseqüentemente, nos seus efeitos sobre o leitor. Se mesmo na crônica, espaço de articulação subjetiva, o *copy desk* se arroga do texto a ponto de transformar o seu significado, o que não faria no âmbito informativo.

Por outro lado, o cronista comenta em outro momento que o brasileiro se espanta cada vez menos e insinua o motivo: “as manchetes de hoje não se espantam, nem se desgrenham,

---

<sup>38</sup> RODRIGUES, 2003: p. 88

<sup>39</sup> IDEM, 2001b: p. 15

<sup>40</sup> IDEM, 2003: p. 115

nem reconhecem a catástrofe”<sup>41</sup>. Nelson Rodrigues quer demonstrar que haveria um nexo claro entre a forma como a realidade é apresentada e a forma como o leitor (primeiro o indivíduo e, depois, num contexto mais amplo, a sociedade) reage a ela. Novamente, ele usa a linguagem como termo de comparação entre os dois modelos de imprensa.

*“Se me perguntarem qual é o grande e irreduzível abismo entre a velha imprensa e a nova, direi: — a linguagem. Claro que existem outras dessemelhanças, além da estilística. Tudo o mais, porém, é irrelevante. Basta a redação de uma e outra para datá-las. Examinem duas manchetes: — uma de 1908 e outra de 1967.*

*“Dos fatos que, em 1908, deram manchete, o mais patético foi o assassinato do rei de Portugal e do príncipe herdeiro. Muito bem. Um dia, fui à Biblioteca Nacional repassar os jornais da época. Eis o que quero dizer: — não sei o que comovia mais o leitor, se o furor da carnificina, se o alarido dos cabeçalhos.*

*“A primeira manchete era de um tremendo impacto visual, um soco no olho. E, depois de contar, sempre em oito colunas, a iniquidade, o jornal, não satisfeito, punha uma derradeira manchete: — “HORRÍVEL EMOÇÃO!”. Quando e onde o atual copy desk do Jornal do Brasil admitiria esse apavorante uivo impresso?*

(...)

*“Vejam vocês: — diante da catástrofe, a primeira medida da velha imprensa era cair nos braços do adjetivo ululante. Hoje, não. Quando Kennedy morreu (quando uma bala arrancou o seu queixo), o copy desk do Jornal do Brasil redigiu a manchete sem nada conceder à emoção, ao espanto, ao horror. O acontecimento foi castrado emocionalmente. Podia ser a guerra nuclear, talvez fosse a guerra nuclear. E o nosso copy desk, na sua casta objetividade, também não concederia ao fim do mundo um vago e reles ponto de exclamação.*

*“A rigor, só conheço um lapso nessa intransigência estilística. Foi por ocasião da visita do papa a Portugal, o mesmo Portugal de d. Carlos, o rei de olho azul. Ora, não é três vezes por dia que um papa vai à terra portuguesa. E eu estava curioso de ver como reagiria o copy desk à transcendência do fato.*

*“Sua santidade desembarcou e, no dia seguinte, atropeli o primeiro exemplar do Jornal do Brasil que encontrei na vida real. Ignorei os telegramas. O que me interessava era o estilo do jornal. E tremi em cima dos sapatos. Contando a chegada do papa, o copy desk admitia que o sol estava “radioso”. A princípio, duvidei de mim mesmo; reli e lá estava, inequívoco, contundente, o palavrão: — “radioso”. Para a velha imprensa, o sol mais vagabundo era “radioso”. Agora, não. E vamos reconhecer a singularidade da coisa: — pela primeira vez, um sol é “radioso” na primeira página do Jornal do Brasil.*

*“E o fato é tão escandaloso que, por um momento, roçou-me o espírito a seguinte e desprimorosa suspeita: — estaria bêbado o copy desk ao fazer tal concessão ao papa, a Portugal, ao sol e ao vocabulário? Seja como for, acho que o rei de olho azul morreu na hora certa. Fosse ele contemporâneo do copy desk, e não teria as manchetes que só a velha imprensa, só o jornal não desenvolvido concedia à tragédia oficial ou privada.”<sup>42</sup>*

---

<sup>41</sup> RODRIGUES, 2003: p. 15

<sup>42</sup> IDEM, 1994: p. 244

Não se trata mais de ser fiel aos fatos, Nelson Rodrigues questiona a forma como eles são abordados. O *copy desk* assume uma objetividade intransigente, excluindo qualquer aspecto valorativo do acontecimento. As reações da velha imprensa diante da tragédia — o adjetivo ululante, a manchete rasgada em oito colunas (o correspondente à largura de toda a área impressa da página) ou mesmo o reles ponto de exclamação — são banidas em prol de um jornalismo isento, informativo, impessoal.

No entanto, para o cronista, essa objetividade que pretende apresentar o fato tal como ele aconteceu não dá conta da real dimensão do acontecimento. Os exemplos dados — a morte de um rei, de um presidente ou a visita de um papa — são fatos que repercutem na vida de uma nação. E narrá-los assim, de forma sucinta e meramente informativa, dá a impressão de que se tratam de algo tão trivial quanto a já mencionada nota de atropelamento. Uma anônima infelicidade que não possui maior significado justamente por não passar de um acidente ordinário. De modo que, para o autor, a objetividade é idiota, porque aplicada indiscriminadamente. No afã de noticiar o evento como ele se apresenta na sua realidade material, o jornalista perde a capacidade de se espantar, de perceber a tragédia por trás do fato. No assassinato do presidente norte-americano, não era apenas o indivíduo J. F. Kennedy que morria, podia ser a guerra nuclear — pondera Nelson Rodrigues.

Se, por culpa do vício profissional, o *copy desk* tornava-se insuscetível de espanto, outra personagem obsessiva, a estagiária, parecia incorporar a objetividade como uma espécie insensibilidade. Para Nelson Rodrigues, acostumado à fauna das velhas redações (descrita anteriormente por Ruy Castro), nas quais era comum que, por segurança, os jornalistas andassem armados, nada mais surpreendente do que a “imprensa de meninas” que invade o campo de trabalho.

*“Não sei se me entendem. Mas é preciso conhecer por dentro, o jornal moderno. No passado, as redações eram só masculinas. Mais fácil ver uma girafa escrevendo tópicos e artigos do que uma mulher jornalista. Ao passo que, em nossos dias, a imprensa está cheia de meninas. Elas entram no jornal como num jardim. Cheia de adolescentes, a redação parece uma paisagem de bordado, de tapete, povoada de ninfas, sílfides ou sei lá. Umas são realmente profissionais; e outras, simples estagiárias.*

*“Vocês viram como, na minha iniciação jornalística, passei por amargas experiências. Ainda bem que as estagiárias são de outra época em que tudo se diz e tudo se faz pelo telefone. Entre a Casa Branca e o Kremlin há um telefone direto e fatal. A qualquer momento, os Estados Unidos e a Rússia poderão assassinar o mundo. Basta uma ligação e não sobreviverá uma folha de alface. (...)”*

*“Pois bem. As estagiárias telefonam para qualquer um que tenha um mínimo de importância social, econômica, política, artística. Eu diria mesmo que a estagiária é um apavorante ser telefônico. Entrevista o servente e o ministro, o batedor de carteiras e o rajá, o faxineiro e o rei, com o mesmíssimo elán, alegre e medonho. Outro dia, ocorreu um episódio delirante (não sei se empreguei bem o “delirante”). Vá lá, o delirante. Um dos nossos maiores jornais mandou uma estagiária ouvir um milionário paulista. Como o homem tem apartamento no Rio, foi fácil.*

*“A menina não pensou duas vezes. Discou. Mas houve a coincidência: — dez minutos antes do telefonema ou, se não dez minutos, meia hora antes, o industrial tivera um enfarte brutalíssimo. O Pró-Cardíaco estava lá. Na tenda de oxigênio, o doente tinha o olho enorme e fixo do terror. O médico já cochichara: — “Grave”. Perguntaram: — “Tanto assim?”. Sublinhou: — “Muito grave”. Foi nesse momento, com o homem estrebuchando na tenda, que tocou o telefone. As pessoas andavam descalças e explico: — o rumor dos sapatos aumentava os padecimentos do enfartado. O filho se arremessou para o telefone: — “Alô, alô”. E a estagiária: — “É da residência do sr. X? Aqui é do jornal Z. Podia chamar o sr. X?”. O rapaz explica baixinho e espavorido: — “Minha senhora, o sr. X teve um enfarte, acaba de ter um enfarte”. A outra não se deu por achada: — “Então quer me fazer um favor? Vai lá e pergunta o que é que ele acha da pílula”. O filho, aterrado, balbuciou: — “Mas o sr. X teve um enfarte!” e a estagiária: — “Eu espero”. A pessoa começou a duvidar até do telefonema. Chegou a admitir que não estava falando com ninguém, nem ouvindo ninguém, e que era vítima de uma espantosa alucinação. Todavia, o desespero o armou de paciência. Repetiu: — “Minha senhora, eu estou lhe dizendo que o sr. X teve um enfarte. Está morrendo. Ouviu, minha senhora?”. Do outro lado da linha, dizia: — “Sei, sei. Estou ouvindo. Mas o senhor não pode fazer esse favorzinho? Basta uma frase sobre a pílula”. Por fim, o outro tomou-se de um ódio nunca visto: — “Escuta aqui, minha senhora, escuta. Se eu tivesse aí, ou a senhora aqui, eu lhe dava um soco, minha senhora. Pela vida do meu pai, que está morrendo. Dava-lhe um soco na cara!”.*

*“Agora, um dado que me parece essencial. As entrevistas das estagiárias têm uma virtude rara: — não saem. Falo por experiência própria. Quase todos os dias, uma estagiária me caça pelo telefone. E eu falo sobre todos os temas e personalidades. Opinei sobre os Kennedy, João XXIII, o kaiser, Gandhi, Amundsen etc. etc. No dia seguinte, abro o jornal e vejo que não saiu uma linha”<sup>43</sup>.*

Apesar da representação caricata, o cronista quer mostrar que, assim como o *copy desk*, a estagiária, ao interiorizar os critérios de objetividade, não é capaz de reconhecer a tragédia. Essa impotência para o espanto leva a estagiária a fazer as perguntas mais disparatadas. Nesse sentido, Nelson Rodrigues escreve que “a estagiária entra na redação, pode passar lá duzentos anos e jamais será jornalista. Mas age e reage como se fosse”<sup>44</sup>. Suas entrevistas jamais serão publicadas. Falta à estagiária justamente o espanto que, entendido de outra maneira, é o que dá discernimento ao jornalista para perceber a notícia, a relevância do fato.

---

<sup>43</sup> RODRIGUES, 1996: p. 64

Esse discernimento que, na visão do cronista, só vem com a experiência. O repórter policial, paradigma da velha imprensa, “sabia de tudo, vira tudo. Por trás de suas histórias, havia toda uma cálida, maravilhosa experiência shakespeariana”<sup>45</sup>. O velho profissional presenciava a tragédia pessoalmente e, por pouco, não interferia nos acontecimentos. Ao passo que os protagonistas da imprensa moderna sequer precisam sair da redação para realizar seu trabalho. A estagiária vive numa época que tudo se diz e tudo se faz por telefone. Por outro lado, aquele que dá forma final à notícia, o *copy desk*, já não afere mais a realidade a partir da experiência direta. Ciente disso, Nelson Rodrigues anota: — “Por aí se vê que há, entre a nossa imprensa e o fato, uma distância fatal. O repórter age e reage como um marginal do acontecimento. Antigamente, não. Antigamente, o profissional sofria o fato na carne e na alma”<sup>46</sup>.

Para o cronista, há uma relação direta e intrínseca entre distância e linguagem. Ele compara a experiência de assistir uma partida de futebol no campo de Laranjeiras<sup>47</sup> e outra no Maracanã. O estádio de Álvaro Chaves é o que o autor chama de “campo pequeno”, e o Maracanã, como se sabe, é o maior do mundo. No estádio do Fluminense, como as dimensões são mais exíguas, a proximidade entre a arquibancada e o campo é maior e o torcedor tem uma relação direta com o espetáculo. Segundo Nelson, a disputa assume contornos de “partida internacional. Tudo adquire uma dimensão insuspeitada e terrível. Um arremesso lateral vagabundérrimo produz um impacto”. Ao passo que no Maracanã há uma “distância irreduzível” que modifica todas as relações entre o público e a partida. E conclui: — “a distância desumaniza os fatos, retira das criaturas todo o seu conteúdo poético e dramático”<sup>48</sup>. O mesmo acontece em relação às notícias. Segundo o cronista, a proximidade pode fazer com que um atropelamento de cachorro tenha mais apelo emocional do que Hiroshima.

*“Sabemos que, em Hiroshima, morreu um mundo e nasceu outro. A criança de lá passou a ser cancerosa antes do parto. Mas há entre nós e Hiroshima, entre nós e Nagasaki, toda uma distância infinita, espectral. Sem contar, além da distância geográfica, a distância auditiva da língua. Ao passo que o cachorro é atropelado nas nossas barbas traumatizadas. E mais: — nós o conhecíamos de vista, de cumprimento. Na época própria, víamos o brioso*

---

<sup>44</sup> RODRIGUES, 1996: p. 112

<sup>45</sup> IDEM, 2003: p. 136

<sup>46</sup> IDEM, 1994: p. 198

<sup>47</sup> Campo do Fluminense: localiza-se na rua Álvaro Chaves, no bairro carioca de Laranjeiras.

<sup>48</sup> RODRIGUES, 2001b: p. 9

vira-lata atropelar as cachorras locais. Em várias oportunidades, ele lambeira as nossas botas.

*“E além disso, vimos tudo. Vimos quando o automóvel o pisou. Vimos também os arrancos triunfais do cachorro atropelado. Portanto, essa proximidade valorizou o fato, confere ao fato uma densidade insuportável. A morte do simples vira-lata dá-nos uma relação direta com a catástrofe. Ao passo que Hiroshima, ou o Vietnã, tem, como catástrofe, o defeito da distância.”*<sup>49</sup>

Para Nelson Rodrigues, na imprensa atual, quem redige a notícia está muito distante dos fatos, não possui mais essa relação direta com o acontecimento. Daí viria a sua falta de espanto. Por outro lado, há ainda uma outra circunstância: o jornalista que em nome da objetividade esvazia o fato de emoção. O autor dá como exemplo um jogo da seleção brasileira contra a Inglaterra. O Brasil, bicampeão do mundo em 1962, vencera apenas um jogo na Copa de 1966 antes de ser eliminado ainda na primeira fase e, portanto, estava em desprestígio. A Inglaterra detinha o título mundial, e a imprensa nacional exaltava a sua supremacia. Para piorar a situação, os brasileiros saem perdendo em pleno Maracanã. Mas o jogo vira no segundo tempo. Nelson conta que, Tostão, mesmo derrubado na área, faz o primeiro gol de cabeça:

*“Foi um assombro. Em pé, Tostão já é pequeno, pequeno e cabeçudo como um anão de Velasquez. Imaginem agora deitado. Os ingleses ficaram indignados e explico: — um gol como o de Tostão desafia toda uma complexa e astuta experiência imperial. Um minuto depois, ou dois minutos depois, Tostão dá três ou quatro cortes luminosíssimos e entrega a Jairzinho. Este põe lá dentro. Naquele momento ruía toda a pose inglesa. Era a vitória e pergunto: — como reagimos diante da vitória? Claro que o homem da arquibancada subiu pelas paredes como uma lagartixa profissional.*

*“Mas pergunto: — e os outros? E os outros? A imprensa, o que fez a imprensa? E o rádio? E a TV? Deviam estar virando cambalhotas elásticas, acrobáticas. A Inglaterra pode não ter futebol, mas tem o título. É campeã do mundo. Portanto, vencemos o título. Os grandes jornais não concederam ao feito brasileiro uma manchete de primeira página. O mais dramático é que quase toda a imprensa, rádio e TV trataram de amesquinhar, humilhar, aviltar a vitória. Em São Paulo as Folhas acharam os ingleses “os melhores”. No Rio, a mesma coisa. No subdesenvolvido, a imparcialidade não é uma posição crítica, mas uma sofisticação insuportável. Fingindo-se de justa, quase toda a crônica falada e escrita falsificou o jogo, isto é, descreveu um jogo que não houve.”*<sup>50</sup>

Para o cronista, a seleção brasileira fez uma apresentação espantosa. No entanto, para que o brasileiro tivesse a real dimensão do acontecimento, faltava ao espetáculo o que ele

---

<sup>49</sup> RODRIGUES, 2001a: p. 85

chama de um narrador de evocação homérica. O autor explica que, no passado, “o fato tinha, sempre, um Camões, um Homero, um Dante à mão. Por outras palavras: — o poeta era o repórter que dava ao fato o seu canto específico. Hoje, nós temos tudo: — jornal, rádio e televisão. O que nos falta é, justamente, a capacidade de admirar, de cobrir o acontecimento com o nosso espanto”<sup>51</sup>. Assim, a imprensa moderna esvaziou o jogo de todo o conteúdo emocional. Fingindo-se de imparcial, o jornalista pôs uma distância enorme entre o leitor e o fato. Essa distância desumanizou o acontecimento, tal como o cronista a experimentara no Maracanã.

Nelson Rodrigues temia especialmente que, ao negar sistematicamente o espanto, a emoção ao fato, essas transformações da imprensa viessem a embotar o leitor e, em última análise, a sociedade. Em determinado momento ele advertia: “pouco a pouco, o *copy desk* vem fazendo do leitor um outro idiota da objetividade. A aridez de um se transmite ao outro. E me pergunto se, um dia, não seremos nós 80 milhões de *copy desks*? Oitenta milhões de impotentes do sentimento”<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> RODRIGUES, 2001c: p. 150

<sup>51</sup> IDEM, 2001b: p. 16

<sup>52</sup> IDEM, 2001a: p. 48

### 3. O PAPEL DA CRÔNICA NO RESGATE DO INDIVÍDUO

#### 3.1. CRÔNICA: GÊNERO INDEFINIDO<sup>1</sup>

No Brasil a crônica surge na ambigüidade limítrofe entre jornalismo e literatura. Nelson Rodrigues se aproveitou da indefinição do gênero e se apropriou dele de modo a dizer mais do que a crassa objetividade ou a mera literatura permitiriam. No entanto, para tratar disso, é preciso que se entenda primeiro como a crônica foi se definindo antes de chegar até ele.

Segundo José Marques de Melo, o termo possui origem latina e designa uma certa narrativa histórica alicerçada na percepção e nos julgamentos de seu autor. Na transposição para o jornal, assume uma forma que combina a informação e seu comentário<sup>2</sup>. Mas é no jornalismo português que a crônica se aproxima da caracterização que vai adquirir no Brasil, um modelo em que “os fatos são apenas um pretexto para o autor da crônica”, no qual a “associação de idéias, o jogo de palavras e conceitos, as contraposições, misturam o real e o imaginário como forma de fazer realçar o primeiro”<sup>3</sup>.

No Brasil, a crônica surge sob a rubrica comum de “folhetim”. Tratava-se, na verdade, de um rodapé do jornal onde eram publicadas notas informativas, contos, poemas, artigos, entre outros textos que fizessem referência aos assuntos daquele tempo. Afrânio Coutinho data seu surgimento do dia 2 de dezembro de 1852 no “Jornal do Commercio” do Rio de Janeiro. O precursor teria sido Francisco Otaviano, e logo lhe sucederiam nomes como José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Raul Pompéia.

Ainda nos primórdios da crônica, Alencar escreve incomodado com a indefinição do gênero:

*“Obrigado um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade; e isto com a mesma*

---

<sup>1</sup> Aproveito neste capítulo boa parte da abordagem que Fischer faz do gênero em sua tese, como forma de diferenciar a crônica do ensaio (FISCHER, Luís Autusto. *Nelson Rodrigues ensaísta*. Porto Alegre: 1998).

<sup>2</sup> Como aqui resumo a exposição do autor, me parece pertinente anotar que ele centra seu foco de pesquisa também na imprensa de origem latina: Itália, França e Espanha.

<sup>3</sup> MELO: p. 113

*graça e a mesma nonchalance com que uma senhora volta as páginas douradas do seu álbum, com toda a finura e delicadeza com que uma mocinha loureira dá solta e basto a três dúzias de adoradores! Fazem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato mais mezinho.*

*“Ainda não é tudo (...)*

*“De um lado um crítico, aliás de boa fé, é de opinião que o folhetinista inventou em vez de contar, e que por conseguinte excedeu os limites da crônica. (...) Se se trata de coisa séria, a amável leitora amarrotta o jornal, e atira-o de lado com um momozinho displicente a que é impossível resistir. — Quando se fala de bailes, de uma mocinha bonita, de uns olhos brejeiros, o velho tira os óculos de maçado e diz entre dentes: “Ah! o sujeitinho está namorando à minha custa! Não fala contra as reformas! Hei de suspender a assinatura”.*

*“O namorado acha que o folhetim não presta porque não descreveu certo toilette, o caixeiro porque não defendeu o fechamento das lojas ao domingo, as velhas porque não falou na decadência das novenas, as moças porque não disse claramente qual era a mais bonita, o negociante porque não tratou das cotações da praça, e finalmente o literato porque o homem não achou a mesma idéia brilhante que ele ruminava no seu alto bestunto”<sup>4</sup>.*

Das primeiras coisas que a queixa do folhetinista deixa entrever, é que a indefinição do gênero estava em debate: — Afinal, qual é assunto do cronista? Como ele deve tratá-lo? Há uma disparidade entre assuntos, digamos, sérios, ligados à vida política e econômica da cidade e que concernem ao noticiário do jornal (as reformas, o fechamento do comércio aos domingos, as cotações da praça), e outros mais fúteis, referentes à vida social e literária (os bailes, as moças, as novenas). No entanto, se espera que ambos sejam tratados no mesmo espaço e com igual profundidade — mas como, se o folhetinista dispõe apenas do rodapé do jornal? De certo modo, Alencar está se justificando e demarcando um direito do folhetim: não se pretender absoluto, apenas um comentário a respeito dos fatos cotidianos. Cinco anos depois, em 1859, o jovem Machado de Assis disserta sobre o mesmo assunto:

*“O folhetim, disse eu em outra parte, e debaixo de outro pseudônimo, o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação.*

*“O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, afastados como pólos, heterogêneos como água e fogo, casam-se na organização do novo animal.*

*Efeito estranho é este, assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. Daquele cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. Pelo que toca ao devaneio, à leviandade, está tudo encarnado no folhetinista mesmo; o capital próprio.*

---

<sup>4</sup> ALENCAR, apud FISCHER, 1998: p. 59

*O folhetinista na sociedade, ocupa o lugar de colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espanja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence: até mesmo a política.*

(...)

*“Força é dizê-lo: a cor nacional, em raríssimas exceções, tem tomado o folhetinista entre nós. Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil.”<sup>5</sup>*

No diálogo<sup>6</sup> dos folhetinistas, observa-se uma mudança de postura. Enquanto Alencar queixava-se da obrigação de abarcar o mundo, Machado de Assis compraz-se da condição de colibri. Machado também percebe, no folhetim, a discrepância dos assuntos e as diferentes esferas de que tratam (a divisão entre o útil e o fútil). Além disso, acusa a falta de cor local nos folhetinistas de então. Nesse sentido, Afrânio Coutinho considera que, por “exigir do autor uma participação direta e movimentada na vida mundana”<sup>7</sup>, a crônica incorporava referências locais e linguagem coloquial à sua narrativa. Contribuindo, assim, para estabelecer um uso “brasileiro” da língua portuguesa.

Atento leitor da obra de Machado, Gustavo Corção propõe uma divisão para o gênero: “Deveríamos dividir o gênero em duas espécies: de um lado teríamos as crônicas que se submetem aos fatos, e que pretendem fornecer material contemporâneo à peneira dos historiadores; e de outro lado teríamos aquelas crônicas que se servem dos fatos para superá-los, ou que tomam os fatos do tempo como pretextos para as divagações que escapam à ordem dos tempos”. Machado estaria no segundo caso, conforme se demonstra numa passagem de outra crônica, evocada por Corção: “Além disso, nasci com certo orgulho, que já agora há de morrer comigo. Não gosto que os fatos nem os homens se me imponham por si mesmos. Tenho horror a toda superioridade. Eu é que os hei de enfeitar com dous ou três adjetivos, uma reminiscência clássica, e os mais galões do estilo. Os fatos, eu é que os hei de declarar transcendentos; os homens, eu é que os hei de aclamar extraordinários”. Segundo Corção, a partir daí está definido um novo direito do cronista: “o direito de pôr em dúvida os valores efêmeros de apregoada importância, e o correlato direito de procurar, com os galões do estilo, uma diferente e personalíssima valorização dos fatos miúdos”<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> ASSIS, apud FISCHER, 1998: p. 63

<sup>6</sup> No artigo “Crônica dos vinte anos: estudos sobre as crônicas de Machado de Assis editadas em 1859”, Fischer faz o registro pormenorizado desse diálogo/coincidência entre os folhetinistas.

<sup>7</sup> COUTINHO, apud MELO: p. 114

<sup>8</sup> CORÇÃO, apud FISCHER, 1998: p. 65

O estilo de Machado, com algumas pequenas mudanças, acabaria por definir o gênero para os seus sucessores. De modo geral, o comentário breve aliado ao tom coloquial fazia com que a crônica adquirisse certa leveza, quebrando, no espaço do jornal, com a rotina do estilo empolado e discursivo da imprensa da época. Além disso, a diminuição gradativa do espaço reservado à crônica parece fazer com que ela tome um rumo cada vez mais informal e simples. A respeito das crônicas de Olavo Bilac, por exemplo, Antonio Candido escreve: “nelas parece não caber a sintaxe rebuscada, com inversões freqüentes; nem o vocabulário ‘opulento’”<sup>9</sup>, que caracterizam a obra do poeta.

Para José Marques de Melo, também conspiram nesse sentido os objetivos da Semana de Arte Moderna: a busca de temas e de uma linguagem que se aproximem da realidade brasileira<sup>10</sup>. Na geração de 30 — com um número crescente de escritores e jornalistas se dedicando ao gênero, a modernização e crescimento dos jornais e, conseqüentemente, a constituição de um público leitor — despontam os nomes de Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Rubem Braga. São eles que configuram o modelo de crônica para o momento em que Nelson Rodrigues escreve.

Rubem Braga foi jornalista e, como escritor, se dedicou unicamente à crônica, a ponto de converter-se em paradigma nacional do gênero. Portanto, é a partir dele que se pretende aferir as características da crônica da forma como ela chega até Nelson Rodrigues.

### A SECRETÁRIA

*“Procuro um documento de que preciso com urgência. Não o encontro, mas me demoro a decifrar minha própria letra, nas notas de um caderno esquecido que os misteriosos movimentos da papelada pelas minhas gavetas fizeram vir à tona.*

*“Isso é o que dá encanto ao costume da gente ter tudo desarrumado. Tenho uma secretária que é um gênio nesse sentido. Perdeu, outro dia, cinquenta páginas de uma tradução.*

*“Tem um extraordinário senso divinatório, que a leva a mergulhar no fundo baú do quarto da empregada os papéis mais urgentes; rasga apenas o que é estritamente necessário guardar mas conserva com rigoroso carinho o recibo da segunda prestação de um aparelho de rádio, que comprei em S. Paulo em 1941. Isso me fornece algumas emoções líricas inesperadas: quem não se comove de repente quando está procurando um aviso de banco e encontra uma conta de hotel de Teresina de quatro anos atrás, com todos os vales das despesas extraordinárias, inclusive uma garrafa de água mineral? Caio em um estado de*

---

<sup>9</sup> CANDIDO: p. 8

<sup>10</sup> MELO: p. 115

*pureza e humildade; tomar uma água mineral em Teresina, numa saleta de hotel, quatro anos atrás...*

*“Não importa que ela faça sumir, por exemplo, minha carteira de identidade. Afinal estou cansado de saber que sou eu mesmo; não me venham lembrar essa coisa, que me entristece e desanima. Prefiro lembrar esse telefone de Buenos Aires que anotei, com letra nervosa em um pedaço de maço de cigarros, ou guardar com a maior gravidade esse bilhete que diz: “Estive aqui e não te encontrei. Passo amanhã. S.” Quem é esse “S.” ou essa “S” e por que, e onde e quando procurou minha humilde pessoa? Que sei? Era, afinal, uma criatura humana, alguém que me procurava. Lamento que não estivesse em casa. Espero que eu tenha tratado bem a “S.”, que “S.” tenha encontrado em mim um apoio e não uma decepção — e que ao sair de minha casa ou de meu quarto do hotel tenha murmurado consigo mesmo — “o Rubem é um bom sujeito”.*

*“Há papéis de visão amarga, que eu deveria ter rasgado dez anos atrás; mas a mão caprichosa de minha jovem secretária, que o preservou carinhosamente, não será a própria mão da consciência a me apontar esse remorso velho, a me dizer que devo lembrar o quanto posso ser inconsciente e egoísta? Seria melhor talvez esquecer isso; e tento me defender diante desse papel velho que me acusa do fundo do passado. Não, eu não fui mal; andava tonto; e pelo menos era sincero.*

*“Mas para que diabo tomei tantas notas sobre a produção de manganês — e por que não mandei jamais esta carta tão afetuosa, tão cheia de histórias e tão longa a um amigo distante?*

*“Meus arquivos, na sua desordem, não revelam apenas a imaginação desordenada e o capricho estranho da minha secretária. Revelam a desarrumação mais profunda, que não é de meus papéis, é de minha vida.*

*“Sim, estou cheio de pecados; e quando algum dia for chamado a um tribunal, humano ou celeste, para me julgar, talvez a única prova a meu favor que encontre à mão seja essa pequena nota com um PG a lápis e uma assinatura ilegível que atesta que — se respondi com frieza a muita bondade e paguei com ingratidão ou esquecimento algum bem que me fizeram — pelo menos, Senhor, pelo menos é certo que saldei corretamente a nota da lavagem de um terno de brim à lavanderia Ideal, de Juiz de Fora, em 1936... E esta certeza humilde me dá um certo consolo.*

*Janeiro, 1949”<sup>11</sup>*

O cronista parte de uma situação trivial (comezinha, como no folhetim de Alencar) e faz dela o principal assunto da crônica. A confusão dos seus papéis, que deveria ser apenas um obstáculo na sua busca pelo documento “urgente”, se transforma no elemento catalisador da história. Em vista das lembranças suscitadas pela papelada supérflua, o autor atribui à sua secretária uma genialidade insuspeita até então. Contrariando suas expectativas, ela reconheceria o real valor dos objetos: em vez da carteira de identidade ou das cinquenta páginas de tradução, ela guarda o recibo de um velho rádio, a nota de uma antiga viagem, um recado para sempre perdido.

Essa relativização de valores, serve como ponto de partida para o autor tecer um breve comentário sobre a vida. No balanço improvisado da memória de pequenos carinhos e tristezas, ele toma como saldo uma conta paga de lavanderia. Essa “certeza humilde”, de que foi honesto nas situações mais comezinhas, parece redimi-lo de remorsos pretéritos.

Por outro lado, a crônica retoma aquela dicotomia entre “útil” e “fútil”, levantada por Machado de Assis. No abandono do urgente, do relevante, em favor do transitório e do trivial, a crônica revela a opção do autor pelo “fútil”. Esta atitude fica ainda mais clara em outra de suas crônicas.

### OS JORNAIS

*“Meu amigo lança fora, alegremente, o jornal que está lendo e diz:*

*“— Chega! Houve um desastre de trem na França, um acidente de mina na Inglaterra, um surto de peste na Índia. Você acredita nisso que os jornais dizem? Será o mundo assim, uma bola confusa, onde acontecem unicamente desastres e desgraças? Não! Os jornais é que falsificam a imagem do mundo. Veja por exemplo aqui: em um subúrbio, um sapateiro matou a mulher que o traía. Eu não afirmo que isso seja mentira. Mas acontece que o jornal escolhe os fatos que noticia. O jornal quer fatos que sejam notícias, que tenham conteúdo jornalístico. Vejamos a história desse crime. “Durante os três primeiros anos o casal viveu imensamente feliz...” Você sabia disso? O jornal nunca publica uma nota assim:*

*“ “Anteontem, cerca de 21 horas, na rua Arlinda, no Méier, o sapateiro Augusto Ramos, de 28 anos, casado com a senhora Deolinda Brito Ramos, de 23 anos de idade, aproveitou-se de um momento em que sua consorte erguia os braços para segurar uma lâmpada para abraçá-la alegremente, dando-lhe beijos na garganta e na face, culminando em um beijo na orelha esquerda. Em vista disso, a senhora em questão voltou-se para o seu marido, beijando-o longamente na boca e murmurando as seguintes palavras: “Meu amor”, ao que ele retorquiu: “Deolinda”. Na manhã seguinte, Augusto Ramos foi visto saindo de sua residência às 7,45 da manhã, isto é, dez minutos mais tarde do que o habitual, pois se demorou, a pedido de sua esposa, para consertar a gaiola de um canário-da-terra de propriedade do casal.”*

*“A impressão que a gente tem, lendo os jornais — continuou meu amigo — é que “lar” é um local destinado principalmente à prática de “uxoricídio”. E dos bares, nem se fala. Imagine isto:*

*“ “Ontem, cerca de 10 horas da noite, o indivíduo Ananias Fonseca, de 28 anos, pedreiro, residente à rua Chiquinha, sem número, no Encantado, entrou no bar ‘Flor Mineira’, à rua Cruzeiro, 524, em companhia de seu colega Pedro Amâncio de Araújo, residente no mesmo endereço. Ambos entregaram-se à fartas libações alcoólicas e já se dispunham a deixar o botequim quando apareceu Joca de tal, de residência ignorada, antigo conhecido dos dois pedreiros, e que também estava visivelmente alcoolizado. Dirigindo-se aos dois amigos, Joca manifestou desejo de sentar-se à sua mesa, no que foi atendido. Passou então a pedir rodadas de conhaque, sendo servido pelo empregado do botequim, Joaquim*

---

<sup>11</sup> BRAGA: p. 108

*Nunes. Depois de várias rodadas, Joca declarou que pagaria toda a despesa. Ananias e Pedro protestaram, alegando que eles já estavam na mesa antes. Joca, entretanto, insistiu, seguindo-se uma disputa entre os três homens, que terminou com a intervenção do referido empregado, que aceitou a nota que Joca lhe estendia. No momento em que trouxe o troco, o garçom recebeu uma boa gorjeta, pelo que ficou contentíssimo, o mesmo acontecendo aos três amigos que se retiraram do bar alegremente, cantarolando sambas. Reina a maior paz no subúrbio do Encantado, e a noite foi bastante fresca, tendo dona Maria, sogra do comerciante Adalberto Ferreira, residente à rua Benedito, 14, senhora que sempre foi muito fiorenta, chegado a puxar o cobertor, tendo depois sonhado que seu netinho lhe oferecia um pedaço de goiabada.”*

*“E meu amigo:*

*“— Se um repórter redigir essas duas notas e levá-las a um secretário de redação, será chamado de louco. Porque os jornais noticiam tudo, tudo, menos uma coisa tão banal de que ninguém se lembra: a vida...”*

*Maio, 1951”<sup>12</sup>*

O cronista copia o formato da notícia policial, mas muda o seu objeto. A partir de acontecimentos jornalisticamente intrascendentes, o autor cristaliza alguns momentos líricos de conteúdo humano, contrapondo-os aos critérios do discurso noticioso. Ao transpor o fato ordinário, comum, para o campo jornalístico, ele opera um julgamento de valor. É como se dissesse: — Isto também é um fato. A vida também é feita destes momentos.

Portanto, uma questão volta à tona: De que fatos a crônica deve tratar? Enquanto lá em Machado de Assis o cronista propunha conciliar o “útil” (os assuntos sérios que fazem as pautas do noticiário) e o “fútil” (o disperso conteúdo humano), a crônica moderna parece optar pela divisão e tomar o partido da futilidade.

A propósito disso, Carlos Drummond de Andrade escreve uma crônica em resposta à carta de um leitor que reclamava da “frivolidade do cronista”. O poeta aproveita o ensejo para fazer a defesa da crônica como “espaço descompromissado”, uma vez que a imprensa já está repleta de assuntos graves:

*“O inútil tem sua forma particular de utilidade. É a pausa, o descanso, o refrigerio, no desmedido afã de racionalizar todos os atos de nossa vida (e a do próximo) sob o critério exclusivo de eficiência, produtividade, rentabilidade e tal e coisa. Tão compensatória é essa pausa que o inútil acaba por se tornar da maior utilidade, exagero que não hesito em combater, como nocivo ao equilíbrio moral. Nós devemos cultivar o ócio ou a frivolidade*

---

<sup>12</sup> BRAGA: p. 148

*como valores unitários de contrapeso, mas pelo simples e puro deleite de fruí-los também como expressões de vida*<sup>13</sup>.

Drummond reivindica para a crônica a função de “descanso” no desmedido afã de “racionalizar” nossas vidas sob critérios de “eficiência, produtividade, rentabilidade”. Contrapõe a crônica às características típicas de uma sociedade urbana, industrial e massificada. Em conseqüência, faz o mesmo em relação à notícia, forma que mimetiza as circunstâncias dessa realidade social. Contra a impessoalidade, a imparcialidade e a objetividade do texto jornalístico, a crônica apresenta um narrador que relata em primeira pessoa e agrega julgamentos de valor a partir da experiência do cronista.

Viu-se que a produção do noticiário obedece a rotinas fundamentais e, por isso, as notícias saem espantosamente iguais a si mesmas, como as notas de atropelamento. “O leitor nunca sabe se o jornal é o do dia ou da véspera. Eis a verdade: — a imprensa vive de idéias fixas”<sup>14</sup>, ressalta Nelson Rodrigues. Nesse sentido, a crônica de Rubem Braga quer, justamente, trazer elementos discrepantes, que não compactuem com os critérios do moderno jornalismo. O cronista acredita que aí, no detalhe que escapa à cobertura objetiva do cotidiano, no espaço que resiste à racionalização, o indivíduo se revela no que possui de mais lírico e humano. De modo similar às crônicas de Nelson Rodrigues, Braga deposita no conteúdo humano desses detalhes uma esperança de resistência frente ao processo de massificação do indivíduo.

### *3.2. O INDIVÍDUO CONTRA A MASSA*<sup>15</sup>

Apesar da maior parte da população do país ainda se encontrar no campo, viu-se que a concentração populacional das principais capitais nos anos 1960 e 1970 já permitia experimentar as contingências urbanas de uma sociedade de massa.

Essa experiência é recente, como bem demonstra Nelson Rodrigues: — “Tenho, diante de mim, uma fotografia da avenida Rio Branco, do princípio do século. O Municipal acabara

---

<sup>13</sup> ANDRADE, apud MELO: p.115

<sup>14</sup> RODRIGUES, 2001b: p. 15

<sup>15</sup> O título vai em alusão ao artigo homônimo de Fischer (FISCHER, Luís Augusto. *Indivíduo contra a massa: Nelson Rodrigues trágico*. 2001) em que expõe o paradoxo do cronista que, apesar de escrever contra a massa, depende do leitor massificado.

de ser construído. Eis o que vejo: — não há grupos. O brasileiro ainda andava só. Saía e voltava desacompanhado. Quando três brasileiros se juntavam, as instituições tremiam em cima dos sapatos”<sup>16</sup>. E arremata que a primeira multidão ocorreu por conta de um Fla-Flu.

De fato, o futebol é dos primeiros espetáculos de massa. Chega no país no final do século XIX, e é adotado pelas escolas inglesas e americanas, que admitiam exercícios físicos. (A ginástica, então, era considerada prejudicial à saúde.) Até fins da década de 1920, o esporte permanece restrito a alguns clubes de elite, que não permitem a participação de pobres ou negros. Apesar da discriminação, o povo jogava sua bola nas várzeas e nos terrenos baldios. “E, se a plebe não podia participar dos campeonatos, procurou, ao menos, assistir a eles e incentivá-los, formando “torcidas”. A crescente aceitação popular do *football* já começara a fazer cair a barreira que protegia os clubes de elite do contato com a plebe das ruas”<sup>17</sup>. Em 1919, 30.000 pessoas assistiam no estádio do Fluminense à vitória sobre os uruguaios que daria o primeiro título de campeã sul-americana à seleção brasileira. A partir daí, a popularidade do esporte só fez aumentar, e os clubes viram-se obrigados a construir estádios cada vez maiores. Em 1933, o Palestra Itália (futuro Palmeiras), de São Paulo, reforma seu estádio no Parque Antártica, ampliando sua capacidade para cerca de 30.000 pessoas. No Rio, o maior estádio era o São Januário, do Vasco da Gama. Foi construído em 1927 e funcionou como palco para os comícios de Getúlio Vargas nos Primeiros de Maio do Estado Novo. Em 1936, começou a construção do Estádio Municipal do Pacaembu que abrigaria, a partir de 1940, cerca de 60.000 pessoas. O ápice deu-se com a inauguração do Maracanã, em 1950. Com 1.000 metros de perímetro e capacidade para quase 200.000 pessoas, o Brasil passava a ter o maior estádio do mundo.

Portanto, parece não haver melhor lugar que o estádio para testar a influência das massas no comportamento do indivíduo. A propósito, Nelson Rodrigues comenta suas experiências com as massas, como cronista esportivo. Era um Vasco x Flamengo:

*“Quando olhei o estádio lotado, deu-me a vontade de soluçar, como o astronauta: — “A multidão é azul”. Mas não importa a cor parnasiana. Pouco depois, notei que já não era mais azul. Era negra. E assim, até o fim do jogo, a multidão teve todas as cores. Mas o que importa é a constatação: — ela não é humana, não tem nada a ver com a condição humana.*

*“Em outra ocasião, e no próprio Estádio Mário Filho, fiz uma outra experiência ainda mais profunda (e meio alucinatória). Era um jogo, se não me engano, do Botafogo com*

---

<sup>16</sup> RODRIGUES, 1996: p. 155

<sup>17</sup> NOSSO SÉCULO, 1930/1945, vol. II: p. 25

*o Vasco. Exatamente, a decisão do título. E lá fui eu me meter nas arquibancadas. Era uma das quase 200 mil pessoas presentes. Aconteceu então que, imediatamente, perdi qualquer sentimento da minha própria identidade. Ali, tornei-me também multidão. Esqueci a minha cara, senti a volúpia de ser “ninguém”. Se, de repente, o povo começasse a virar cambalhotas, e a equilibrar laranjas e a ventar fogo, eu faria exatamente como os demais. E, então, senti que a multidão não só é desumana, como desumaniza.”<sup>18</sup>*

A princípio o cronista tem o mesmo assombro do astronauta diante da imensidão de pessoas. A multidão é azul, ele diz, e, ao colorir homogeneamente a torcida, traduz a impossibilidade de diferenciar alguém na arquibancada. Nem mesmo o autor consegue se perceber no meio da multidão. Deixa de ser ele mesmo para ser apenas mais um na massa. Em outra crônica ele escreve que o “sujeito que se mete no meio de trezentos idiotas será um deles”<sup>19</sup>. Também o cronista esquece de si e passa agir e reagir como os demais. Assim, ele defende que o sujeito que se anula na multidão esquece sua cara, nega o seu particular, suas características únicas e individuais.

Viu-se anteriormente que, num processo análogo à massificação, também ocorre a supressão das subjetividades na imprensa, através da impessoalidade da linguagem e da padronização dos textos. Como contraponto a esse duplo processo de anulação do indivíduo, Nelson Rodrigues evoca os riscos da unanimidade no exemplo do higienista Oswaldo Cruz, que desafiou sozinho a população da maior cidade do país.

Segundo o cronista, o Rio de Janeiro do início do século XX vivia assolado por diversas endemias como varíola, peste bubônica e febre amarela. A capital federal era então conhecida como “Túmulo dos Estrangeiros”, e considerada um entrave para o desenvolvimento do país. Os cruzeiros internacionais passavam sem sequer aportar no Rio de Janeiro, rumando direto para Buenos Aires, na Argentina. O presidente Rodrigues Alves assumiu como prioridade o saneamento e a reforma urbana da cidade. Para tanto convidou o engenheiro Pereira Passos para a prefeitura e o sanitarista Oswaldo Cruz para a Diretoria Geral de Saúde Pública.

Pereira Passos deu início a uma reforma ampla que ficou conhecida como “Bota Abaixo”. Destruiu diversos cortiços, alargou ruelas e acabou desabrigando muitas pessoas para eliminar possíveis focos de doenças, melhorar a circulação e arejar os espaços públicos, saneando de um modo geral a cidade. Oswaldo Cruz, por sua vez, deu prioridade ao combate

---

<sup>18</sup> RODRIGUES, 2003: p. 281

<sup>19</sup> IDEM, 2002: p. 335

da febre amarela e ao extermínio do mosquito *Aedes aegypti*. Formou uma brigada “mata-mosquitos” que entrava nas casas em busca de locais onde o mosquito pudesse procriar e colocava petróleo em ralos e bueiros. A imprensa ridicularizava suas ações, apesar da eficiência. Em seguida, Oswaldo Cruz dedicou-se ao combate da peste bubônica, utilizando um método controverso: a compra de ratos. Os jornais passaram a noticiar os casos de pessoas que criavam ou compravam ratos para revendê-los à saúde pública.

Mas foi em 1904, durante uma epidemia de varíola, que surgiria a maior polêmica da sua gestão. Oswaldo Cruz envia ao Congresso uma lei que reiterava a vacinação obrigatória, instituída desde 1837, mas que jamais fora cumprida. A oposição aproveitou-se da situação e espalhou boatos de que as vacinas eram feitas dos ratos comprados. Os jornais, segundo Nelson Rodrigues, chamavam Oswaldo Cruz de analfabeto, ladrão, escroque, moleque e acusavam-no de desviar as verbas para si. A opção da imprensa era clara: “Todos os jornais ficaram a favor da peste contra o formidável higienista”<sup>20</sup>. A situação provocou a indignação geral da população que, somada à revolta daqueles que foram expulsos de suas casas por Pereira Passos, desencadeou a Revolta da Vacina. No dia 13 de novembro de 1904, milhares de pessoas foram às ruas, armaram barricadas, organizaram greves e quebra-quebra, chegando a trocar tiros com a polícia. No dia seguinte, a Escola Militar de Praia Vermelha aderiu aos protestos. Nelson Rodrigues comenta: “Só não compreendo, até hoje, como a maioria, aliás unanimidade, não pendurou Oswaldo Cruz num galho, como um ladrão de cavalos”<sup>21</sup>. Com efeito, o sanitarista passou a ser alvo da revolta da população. Oswaldo Cruz chegou a solicitar sua renúncia ao presidente, que descartou a hipótese. Rodrigues Alves contornaria a situação, dominando a revolta, apesar de revogar a obrigatoriedade da vacina. Alguns anos mais tarde, em 1908, um surto mais violento de varíola atingiria a cidade e a população iria em massa aos postos de vacinação imunizar-se. No mesmo ano, o Instituto Soroterápico Federal seria rebatizado para Instituto Oswaldo Cruz, em reconhecimento ao trabalho do sanitarista.

Nelson Rodrigues, ressaltava a exemplaridade do fato: — “Toda a imprensa se levantou contra ele. Vejam bem: — contra Oswaldo Cruz e a favor da peste bubônica: — contra Oswaldo Cruz e a favor da febre amarela: contra a vacina obrigatória e a favor da

---

<sup>20</sup> RODRIGUES, 2002: p. 205

<sup>21</sup> IDEM

varíola. Mas ele foi invencível, por isso mesmo, porque estava “só”, maravilhosamente só”<sup>22</sup>. Parte deste elogio à lucidez individual diante da massa, explica-se pela biografia do cronista. O próprio Nelson recorda o ano de 1930 e a transmissão que o rádio fazia do julgamento que absolveria a assassina de seu irmão Roberto Rodrigues. Ele constatava apavorado que “a opinião pública achava que se podia matar um dos filhos de Mário Rodrigues”. E, ao ouvir o veredicto através dos “berros triunfais” do locutor, teve a certeza: — “a opinião pública é uma débil mental”<sup>23</sup>.

O cronista mostra como o comportamento da multidão, no antigo Distrito Federal ou no moderno Rio de Janeiro, é desumano, irracional. O agravante, para Nelson Rodrigues, é que agora a imprensa objetiva também conspira para massificação da pessoa. Nilson Lage corrobora esse veredicto. Segundo ele, esse jornalismo, que se limita a descrever os fatos tal como aparecem, também implica num “abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia”<sup>24</sup>. Ao leitor restava, portanto, apenas aceitar esse mundo, apresentado de forma objetiva, inquestionável. A partir disso, Nelson argumenta que:

*“(…) Com as técnicas modernas promoção, o homem pensa cada vez menos. É o jornal, o rádio, é a televisão, é o anúncio, é o partido que pensa por nós. Nós achamos o que os outros acham. A opinião deixou de ser um ato pessoal, uma posição solitária, um gesto de orgulho e desafio. Há sujeitos que nascem, envelhecem, e morrem sem ter jamais ousado um raciocínio próprio. Há toda uma massa de frases feitas, de sentimentos feitos, de ódios feitos. Outro dia, ouvi um sujeito falar sobre o Vietnã. Inflexionava como as manchetes.”<sup>25</sup>*

Além de sustentar que as técnicas modernas de comunicação eximem o sujeito de elaborar a sua própria visão dos acontecimentos, Nelson Rodrigues também acusa a ideologia política como mais um fator de anulação das individualidades. Para o cronista, a opinião deixa de ser um ato pessoal porque já “não existimos individualmente. Cada um de nós é uma classe, um sindicato, uma assembleia, uma passeata”<sup>26</sup>. E de fato, Roberto Schwarz escreve

---

<sup>22</sup> RODRIGUES, 1996: p. 154

<sup>23</sup> IDEM, 1994: p. 102

<sup>24</sup> LAGE: p. 34

<sup>25</sup> RODRIGUES, 1996: p. 187

<sup>26</sup> IBIDEM: p. 155

que, naquele momento, apesar “da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país”<sup>27</sup>.

Em 1964, com o golpe militar, teriam sido cortadas as ligações entre os grupos responsáveis pela produção ideológica de esquerda (estudantes, artistas, jornalistas, Igreja, sociólogos, economistas) e as massas (operários, camponeses, marinheiros, soldados), que teriam sofrido a repressão. Poupada, a intelectualidade não foi impedida de continuar “estudando, ensinando, editando, filmando, falando etc., e sem perceber contribuiria para a criação, no interior da pequena burguesia, de uma geração maciçamente anti-capitalista”<sup>28</sup>.

Por meio de inúmeras entrevistas, Marcelo Ridenti mostra como “as pessoas que tinham forte interesse pela política terminaram levando esse interesse para a área da cultura”<sup>29</sup>. E vincula a forte politização da cultura, ao fechamento dos canais de representação política — a extinção dos partidos e o estabelecimento de eleições indiretas para presidente (AI-2, 1965) e para o governo dos Estados (AI-3, 1966).

Os estudantes, então, formavam grande parte do público desses intelectuais. E insatisfeitos com o grande número de excedentes do vestibular e pela assinatura do acordo MEC-Usaid (que previa a transformação da universidade estatal em fundação privada, com cobrança de matrículas - 1965), o movimento estudantil realizou algumas das primeiras manifestações após o golpe. De modo que, em 1968, eles constituíam o único movimento de massa a se rearticular nacionalmente.

A princípio, os protestos se restringiam à esfera estudantil. Mas, conforme relata Zuenir Ventura, após o assassinato do secundarista Édson Luís pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, a mobilização dos estudantes passou a atrair novos setores como o clero avançado (ala da Igreja engajada nas causas sociais e simpática à teologia da libertação), os intelectuais e parte da burguesia (a violência policial se voltara contra seus filhos, e os cartazes lembravam disso a toda hora: “Mataram um estudante. E se fosse o seu filho”<sup>30</sup>). Assim, os estudantes foram empolgando novas causas na luta contra o regime militar.

Embora, do ponto de vista das esquerdas, essa multidão que protestava representasse a esperança de retomada do processo democrático interrompido em 1964. De mobilização popular em busca de melhores condições de vida e de acesso aos direitos de cidadania para a

---

<sup>27</sup> SCHWARZ: p. 62

<sup>28</sup> IBIDEM: p. 63

<sup>29</sup> RIDENTI: p. 55

<sup>30</sup> VENTURA: p. 102

coletividade. Nelson Rodrigues se recusava a anular o destino pessoal do indivíduo. “Me interessa a pessoa em particular”, dizia. “A história que vá para o diabo que a carregue, e Marx, que vá tomar banho”<sup>31</sup>.

A partir disso, o autor se utilizaria novamente da crônica esportiva como ponto de partida para especular a respeito das relações do indivíduo e da coletividade. Como no caso de uma entrevista com o treinador do Botafogo Admildo Chirol: Após o fracasso da seleção brasileira na Copa da Inglaterra (1966), Chirol teria condenado “as estrelas solitárias do futebol atual”, que se fazia no Brasil, em prol de um “coletivismo” de jogo como o da Inglaterra, campeã mundial.

*“Mas o dramático, na entrevista de Chirol, é o fim que ele deseja e que ele anuncia do homem-chave, do homem-estrela, do craque quase divino. E aqui começam as minhas dúvidas. Terá ele meios e modos de apagar as dessemelhanças individuais que fazem o charme dos homens, povos, religiões e times? Em caso afirmativo, será desejável esse nivelamento absoluto e alvar?”*

*“Toda a experiência humana parece estar contra Chirol. Ninguém admite uma fé sem Cristo, ou Buda, ou Alá, ou Maomé. Ou uma devoção sem o santo respectivo. Ou um exército sem napoleões. No esporte, também. Numa competição modesta de cuspe à distância, o torcedor exige o mistério das grandes individualidades. (...)”*

(...)

*“A meu ver, a teoria de Chirol apresenta dois defeitos: — primeiro, é inexecutável; segundo, é indesejável. No dia em que desaparecerem as dessemelhanças individuais — será a morte do próprio homem”<sup>32</sup>*

Como já havia constatado na arquibancada do Maracanã, Nelson Rodrigues defende que são as diferenças que sustentam a individualidade da pessoa, mas vai além. Para ele, a coletividade (fé, exércitos, torcida, etc.) só se justifica por causa das “grandes individualidades”. Em outra crônica, ele chega a dizer que o “povo pare os gênios, e só. Depois de os parir, volta a babar na gravata”<sup>33</sup>.

Esse conflito do indivíduo contra a massa permeia boa parte das crônicas do autor. Contra o ser humano massificado, Nelson Rodrigues apresenta o modelo do “grande homem”, que jamais se anula na multidão. O cronista prega que “o ser humano só se tornou humano, e só se tornou histórico, quando aprendeu a ficar só”<sup>34</sup>. E era a partir dessa solidão que o sujeito

---

<sup>31</sup> CASTRO: p. 245

<sup>32</sup> RODRIGUES, 2001b: p. 129

<sup>33</sup> IDEM, 1994: p. 230

<sup>34</sup> IDEM, 2003: p. 281

sustentava a sua individualidade. A respeito disso, Nelson Rodrigues, conta sobre a sua dificuldade de estar só no início da carreira dramaturgica:

*“Desde aquela época, cada um, na vida literária, tinha que ser um engajado. Ninguém ia à rua sem a sua pose ideológica. Lembro-me de Isaac Paschoal me perguntando, depois de um discurso de Prestes: — “E você? Qual é a sua contribuição?”. Baixei a vista, rubro de vergonha. E, como ainda não contribuía, senti-me um fracassado nato e hereditário.*

*“Daí por que não posso ver, hoje, o Guimarães Rosa, sem uma sensação de deslumbramento. Durante anos, pratiquei a solidão com certo pânico e certa vergonha. E eis que vem o autor de Sagarana e ergue sua torre de marfim, assim como um cigano põe a sua barraca. Nada existe: — só a sua obra. Estão brigando no Vietnã? Pois o nosso Rosa escreve. Há a guerra nuclear, o fim do mundo? Guimarães Rosa funda outro idioma. A torre de marfim fez dele o maior artista brasileiro do século.”<sup>35</sup>*

Em determinado momento, Nelson Rodrigues que “todas as pressões trabalham para o nosso aviltamento pessoal e coletivo”<sup>36</sup>. Com efeito, o grande mérito de Guimarães Rosa está no fato de que ele ignora as pressões ideológicas e cria a sua “torre de marfim”. O autor de “Sagarana” precisa segregar-se para individualizar-se na massa. E porque recusa o engajamento e o consenso, porque tem coragem para estar só, Guimarães Rosa pôde fundar um outro idioma. Da mesma forma, ao resistir sozinho contra a massa enlouquecida, Oswaldo Cruz pôde encarnar o “grande homem”. Entretanto, naqueles dias tornava-se cada vez mais raro o surgimento do “grande homem”, segundo o cronista, porque não havia mais espaço para o heroísmo do gesto individual.

*“Em nosso tempo só conhecemos o heroísmo coletivo. Na guerra, não se viu uma Joana D’Arc. A heroína era Varsóvia, Roterdã, Londres ou Hiroshima. E, depois da guerra, o homem nunca mais ficou só. Cada um de nós é um comício, uma assembléia, uma unanimidade.*

*“Na hora de odiar, ou de matar, ou de morrer, ou simplesmente de pensar, os homens se aglomeram. As unanimidades decidem por nós, sonham por nós, berram por nós. Qualquer idiota sobe num pára-lama de automóvel, esbraveja e faz uma multidão. Um camelô de caneta-tinteiro é mais ouvido do que os profetas antigos. E, quando está só, o homem começa a babar de pusilanimidade. As maiorias, as unanimidades ululantes, é que dão à nossa covardia um sentimento de onipotência.*

(...)

---

<sup>35</sup> RODRIGUES, 1994: p. 218

<sup>36</sup> IDEM, 2001a: p. 14

*“Ainda há pouco, viu-se a França levantar-se contra De Gaulle. Lembro-me de uma fotografia das greves francesas. É uma rua de paralelepípedos arrancados. É como se até os paralelepípedos estivessem contra o herói. (...)*

*“Mas como ia dizendo: — o país se levantou contra o mito. Estudantes levavam cartazes assim: — “De Gaulle assassino”, “Fora De Gaulle” etc. etc. E o prodigioso é que a França foi a pátria dos heróis. Mas não se iludam. A própria França é o passado. Diante de nós está a anti-França.*

*“No momento em que o país se matava em greves, De Gaulle fez um pronunciamento. Disse: — “Eu sou a Revolução”. Mas vejam a obstinação com que ele diz “eu”. Usa uma linguagem morta até o último vestígio. Ao se apresentar como o último “eu” do século, De Gaulle pôs entre ele e o seu povo toda uma distância irreversível.”<sup>37</sup>*

Segundo o cronista, a multidão surge do medo da “responsabilidade nítida, indivisível e total”<sup>38</sup>. Com efeito, ninguém mais ousa um gesto solitário, porque a unanimidade não exige mais o risco pessoal. O sujeito pode esconder-se na massa, ser ninguém e tornar-se indiscernível como na arquibancada do Maracanã. De modo que o ser humano passa a se fiar na abundância numérica. Afinal, como o próprio Nelson dizia a respeito das inúmeras passeatas do ano de 1968, que não há resistência possível para uma multidão de cinquenta mil, cem mil pessoas.

Porém, a crônica expõe um paradoxo: por que o gesto individual do estadista francês o distancia da massa, ao passo que um camelô ou um idiota qualquer sobe num pára-lama e improvisa uma multidão? De acordo com Nelson Rodrigues, naquele momento, mesmo que o “orador fosse Cristo, ou Buda, ou Maomé, não teria a audiência de um vira-lata, de um gato vadio. Teríamos que ser cada um de nós um pequeno Cristo, um pequeno Buda, um pequeno Maomé”<sup>39</sup>. Portanto, essa dessemelhança do sujeito comum, massificado, com “o santo, ou herói, ou mártir”, nas palavras do cronista, “ofende e humilha os demais”<sup>40</sup>. Portanto, para que o “grande homem” cumpra seu papel é preciso que haja identificação, como no caso de Marta Rocha:

*“Mas, pergunto: — qual o papel do “grande homem”? Justamente, ele desagrava o pobre-diabo de velhas e santas humilhações. Nunca me esqueço de um domingo (se não me engano, domingo) em que acordo e ouço o brado da minha cozinheira: — “Marta Rocha tirou o segundo lugar!”. Pulei da cama, ferido pela notícia. Era o rádio que estava dando, em frenéticas edições extraordinárias.*

---

<sup>37</sup> RODRIGUES, 2001a: p. 132

<sup>38</sup> IBIDEM: p. 124

<sup>39</sup> IBIDEM: p. 211

<sup>40</sup> IBIDEM: p. 132

*“Há muitos e muitos anos este povo não recebia um impacto tão firme e tão puro. Era um segundo lugar (cínico segundo lugar, porque Marta Rocha merecia os dez primeiros lugares). Mas é preciso compreender que o brasileiro nasce marcado pela vergonha física. Não sei se me entendem. O brasileiro é um Narciso às avessas que cospe na própria imagem. Somos feios confessos. E, de repente, uma brasileira tira, num concurso mundial de beleza, o segundo lugar. A minha cozinheira sentiu-se atravessada de luz como uma santa de vitral.*

*“Deu-me vontade de sair gritando: — “Somos lindos! Somos lindos!”. Naquele dia, o Narciso patricio não precisou se autocuspir. E, por um segundo, a crioulinha favelada teve o seu toque de graça incomparável. Desde então, sempre que penso num elenco de “grandes homens” brasileiros, incluo Marta Rocha. Ela bem o merece. Tornou bonito um povo feio.”<sup>41</sup>*

A identificação surge pelo “brado” da cozinheira que anuncia a notícia. É direta, não precisa ser explicada pelo cronista. E mesmo depois, através das “frenéticas edições extraordinárias do rádio, percebe-se que não era apenas Marta Rocha quem conquistava o título. A identificação permitiu que a miss cumprisse a função do “grande homem” e restituísse a autoestima de toda uma nação.

Pelos mesmos motivos, Pelé também entra para o rol dos “grandes homens” do cronista. Na crônica sobre o coletivismo no futebol, ele já escrevera que não há “um brasileiro, vivo ou morto, que não tenha na sua biografia uma velha pelada”. E o “sublime crioulo”, como Nelson o chamava, iria tentar o seu milésimo gol num jogo contra o Vasco da Gama.

*“(…) Ouso afirmar que nenhum brasileiro, vivo ou morto, jamais recebeu do seu povo uma apoteose igual. E por que todo o país se crispou de uma nova emoção, um tipo de emoção que não conhecíamos? O que 80 milhões de brasileiros celebravam era o herói individual, era o esforço solitário e formidável. Um só fez tanto. Desta vez, não foram cidades, nem estados, nem multidões que enfiaram os mil gols. Foi o negro Pelé e só ele. Fez mil gols e foi co-autor de muitos mais.”<sup>42</sup>*

Novamente, o cronista faz a identificação no âmbito nacional. Segundo ele, todo brasileiro possui suas fantasias esportivas. Pois ao fazer o milésimo gol, o atleta realiza sozinho a utopia secreta de todo um povo. Os mil gols são a catarse de um sem-número de frustrações pretéritas. Além disso, todos conhecem as origens humildes do craque nacional e, como não fosse o bastante, Pelé é negro. Portanto, mais do que o feito esportivo, para Nelson Rodrigues o sublime crioulo revelava um potencial antes insuspeito do brasileiro.

---

<sup>41</sup> RODRIGUES, 2003: p. 216

<sup>42</sup> IBIDEM, 1996: p. 157

O interesse de Nelson pelo “grande homem”, parece residir exatamente aí, na capacidade de emocionar e de resgatar o indivíduo na massa. Talvez por isso a figura do líder fascinasse tanto o cronista. Diferente dos outros “grandes homens”, o líder não possui os superlativos de gênio, herói ou santo. Pelo contrário, ele surge da própria multidão. É o caso, por exemplo, do líder estudantil Vladimir Palmeira.

*“(...) Há, porém, um momento em que a multidão se humaniza. Sim, em que a multidão se faz homem.*

*“É quando tem um líder. Acontece, então, o milagre: — aquilo que era uma massa pré-histórica assume forma, sentimento, coração de homem. E, ao mesmo tempo, o medo que junta as multidões morre em nossas almas. Já não sentimos o medo, o velho, velhíssimo medo das primeiras hordas dos primeiros homens. O líder tem coragem por nós, e ama por nós, e sofre por nós, e traz a verdade tão sonhada.*

*“Mas há uma dessemelhança entre o líder e os que o seguem: — nós somos multidão e ele, nunca. Como no texto ibseniano, ele é o que está “mais só”. Todos os seus gestos, e palavras, e paixões, e sonhos, amadureceram na solidão. Entendam: — convive com os demais. Mas no meio de 100 mil, e 200 mil, ele se preserva. Continua solitário, entre tantos, entre todos. Não será jamais multidão.*

*“Fiz a meditação acima para chegar a Vladimir Palmeira. Anteontem, ao voltar da passeata, dizia o meu amigo e companheiro Álvaro Nascimento: — “Quando eu me encontrar com esse Vladimir, hei de beijá-lo”. Ora, o português Álvaro, mais velho que o século, não é um qualquer. Tem 74 anos já cumpridos, foi coveiro voluntário na “Espanhola” e tem visto o diabo. Costuma dizer: — “Já vi tudo”. E, anteontem, espantou-se com o líder. Excelente Álvaro! Avô de duas ginásianas, como que se sente avô do jovem líder e quer beijá-lo. Bem, o que me interessa é saber se os estudantes têm ou não têm líder. Ah, os novos meios promocionais são de uma eficácia demoníaca. Se um consórcio qualquer cismar de fazer um novo deus, não tenham dúvidas: — fará um deus, uma nova fé, um novo fanatismo e uma gigantesca massa de fiéis. Basta que, para isso, use e conjugue rádio, televisão, jornal e cartazes. Pronto. E o novo deus terá um sucesso de refrigerante. Mas o patético é que Vladimir Palmeira se tornou célebre antes de qualquer promoção.*

*“E vejam como nasce um líder. De repente, a cidade começou a falar em “Vladimir”. Nas esquinas e botecos, o simples nome ia passando de um para outro. As pessoas diziam: — “O Vladimir fez”, “O Vladimir aconteceu”, “O Vladimir disse”. E todos queriam conhecer o gesto, a palavra e a idéia do Vladimir. Por outro lado, há a bela composição dos nomes: — Vladimir e Palmeira. Vladimir tem um gosto tolstoiano, lembra o Wronski de Ana Karenina. E Palmeira, sem o “s”, no singular, é um nome paisagístico.*

*“Vladimir fez-se famoso do dia para a noite e de graça. Antes de vê-lo, de ouvi-lo, as pessoas já estão convencidas. Conversei com o Cláudio de Mello e Souza. E dizia o meu amigo: — “O Vladimir foi lá. Estive com o Vladimir”. Doente de curiosidade, quis saber: — “E que te disse o Vladimir?”. O Cláudio já não se lembrava. E, realmente, importa pouco o que o jovem líder pense, faça, ou diga. Só importa que o sigam. Stevenson dizia de Kennedy: — “Eu sou mais culto, mais preparado, e sei mais a doutrina. Mas a Kennedy, todo mundo segue; e a mim, não”. Os estudantes seguem Vladimir.*

*“E, assim, a cidade se tornou íntima de um desconhecido absoluto. Repito: — foi uma cálida intimidade, que nasceu antes de um cumprimento, de um “olá”, de um “oba”. Eu próprio só o vi na passeata. E fiz uma fulminante constatação: — é, sim, um líder. Imaginem um jovem que sobe num pára-lama e, com um gesto, e antes da palavra, faz a unanimidade. Eu o vi trabalhar a multidão. Dizia: — “Vamos fazer isso, aquilo e aquilo outro”. Até as pessoas que não tinham nada com a passeata, simples transeuntes, entravam na disciplina. Mesmo os inimigos da passeata eram tocados e convencidos. E foi impressionante no fim da marcha. De repente, Vladimir falou (com irresistível simplicidade, sem nenhuma ênfase). Disse: — “Estamos cansados”. Ninguém estava cansado. E completou: — “Vamos sentar”. E todos sentaram, como na passagem bíblica (não há tal passagem. Desculpem). Assim ficamos, sentados, como se estivéssemos de joelhos. Senhoras, mocinhas, intelectuais, estudantes, avós, cada qual se sentou no meio-fio, no asfalto, na calçada. E foi um maravilhoso quadro plástico. Não sei, ninguém pode saber, qual será o destino desse rapaz. Mas sei que é esta coisa cada vez mais rara: — um homem.”<sup>43</sup>*

Viu-se como as mudanças instauradas pela modernização nas relações produtivas, na imprensa e na sociedade colaboram para desumanizar o sujeito e dificultam a sua individuação. Nesse momento, em que os heróis e os grandes feitos se tornam coletivos, o líder constitui uma exceção.

Na contramão daquele que se anula na massa, o líder se personifica: é possível identificá-lo e, de fato, todos sabem seu nome. E por que tem a coragem de estar só, o líder não resgata apenas a si mesmo na multidão. Ao assumir o risco pessoal, absoluto e indivisível, ele faz com que o medo que une as massas deixe de existir. Ao mesmo tempo, ele surge da massa e, porque na massa todos são iguais, mais do que se identificar, cada qual possui um pouco do líder dentro de si e, portanto, o seguirá.

O fascínio de Nelson Rodrigues pela figura do líder faz com que ele descreva o surgimento de Vladimir Palmeira como uma espécie de predestinação messiânica. Primeiro há o trecho em que o autor despreza os motivos da liderança e propõe: — “Só importa que o sigam”. Depois o autor parodia de improviso uma passagem bíblica. E mesmo a composição de nomes parece vaticinar o destino do jovem.

Para Nelson, essa apologia se justifica no contexto pelo fato do líder personificar uma atitude cada vez mais rara na sociedade de massas, que é o surgimento de grandes individualidades. Além do que, o cronista entende que o líder, assim como o “grande homem” e as grandes tragédias, precisa de um narrador de evocação homérica para revelar a verdadeira dimensão de seus feitos.

---

<sup>43</sup> RODRIGUES, 2003: p. 282

### 3.3. NOVO MOMENTO DA CRÔNICA

Antes mesmo de Nelson Rodrigues iniciar suas memórias e confissões, Carlos Heitor Cony escreve uma série de crônicas para o jornal “Correio de Manhã” em que, de certa forma prenuncia alguns aspectos das crônicas de Nelson Rodrigues. Os textos foram reunidos no volume “O Ato e o Fato”. Já na introdução, o autor fala sobre o 1º de abril de 1964 e o sentimento que move as crônicas: “Vi senhoras de terço na mão, chorando porque a “revolução” havia sido ganha. A frase “a revolução foi ganha por nós” era incompreensível. (...) Desse pasmo, dessa estupefação nasceria a minha primeira crônica sobre política. Esperava que fosse a única”<sup>44</sup>.

A postura do cronista só foi possível, em boa parte, devido à orientação do jornal em que escrevia. Em 1964, o “Correio da Manhã” “era o único diário que assumia uma posição nitidamente crítica ao governo Castelo Branco”<sup>45</sup>. O jornal fora solidário com a derrubada do presidente João Goulart, mas logo após a revolução de 1964, insurgira-se contra a perda das liberdades democráticas. O “Correio” dava liberdade para seus cronistas, e até incentivava, a denúncia do golpe militar. Entre seus principais colaboradores estavam: Márcio Moreira Alves e Hermano Alves (que viriam a se eleger deputados), Otto Maria Carpeaux, além do próprio Cony. A orientação do jornal também justifica em parte o fato de Nelson Rodrigues ter começado a escrever ali as suas memórias.

O outro motivo surgiria três anos depois, quando o ministro da Justiça do governo Castelo Branco, Carlos Medeiros Silva, proibiria o recém-lançado romance “O Casamento”, de Nelson Rodrigues. O livro foi acusado pela “torpeza das cenas descritas”, “linguagem indecorosa”, e por “atentar contra a organização da família”. Segundo Ruy Castro<sup>46</sup>, houve protesto de alguns intelectuais, mas o próprio “O Globo” — jornal no qual Nelson escrevia diariamente suas crônicas sob o título de “À sombra das chuteiras imortais” — defendeu o ministro e a intervenção num editorial de primeira página. Magoado, Nelson Rodrigues teria aceito convite para escrever no “Correio”.

---

<sup>44</sup> CONY, 1964: p. XIX

<sup>45</sup> NOSSO SÉCULO, v. 9: p. 162

<sup>46</sup> RODRIGUES, 1994: p. 7

Já na primeira crônica ele trata da recém-promulgada nova “Constituição do Brasil”. O autor, por conta de um “monstruoso engano auditivo” pensa estar ouvindo o camelô anunciar “A nova Prostituição do Brasil!”, e estranha a falta de espanto dos transeuntes, inclusive dele mesmo, diante do absurdo: “Portanto, eu e os outros que passavam éramos também irrealis, tão irrealis como o camelô”. Logo após perceber o seu equívoco, ele comenta:

*“Sem querer, e por causa de um engano acústico, eu descobrira o seguinte, dois pontos: — o que nos falta é o que chamaria de “espanto político”. Aqui, as coisas espantosas deixaram de espantar. Se um camelô brotasse de uma alucinação, invadissem a vida real e berrasse a “nova Prostituição do Brasil” — ninguém cairia ferido de assombro.*

*“Vejam outra hipótese. Se baixassem um decreto mandando a gente andar de quatro — qual seria a nossa reação? Nenhuma. Exatamente: — nenhuma. E ninguém se lembraria de perguntar, simplesmente perguntar: — “Por que andar de quatro?”.”<sup>47</sup>*

A Constituição de 1967, elaborada pelo mesmo ministro que interditará seu romance, estabelecia, entre outros tópicos, eleições indiretas para a presidência da República e estendia ao presidente a iniciativa de emenda à Constituição. Assim como as crônicas de Cony, as memórias de Nelson Rodrigues se iniciam diante de um fato político e da falta de espanto diante dele. Sob a aparente normalidade, o movimento de 1º de abril de 1964 apresenta-se como revolução. Da mesma forma, não há surpresa frente a referida constituição do ministro Carlos Medeiros, que suspende e põe em risco as liberdades essenciais que deveria garantir. Diante da hipocrisia da “quartelada”, Cony apela aos que, assim como ele, “exercem atividade intelectual”: “Marquemos cada qual a nossa posição. Um, dois, dez, mil, um milhão, não importa. É preciso que se denuncie a nudez do rei”<sup>48</sup>. Tal como em Nelson Rodrigues, mas com um apelo mais restrito, Cony exorta os intelectuais ao “espanto político”, ausente na imprensa.

No acordo de Nelson com o “Correio da Manhã”, ficou estabelecido que ele escreveria uma crônica por dia e que teria total liberdade de misturar suas memórias com os fatos cotidianos. Logo isso se mostraria inevitável, quando, ainda na primeira semana, um temporal provoca o desabamento do edifício em que morava seu irmão Paulo Rodrigues. Morrem centenas de pessoas, e mais o irmão e sua família. A série é interrompida por uma semana. O acidente parece ligar visceralmente suas memórias ao comentário do cotidiano.

---

<sup>47</sup> RODRIGUES, 1994: p. 13

<sup>48</sup> CONY, 1964: p. 14

Ao retomar suas “Memórias”, na semana seguinte, ele encontra uma crônica de Carlos Drummond de Andrade sobre o desabamento e comenta:

*“E o papel não diz nada. Mas como? O nosso poeta nacional escreve sobre a tragédia e não consegue dizer nada? Aí está dito tudo: — nada. Aliás, tudo, no seu escrito, está errado. Preliminarmente, uma catástrofe exige, para os seus largos movimentos, exige espaço, exige extensão. E a crônica miúda é um gênero próprio para o furto de galinhas. Duzentas mortes pedem a abundância de Jorge de Lima da “Invenção de Orfeu”. Ora, o poeta teria de dizer, em meia dúzia de linhas, verdades jamais concebidas. Não disse.”<sup>49</sup>*

Segundo Nelson Rodrigues, de todo o texto, apenas uma frase de Drummond faz menção à morte de “Paulinho”. Para o autor, se o cronista não é capaz do espanto diante da tragédia, se torna tão impessoal quanto um “idiota da objetividade”. E anota que Drummond pôs, “numa frase escassa, toda a aridez de três desertos”, como se o poeta também fosse uma espécie de *copy desk*.

Por tudo isso, aquele divórcio de competências, entre o “útil” e o “fútil”, parece não satisfazer o autor. Se a objetividade da notícia, não lhe permite o espanto diante absurdo político, do grande feito ou da tragédia; a crônica, nos moldes que se apresenta, como breve comentário de eventos fortuitos, também não é capaz de conferir a real dimensão desses acontecimentos. Enquanto Rubem Braga nega a notícia objetiva em busca do lírico incidente, Nelson Rodrigues persegue o que há de humano, justamente, no campo jornalístico. E mais tarde, o próprio cronista se reconheceria usando de “uma ênfase e uma gesticulação imprópria para uma coluna de amenidades”<sup>50</sup>.

Ao negar as duas modalidades como forma de expressão, Nelson Rodrigues tentava alargar o seu espectro de atuação. O autor investe no caráter híbrido da crônica, como já fizera no caso de “A vida como ela é...”, coluna que escrevera para o jornal “Última Hora”, de Samuel Wainer. Este, ao comentar a experiência, revela que a idéia inicial era fazer uma versão mais elaborada do noticiário policial.

*“Eu apenas queria que ele desse um tratamento mais colorido, menos burocrático, a um certo tipo de notícia. Nelson afinal cedeu. Sentou-se à máquina e, pouco depois, entregou-me o texto sobre o casal que morreria no desastre do avião. Era uma obra-prima, mas notei*

---

<sup>49</sup> RODRIGUES, 1994: p. 37

<sup>50</sup> IDEM, 2002: p. 72

*que alguns detalhes — nomes, situações — haviam sido modificados. Chamei Nelson e pedi-lhe que fizesse as correções.*

*“— Não, a realidade não é essa — respondeu-me. — “A vida como ela é” é outra coisa.*

*“Eu me rendi ao argumento e imediatamente mudei o título da seção. Deveria chamar-se “Atire a primeira pedra”, mas ficou com o título de “A vida como ela é” que considero um dos melhores momentos do jornalismo brasileiro.”<sup>51</sup>*

De acordo com Ruy Castro, ficara acordado no princípio que o chefe de reportagem, Paulo Silveira, passaria as pautas para Nelson. O cronista obedecera à orientação nos primeiros dois dias. “No terceiro, começou a inventar ele próprio as histórias”<sup>52</sup>. Mesmo assim, Nelson Rodrigues continuava inspirando suas colunas no noticiário policial. Dava preferência aos crimes passionais e, invariavelmente, contava uma história de adultério. Assim, por trás da invenção deliberada, o autor mantinha a experiência das velhas redações, do repórter policial (que ele foi e) que conhece “todas as danações do homem e da mulher”.

Como quem procura se justificar, Nelson Rodrigues escreve que, não raro, as velhas redações falsificavam o fato. E os depoimentos de diversos jornalistas corroboram o seu testemunho. Em “Trinta anos esta noite”, Paulo Francis lembra a disputa para governador entre Carlos Lacerda e Sérgio Magalhães, em 1960: Ele e o jornalista Paulo Silveira, da “Última Hora”, puseram “palavras extremamente provocadoras na boca do candidato das esquerdas”. Lacerda teria aceitado a provocação e respondido na “Tribuna da Imprensa” com um violento artigo chamado “A ofensiva comunista”. “Sérgio ia reclamar com Samuel (Wainer) da nossa perfídia quando lhe vieram as pesquisas de opinião mostrando que tinha subido vários pontos”<sup>53</sup>.

(O exemplo de Francis traz um caso de intervenção deliberada e caluniosa dos jornalistas sobre o fato. Procedimento inconcebível de acordo com as regras do jornalismo objetivo. Contudo, Nilson Lage afirma que mesmo na imprensa moderna, durante a produção rotineira da notícia, ao destacar determinados aspectos na ordenação dos fatos e até na escolha das palavras, “o jornalista deixa inevitavelmente interferir valores subjetivos”<sup>54</sup> no seu trabalho. E Fernando Gabeira, que por essa época trabalhava no “Jornal do Brasil”, confessa: — “Quando você é repórter e quer participar da oposição, não pode usar juízos de valor nem

---

<sup>51</sup> WAINER: p. 152

<sup>52</sup> CASTRO: p. 236

<sup>53</sup> FRANCIS: p. 56

<sup>54</sup> LAGE: p. 35

adjetivos como os grandes articulistas que têm um espaço à sua disposição. O que você pode fazer é organizar os fatos de forma tal que incomode ao adversário”<sup>55</sup>. Em outras palavras, a crença na objetividade transformava a linguagem em alibi, e o jornalista era capaz de manipular a notícia, inclusive inculcar a sua ideologia sob a aparente “naturalidade” com que os fatos eram apresentados, desde que o fizesse objetivamente. Daí o outro motivo de preocupação para o cronista com relação àquela “hegemonia cultural de esquerda” e com a falta de opinião pessoal.)

Assim como as declarações atribuídas a Sérgio Magalhães, outro caso do tipo tirou-as-palavras-da-minha-boca, é a entrevista que Wainer faz com Getúlio Vargas, logo após sua eleição, em 1950:

*“— Bom, tu conheces o meu pensamento — disse. — Redija a entrevista com pergunta e resposta, e logo mais, após o jantar, vamos revê-la em conjunto.*

*“Entreguei-me prontamente à tarefa. De posse de algumas cópias de discursos pronunciados por Getúlio durante a campanha, datilografei cerca de doze laudas. Conservei o estilo das diversas entrevistas que ele me concedera nos meses anteriores, em forma de diálogo, com uma e outra gargalhada no percurso para permitir uma pausa aos leitores.”*

A reação de Getúlio, após ler a entrevista: “— Profeta, gostei muito da entrevista. E gostei por duas razões. A primeira, porque tu incluíste nela tudo o que eu disse. A segunda, porque incluíste nela tudo o que eu não disse.”<sup>56</sup>. Já se mostrou que, segundo Nelson Rodrigues, a velha imprensa não tinha pudor em falsificar o fato. Com efeito, tanto a entrevista de Francis, como a de Wainer, são inventadas. Em ambos os casos, os jornalistas escreveram mais do que o entrevistado disse, e talvez nunca dissesse, mas se revelam mentiras eficientes. No caso de Sérgio Magalhães, o político percebe que, apesar da calúnia, a intervenção dos jornalistas era a declaração certa a fazer. No exemplo de Vargas, a cumplicidade com o jornalista faz com que ele conheça não só a sua retórica como seja capaz de antecipar suas opiniões. Para Nelson Rodrigues, a experiência de redação concedia ao jornalista uma intuição reveladora acerca da natureza humana:

*“Ah, como é falsa a entrevista verdadeira! Não sei se me entendem. Eis o que eu queria dizer: — trabalho em jornal desde os treze anos e tenho 55 anos. Façam as contas.*

---

<sup>55</sup> GABEIRA: p. 30

<sup>56</sup> WAINER: p. 16

São 42 anos. Depois de 42 anos de redação, o sujeito acumulou uma experiência em nada inferior às obras completas de William Shakespeare.

*“Posso ir à boca de cena, alçar a fronte e anunciar para a platéia: — “Eu vi tudo e sei tudo”. Não vejam imodéstia nas minhas palavras. Qualquer repórter de polícia, em fim de carreira, terá a mesmíssima vidência shakespeariana. O mérito não é nosso, mas estritamente profissional. E, depois de 42 anos de vida jornalística, posso repetir: — nada mais cínico, nada mais apócrifo do que a entrevista verdadeira.*

*“Não me esquecerei nunca do meu primeiro entrevistado. Se não me engano, era o diretor da Casa da Moeda (ou seria da Imprensa Nacional?). Mas não importam os títulos do homem, nem suas funções. O entrevistado é sempre o mesmo, variando apenas de terno e de feitiço de nariz. No mais, há uma semelhança espantosa. Nem importa o assunto. Seja batalha de confete, ou Hiroshima, um cano furado ou os Direitos do Homem. O que vale é o cinismo gigantesco. O sujeito não diz uma palavra do que pensa, ou sente.*

*“E o pior é o gesto, é a ênfase, é a inflexão. O diretor da Casa da Moeda, que também podia ser da Imprensa Nacional, recebeu-me no seu gabinete. Falou uma hora, ou mais. Hora e meia. Mas fosse um Bismarck e daria no mesmo. Ele se perfilava para falar, como se a sua palavra fosse o próprio Hino Nacional.*

*“Fiz outras entrevistas, centenas, dezenas de entrevistas. E todas me deixaram a mesma sensação de cinismo. No fim de alguns anos, eis a minha certeza definitiva, inapelável: — ninguém devia ser entrevistado, nem os santos. Até que, um dia, na crônica, ocorreu-me a idéia das “entrevistas imaginárias”. Aí estava a única maneira de arrancar do entrevistado as verdades que ele não diria ao padre, ao psicanalista, nem ao médium, depois de morto.*

*“Fascinou-me a “entrevista imaginária”. Precisava, porém, arranjar-lhe uma paisagem. Não podia ser um gabinete, nem uma sala. Lembrei-me, então, do terreno baldio. Eu e o entrevistado e, no máximo, uma cabra vadia. Além do valor plástico da figura, a cabra não trai. Realmente, nunca se viu uma cabra sair por aí fazendo inconfidências. Restava o problema do horário. Podia ser meia-noite, hora convencional, mas altamente sugestiva. Nada do que se diz, ou faz, à meia-noite, é intranscendente. Boa hora para matar, para morrer ou, simplesmente, para dizer as verdades atrozes.”<sup>57</sup>*

Baseado na experiência das velhas redações, Nelson Rodrigues acusa a falsidade da entrevista verdadeira. Da mesma forma que a objetividade busca apresentar os fatos apenas como eles se evidenciam, a entrevista verdadeira não permitiria ir além das aparências. Nela, o sujeito jamais se revela. Quem comparece à entrevista é a sua figura impessoal: como o Diretor da Casa da Moeda ou o Diretor da Imprensa Oficial. E as crônicas de Nelson dão prova disso: Guimarães Rosa, segundo exemplo do cronista, não sabia ser gênio com naturalidade, não se permitia fazer uma frase sem lhe pingar gênio. Por isso, “Guimarães Rosa posava muito de Guimarães Rosa”<sup>58</sup> na vida real. Para a entrevista verdadeira, o gênio seria essa pose.

---

<sup>57</sup> RODRIGUES, 2001a: p. 49

<sup>58</sup> IDEM, 2003: p. 148

Nesse sentido, Nelson compara as diferentes transmissões que o rádio e a TV fazem da participação brasileira na Copa do Chile, em 1962:

*“O povo não sabia como conciliar as coisas: — o delírio dos locutores e a exata veracidade da imagem. Após a batalha de ontem, eu vi tudo. A verdade está com a imaginação dos locutores. E repito: — a imaginação está sempre muito mais próxima das essências. Ao passo que o video-tape é uma espécie de lambe-lambe do Passeio Público, que retira das pessoas toda a sua grandeza humana e esvazia os fatos de todo o seu patético”<sup>59</sup>.*

A entrevista verdadeira, assim como o video-tape, está condicionada à “exata veracidade da imagem”. Enquanto que a “entrevista imaginária”, justamente por não se prender à realidade como ela se apresenta, pode dizer mais do que as aparências e revelar, como na transmissão do rádio, a real dimensão dos homens e dos acontecimentos.

Entretanto, antes mesmo de explicar as “entrevistas imaginárias”, era preciso que Nelson justificasse porque ele, que até então se dedicara apenas a tratar de amenidades, como cultura e futebol, de repente começava a falar de política e a querer fazer entrevistas, excedendo visivelmente o espaço da crônica em direção ao campo jornalístico.

*“Entro na redação e o Marcello Soares de Moura me chama. Começa: — “Escuta aqui, Nelson. Explica esse mistério”. Como havia um mistério, sentei-me. Ele começa: — “Você, que não escrevia sobre política, por que é que agora só escreve sobre política?”. Puxo um cigarro, sem pressa de responder. Insiste: — “Nas suas peças não há uma palavra sobre política. Nos seus romances, nos seus contos, nas suas crônicas, não há uma palavra sobre política. E, de repente, você começa suas confissões. É um violino de uma corda só. Seu assunto é só política. Explica: — “Por quê?”.*

*“Antes de falar, procuro cinzeiro. Não tem. Marcello foi apanhar um duas mesas adiante. Agradeço. Calco a brasa do cigarro no fundo do cinzeiro. Digo: — “É uma longa história”. O interessante é que outro amigo, o Francisco Pedro do Couto, e um outro, Permínio Ásfora, me fizeram a mesma pergunta. E, agora, o Marcello me fustigava: — “Por quê?”. Quero saber: — “Você tem tempo ou está com pressa?”. Fiz tanto suspense que a curiosidade do Marcello já estava insuportável.*

*“Começo assim a “longa história”: — “Eu sou um ex-covarde”. O Marcello ouvia só e eu não parei mais de falar. (...)*

*(...)*

*“Tive medo, ou vários medos, e já não os tenho. Sofri muito na carne e na alma. Primeiro, foi em 1929, no dia seguinte ao Natal. Às duas horas da tarde, ou menos um pouco, vi meu irmão Roberto ser assassinado. Era um pintor de gênio, uma espécie de Rimbaud plástico, e de uma qualidade humana sem igual. Morreu errado ou, por outra, morreu porque era “filho de Mário Rodrigues”. E, no velório, sempre que alguém vinha abraçar meu pai,*

---

<sup>59</sup> RODRIGUES, 2001c: p. 90

*meu pai soluçava: — “Essa bala era para mim”. Um mês depois, meu pai morria de pura paixão. Mais alguns anos e meu irmão Joffre morre. Éramos unidos como dois gêmeos. Durante quinze dias, no Sanatório de Correias, ouvi a sua dispnéia. E minha irmã Dorinha. Sua agonia foi leve como a euforia de um anjo. E, depois, foi meu irmão Mario Filho. Eu dizia sempre: — “Ninguém no Brasil escreve como meu irmão Mario”. Teve um enfarte fulminante. Bem sei que, hoje, o morto começa a ser esquecido no velório. Por desgraça minha, não sou assim. E, por fim, houve o desabamento de Laranjeiras. Morreu meu irmão Paulinho e, com ele, sua esposa Maria Natália, seus dois filhos, Ana Maria e Paulo Roberto, a sua sogra, d. Marina. Todos morreram, todos, até o último vestígio.*

*“Falei do meu pai, dos meus irmãos e vou falar também de mim. Aos 51 anos, tive uma filhinha que, por vontade materna, chama-se Daniela. Nasceu linda. Dois meses depois, a avó materna teve uma intuição. Chamou o dr. Sílvio Abreu Fialho. Este veio, fez todos os exames. Depois, desceu comigo. Conversamos na calçada do meu edifício. Ele foi muito delicado, teve muito tato. Mas disse tudo. Minha filha era cega.*

*“Eis o que eu queria explicar a Marcello — depois de tudo que contei, o meu medo deixou de ter sentido. Posso subir numa mesa e anunciar de frente alta: — “Sou um ex-covarde”. É maravilhoso dizer tudo. Para mim, é de um ridículo abjeto ter medo das Esquerdas, ou do Poder Jovem, ou do Poder Vermelho ou de Mao Tsé-Tung, ou de Guevara. Não trapaceio comigo, nem com os outros. Para ter coragem, precisei sofrer muito. Mas a tenho”<sup>60</sup>.*

O tema da crônica gira em torno do ano de 1969, auge do cerceamento das liberdades durante o período militar. Por essa época, Nelson Rodrigues já era conhecido publicamente pelas suas posições de direita, e ostentava a pecha de reacionário. Isso, num momento em que, como se viu, a esfera cultural vivia uma hegemonia ideológica de esquerda, equivalia a uma espécie de suicídio intelectual. E nas crônicas de Nelson, isso fica evidente: Gilberto Freyre era uma presença “obrigatória” na vida intelectual do país, mas porque não aceitou a cooptação das esquerdas, “negam-lhe uma notícia de duas linhas ou uma vaga referência”<sup>61</sup>. Gustavo Corção, outro nome da direita, publica um grande livro: “É toda uma meditação maravilhosa. Dois volumes de uma lucidez apavorante. E não sai, em lugar nenhum, uma linha, uma vírgula, nada”<sup>62</sup>

Nesse contexto, a crônica soa como declaração de liberdade para o autor. Se a “política é a grande linguagem do nosso tempo. E cada qual, para sobreviver, simplesmente existir, precisa ter um toque ideológico”<sup>63</sup>, Nelson conquistara o direito de dizer tudo, e estava preparado para a solidão do seu gesto. Ele conta como sofreu para assumir essa posição. É dessa experiência e da superação dessas dores que o autor tira coragem para dizer tudo e,

---

<sup>60</sup> RODRIGUES, 2001a: p. 13

<sup>61</sup> IBIDEM: p. 259

<sup>62</sup> IBIDEM: p. 28

nesse sentido, ele se aproxima muito da autoridade do “narrador” de Walter Benjamin<sup>64</sup>. Segundo o ensaísta alemão, a “morte é a sanção de tudo o que o narrador pode relatar. Ele derivou sua autoridade da morte”<sup>65</sup>. E a confissão mostra a intimidade do cronista com a morte, o quanto ele sofreu com ela para poder “dizer tudo”. Mesmo nas outras crônicas, a morte é uma presença obsessiva, seja pela experiência de repórter policial, seja pelos fatos que balizam suas memórias: o assassinato de Pinheiro Machado, o naufrágio da Barca Sétima, o enterro de Rui Barbosa, o enterro de Rio Branco, a Primeira Guerra Mundial, a Gripe Espanhola, os levantes tenentistas em 1922, 1924 e a Revolução de 1930.

Quer dizer, depois do que viveu, Nelson Rodrigues pode alçar a frente, como o antigo repórter de polícia, e dizer: — “Eu vi tudo, eu sei tudo”. Para dizer as “verdades jamais concebidas” que nem a crônica (no seu feitio próprio para o “furto de galinhas”) nem a notícia (na sua idiota objetividade) permitem dizer, Nelson inventa uma forma própria através das “confissões” e das “memórias”, e justifica-as: “as coisas só tomam seu exato valor quando evocadas”<sup>66</sup>. Do seu jeito, faz o mesmo que o “narrador” de Benjamin: mergulha “a coisa na vida de quem relata, a fim de extraí-la novamente”<sup>67</sup>.

### 3.4. ENTREVISTA IMAGINÁRIA

Autorizado pela sua experiência de vida e de redação, Nelson Rodrigues entrevistou inúmeras personalidades no terreno baldio. E, mais tarde, a TV Globo transformaria as “entrevistas imaginárias” em programação televisiva, sem descuidar do cenário criado pelo cronista. Afinal eram a cabra, o terreno baldio e mesmo o horário que criavam uma situação ficcional que predisponha o entrevistado à confissão. Assim, de um modo precário, o cronista tentava desobrigar o convidado de suas relações sociais (família, trabalho, imagem pública, etc.) para apresentá-lo como indivíduo.

---

<sup>63</sup> RODRIGUES, 2001a: p. 145

<sup>64</sup> Uma análise mais aprofundada do modo como a crônica de Nelson Rodrigues incorpora a “autoridade” do narrador de Walter Benjamin está em FISCHER, 1998: p. 247

<sup>65</sup> BENJAMIN: p. 64

<sup>66</sup> RODRIGUES, 2001b: p. 71

<sup>67</sup> BENJAMIN: p. 63

“Fiz “entrevistas imaginárias” com jogadores, dirigentes de futebol, literatos. Ainda anteontem, o Antonio Callado foi meu convidado no terreno baldio. Mas eu sentia, de maneira obscura, quase dolorosa, que faltava alguém no capinzal. “Mas quem?” — eis o que me perguntava. — “Quem?” E, súbito, um nome ilumina minhas trevas interiores: — “D. Hélder!”. De todos os vivos ou mortos do Brasil, era ele o mais urgente, o mais premente. E, de mais a mais, uma batina é sempre paisagística.

“Ontem, finalmente, houve, no terreno baldio, a “entrevista imaginária”. À meia-noite, em ponto, chegava d. Hélder. Lá estava também a cabra, comendo capim, ou, melhor dizendo, comendo a paisagem. À luz do archote, começamos a conversar. Primeira pergunta: — “O senhor fuma, d. Hélder?”. Resposta: — “A entrevista é imaginária?”. Acho graça: — “Ou o senhor duvida?”. E d. Hélder: — “Se é imaginária, fumo. Qual é o teu?”. Digo: — “Caporal Amarelinho”. Cuspiu por cima do ombro: — “Deus me livre! Mata-rato!”.

“Faço a pergunta: — “Que notícias o senhor me dá da vida eterna?”. Riu: — “Rapaz! Não sou leitor do Tico-Tico nem do Gibi. Está-me achando com cara de vida eterna?”. No meu espanto, indago: — “E o senhor acredita em Deus? Pelo menos em Deus?”. O arcebispo abre os braços, num escândalo profundo: — “Nem o Alceu acredita em Deus. Traz o Alceu para o terreno baldio e pergunta”.

“Ele continuava: — “O Alceu acha graça da vida eterna. A vida eterna nunca encheu a barriga de ninguém”. D. Hélder falava e eu ia taquigrafando tudo. Aquele que estava diante de mim nada tinha a ver com o suave, o melífluo, o pastoral d. Hélder da vida real. E disse mais: — “Vocês falam de santos, de anjos, de profetas, e outros bichos. Mas vem cá. E a fome do Nordeste? Vamos ao concreto. E a fome do Nordeste?”.

“Não me ocorreu nenhum outro comentário senão este: — “A fome do Nordeste é a fome do Nordeste”. D. Hélder estende a mão: — “Dá um dos teu mata-ratos”. Acendi-lhe o cigarro. D. Hélder não pára mais: — “Diz cá uma coisa, meu bom Nelson. Você já viu um santo, uma santa? Por exemplo: — Joana D’Arc. Já viu a nossa querida Joana D’Arc baixar no Nordeste e dar uma bolacha a uma criança? As crianças lá morrem como ratas. E o que é que esse tal de São Francisco de Assis fez pelo Nordeste? Conversa, conversa!”.

“Lanço outra isca: — “É verdade que o senhor vai para o Amazonas?”. Riu: — “Onde fica esse troço? Ó rapaz! Ainda nunca desconfiaste que a fome do Nordeste é meu ganha-pão? E o Amazonas é terra de jacaré. Tenho cara de jacaré?”. Concordo em que ele não tem nenhuma semelhança física com um jacaré. Indago: — “E o comunismo?”.

“D. Hélder conta: — “Quando estive nos Estados Unidos, bolei um cartaz assim: O arcebispo vermelho! Era eu o arcebispo vermelho, eu!”. Insinuei a dúvida: — “Mas esse negócio de comunismo é meio perigoso”. Nova risada: — “Perigosa é a direita. A direita é que não dá mais nada. O arcebispo vermelho fez um sucesso tremendo nos Estados Unidos”.

“Pede outro cigarro. Fez novas confidências: — “Sou homem da minha época. Na Idade Média, eu era da vida eterna, do Sobrenatural. Fui um santo. É o que lhe digo: — cada época tem seus padrões. Benjamin Costallat, no seu tempo, era o Proust. O charleston já foi a grande moda. Pelo amor de Deus, não me falem da vida eterna, que é mais antiga, mais obsoleta do que o primeiro espartilho de Sarah Bernhardt. Hoje, a moda não é mais Benjamin Costallat, nem o charleston. Entende? É Guevara. O santo é Guevara. E acompanho a moda”<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> RODRIGUES, 2001a: p. 50

Como na velha imprensa, o cronista escolhe um adversário em evidência para a polêmica. Nelson chega a classificar d. Hélder como um de seus personagens obsessivos. Também pudera, segundo ele: “Ninguém abre um jornal sem esbarrar, sem tropeçar no seu nome, no seu retrato, no seu gesto, na sua palavra”<sup>69</sup>. É a partir dessa promoção ostensiva que o cronista vai apresentar o arcebispo.

Na entrevista imaginária, d. Hélder troca ideais da Igreja pela “fome do Nordeste” e pela militância política. E justifica: — “cada época tem seus padrões”. Nelson ressalta que o personagem da crônica nada tem a ver com o sacerdote da vida real. Também o autor não busca a fidelidade dos fatos, mas a confissão. Ainda nas primeiras linhas, ele testa o padre com um cigarro. Ora, o fumo é um vício, em última instância uma fraqueza moral. Enfim, pode parecer forçada a situação, mas o religioso hesita e só aceita após certificar-se de que a entrevista é imaginária. Então ali, isolado do mundo, de suas relações sociais, e sem testemunhas, o arcebispo revela suas verdades inconfessáveis. Como se desse um depoimento em *off*<sup>70</sup>, d. Hélder expõe o apetite promocional que motiva seus atos.

No entanto, há casos em que a escolha do entrevistado não é tão evidente e, mesmo a sua individuação, se torna problemática. É o caso da entrevista com a atriz Cacilda Becker.

*“Saí do telefone, isto é, não saí do telefone. Desliguei e, imediatamente, disquei para 01. Feita a ligação fulminante, uma voz feminina atende. Peço: — “Quer-me chamar a Cacilda?”. A resposta foi taxativa: — “Não mora aqui”. Protesto: — “É esse o número, minha senhora. Cacilda Becker. Mora aí”. E a outra: — “Engano”. E, súbito, desconfio da verdade. Berro: — “É você que está falando, Cacilda? Sou eu, Nelson!”. Há uma pausa dramática. Finalmente, explode a voz feminina: — “É mesmo, é mesmo! Agora me lembro. Cacilda Becker. Eu era Cacilda, fui Cacilda. O sobrenome é Becker? Fui Cacilda Becker”. A conversa estava meio alucinatória. Numa impressão profunda, pergunto: — “Está-me ouvindo, Cacilda? Esteja, hoje à meia-noite, no terreno baldio. Você vai-me dar uma entrevista imaginária. Entendeu? Uma entrevista imaginária, na presença da cabra vadia”. A grande atriz pluralizou: — “Lá estaremos”. E eu: — “Boa noite”. Ela respondeu em voz pungente, em voz plangente: — “Boa noite”.*

*“Às dez para a meia-noite, estou eu no terreno baldio. Tomei todas as providências. Reuni os gafanhotos, sapos, corujas, caramujos e minhocas. Fui de um em um, pedindo pelo amor de Deus: — “Modos, hem; modos!”. E, súbito, vem correndo um caramujo: — “Está chegando a passeata”. Pulo: — “Que passeata? Eu não chamei passeata nenhuma. Vou entrevistar a Cacilda Becker. Só a Cacilda e mais ninguém”. Mas era a estarrecedora*

---

<sup>69</sup> RODRIGUES, 2003: p. 236

<sup>70</sup> Falar em *off*: diz-se no jornalismo do depoimento informal, não registrado (*off* refere-se ao gravador desligado), que não vale como prova.

verdade. Ao longe, empunhando archotes, vinha a passeata. E, no meio, hirta, sonâmbula, vestida de Ofélia, pude ver a minha entrevistada, Cacilda Becker.

“Aterrado, esperei aquela massa ululante. Ouvia-se o coro: — “Par-ti-ci-pa-ção! Par-ti-ci-pa-ção!”. O vozerio subia aos céus. Lá em cima, as estrelas começaram a atirar listas telefônicas e cinzeiros sobre os manifestantes. A quinze metros do local, Vladimir Palmeira trepa na capota do próprio automóvel. Diz forte: — “Classe teatral!”. Silêncio. E o Vladimir: — “Estamos cansados. Vamos sentar”. A docilidade foi total. A Classe sentou-se no asfalto, o Líder deixou passar cinco minutos; e comanda: — “Já descansamos. Vamos marchar!”. E todos marcharam os quinze metros que faltavam. Só então, dilacerado e confuso, dirijo-me à própria Cacilda: — “Escuta, houve um lamentável engano, um equívoco horrendo. Eu só convidei você, Cacilda!”. E a atriz: — “Eu não sou Cacilda. Sou a passeata!”. Lá estava Paulo Autran: — “Você, Paulo Autran, ao menos você, é Paulo Autran?”. Resposta: — “Sou uma assembléia!”. Ao lado, vi o Ferreira Gullar: — “Ferreira, diga, berre: — eu sou Ferreira Gullar!”. Retruca: — “Eu sou um abaixo-assinado! Sou uma comissão de intelectuais!”. Em seguida, puxou um isqueiro e incendiou um exemplar de A luta corporal. Vozes repetiam: — “Sou um comício! Sou um panfleto! Sou a Classe!”. Cada qual era ninguém. Olho aquelas caras. Todos tinham perdido a noção da própria identidade.”<sup>71</sup>

Parte da sagacidade das “entrevistas imaginárias” esta no fato de que a entrevista é de praxe individual. De forma que individualiza o sujeito da massa para fazer seu exame pessoal. Assim, de saída, percebe-se que a entrevista de Cacilda falha num de seus princípios básicos. Pelo telefonema, percebe-se que Cacilda esquecera sua própria personalidade. E mais tarde, na passeata, todas as individualidades se anulam em consensos de “classe”, “passeata”, “assembléia” e “abaixo-assinado”. Não há confissão porque, assim, massificados, ninguém arrisca a opinião pessoal.

No entanto, ao descrever a multidão, Nelson deixa entrever outros recursos da “entrevista imaginária”. Assim como na notícia objetiva, o cronista coleta os fatos que lhe interessam e os reordena dando-lhes novo sentido. De modo que o desfile da comissão de intelectuais, a chuva de listas telefônicas e cinzeiros<sup>72</sup> e a performance de Vladimir Palmeira rearranjados no tom “alucinatório” da entrevista, fornecem uma nova perspectiva das passeatas de 1968.

Mesmo esse tom alucinatório, presente também na entrevista de d. Hélder, espanta e desacomoda o leitor acostumado com a aparente normalidade com que os fatos são apresentados pela imprensa moderna. Pois apesar do espaço da crônica estar à margem do

---

<sup>71</sup> RODRIGUES, 2001a: p. 159

<sup>72</sup> Na verdade, o autor troca de propósito a chuva de papel picado que caía sobre os manifestantes com os protestos contra a repressão militar nas ruas, nos quais os moradores dos edifícios atacavam a força pública com listas telefônicas e cinzeiros. Está tudo em VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. 1988.

campo noticioso, o fato de Nelson Rodrigues manter suas memórias e confissões ligadas ao comentário do cotidiano certamente confundia o leitor. Não custa retroceder um pouco e lembrar Samuel Wainer. Segundo seu depoimento, para a massa popular, o que “saiu no jornal” era aceito como “verdade incontestável, irremovível”.

Assim, ao arrogar-se de procedimentos próprios do jornalismo, atribuindo atos e palavras a personalidades públicas, Nelson Rodrigues incorria no que Roberto Schwartz denominou de “estilização da calúnia”<sup>73</sup>. Realmente, para a “entrevista imaginária” interessava a confissão e, como bem já dissera Nelson Rodrigues: — “Ninguém confessa virtudes e repito: — a simples confissão de virtudes não interessa nem ao padre, nem ao psicanalista, nem ao médium, depois da morte”<sup>74</sup>.

Poderia se dizer que a virtude é uma pose. E do mesmo modo que rejeita a entrevista verdadeira, o cronista procura na confissão uma explicação para a verdadeira natureza por trás da aparência. No lugar do suave, melífluo e pastoral d. Hélder, Nelson Rodrigues sugere uma pessoa de uma vaidade promocional ímpar. Apesar de moralmente reprovável, a confissão revela justamente aquilo que expõe o sujeito à reprovação da massa e que, em última análise, se não o exclui, individualiza. Conforme se viu, o próprio cronista confessa que durante anos praticou “a solidão com certo pânico e certa vergonha”, porque ainda não amadurecera para estar só. Pelo mesmo motivo, precisou sofrer muito antes de ter coragem de assumir sua posição política. Portanto, ao induzir à confissão, o cronista procurava atribuir um aspecto humano ao indivíduo massificado.

Por outro lado, a entrevista verdadeira, apesar de ser mais evidente, é apenas um mecanismo de confissão na obra cronística do autor. Há outros casos esparsos, embora recorrentes, como o da carta anônima. Segundo o cronista, “o homem diz, na carta anônima, o que não ousaria dizer ao padre, ao psicanalista e ao médium, depois de morto”<sup>75</sup>. Por outras palavras, na obscuridade do anonimato, o homem diz coisas que de outra forma só revelaria na “entrevista imaginária”. De certa forma, o mesmo acontecia com o grã-fino depois do terceiro uísque: o sujeito então ganhava “uma euforia, uma luminosidade que o transfiguravam”<sup>76</sup> e lhe concediam uma franqueza incondicional. E assim por diante, de inúmeras formas, as crônicas do autor parecem sistematizar outras formas de confissão.

---

<sup>73</sup> SCHWARZ: p. 91

<sup>74</sup> RODRIGUES, 2003: p. 39

<sup>75</sup> IDEM, 2001a: p. 122

<sup>76</sup> IDEM, 2002: p. 76

De forma que, se na velha imprensa a mentira ganhava contornos de função dramática por conceder nova dimensão à tragédia humana; as sistemáticas confissões no espaço público do jornal, aproximavam as crônicas de certo aspecto da obra dramatúrgica do autor. Quando da estréia de sua peça “Perdoa-me por me traíres”, Nelson Rodrigues escreve que “a ficção, para ser purificadora, precisa ser atroz. O personagem é vil para que não o sejamos. Ele realiza a miséria inconfessa de cada um de nós”. E arremata: “Para salvar a platéia, é preciso encher o palco de assassinos, de adúlteros, de insanos e, em suma, de uma rajada de monstros. São os nossos monstros, dos quais eventualmente nos libertamos, para depois recriá-los”<sup>77</sup>. Assim, se o homem se anula na massa por medo, o cronista busca fazer a catarse dos seus temores por meio da confissão.

---

<sup>77</sup> Rodrigues, 1996: 15

## CONCLUSÃO

De acordo com a proposta inicial, tentou-se descrever o processo de modernização do país de forma a compreender como se dá a passagem de uma sociedade agrária e oligárquica, que em muitos aspectos conforma o Brasil da infância do autor, para uma contingência urbana e industrial, a partir da qual ele escreve.

Focou-se de modo especial na forma como essa modernização acontece por meio da implantação da indústria nacional e de como esse processo deu origem à sociedade de massas e ao jornalismo objetivo no país. Dois fatores que o cronista articula para suas crônicas como forma de questionar a progressiva anulação do indivíduo dentro daquela configuração social específica.

Nesse sentido, a escolha da crônica não teria sido gratuita. Na sua conformação de espaço descompromissado com os critérios de racionalidade que orientavam a produção jornalística, as crônicas cumpriam uma função editorial análoga aos espaços vazios que se abriam na diagramação dos jornais (como dá exemplo a pioneira reforma do “Jornal do Brasil”): tornavam-se uma área de “respiro” para o olhar. Um refúgio para a objetividade onde o foco trocava a notícia objetiva pelo comentário breve e lírico do cronista a respeito de incidentes que procuravam resgatar o conteúdo humano que resistia à rotina massificante.

A partir deste cenário, procurou-se demonstrar como Nelson Rodrigues se instala nesse espaço e, se aproveitando da liberdade ou, melhor dizendo, indefinição do gênero, procurou interferir não apenas no campo ficcional, mas, legitimado pela experiência (de vida) das velhas redações, operar a ingerência do âmbito imaginário sobre o campo noticioso, ou da fantasia sobre a realidade. Dessa forma procurava dar dimensão humana tanto aos fatos e seus protagonistas como à forma como é dado às massas conhecer tais acontecimentos.

Isso, tomado numa leitura retrospectiva, pode deixar uma impressão equivocada do jornalismo pela forma como ele é apresentado: objetivo, impessoal, massificante. Restando à crônica (ah! esse híbrido subestimado) ser uma espécie de espaço redentor na área impressa do jornal.

Não é bem assim. Sabe-se que naquele momento (1968-1974, período mais representativo das suas confissões) recrudescia o policiamento e, na quase absoluta falta de liberdade, até publicar receita de bolo na editoria de polícia era considerada como denúncia

contra a censura. A paranóia era generalizada. De um lado, como no testemunho de Fernando Gabeira, quem militava na imprensa procurava cifrar sua resistência na reorganização dos fatos e sob o álibi da objetividade. Por outro, mesmo um comentário a respeito das mazelas de uma sociedade de conformação urbana, industrial e massificada (como se viu, um fenômeno ainda recente na história do país) poderia ser tomado como crítica ao regime, como acontecera com o “O Casamento”, romance de Nelson Rodrigues censurado em 1967.

A principal resistência ficaria por conta da imprensa nanica que, em geral perseguida e/ou publicada na clandestinidade, teve um espectro de atuação limitado. No entanto, deixaria alguns bons exemplos, como o sempre referido “Pasquim” que, devido principalmente ao talento dos seus colaboradores e ao traço humorístico, logrou alguma longevidade (em especial, pelo que o humor, na sua ambigüidade, permitia cifrar) e repercursão.

No que se refere à renovação de estilo na imprensa, os Estados Unidos veriam surgir ainda na década de 1960 um novo gênero jornalístico que, contrariando o paradigma objetivo vigente, estreitaria suas relações com a literatura. Tratava-se do *New Journalism*, que inicia como uma espécie de artigo extenso, combinando a descrição minuciosa do jornalista com um jeito de narrar que nos seus melhores momentos o aproximava da literatura. Talvez por isso, boa parte dos seus adeptos, como Norman Mailer, Truman Capote e Gay Talese, tenham migrado de suporte para o livro. No Brasil, tais experiências encontrariam eco em jornalistas como Eric Nepomuceno e Marcos Faermann. Mas, são os romances-reportagem os mais importantes tributários desse novo jornalismo. Nas décadas seguinte, surgiriam algumas tentativas ainda mais ousadas de renovar o jornalismo por parte de malucos como Hunter Thompson, que passaram a escrever seus relatos sob efeitos de estimulantes, psicotrópicos, alucinógenos, enfim, qualquer substância que provocasse os chamados “estados mentais alterados”.

Entretanto, na grande imprensa, a função do *copy desk* foi extinta e o jornalista passou a ter cada vez mais controle sobre o seu trabalho, assumindo maior número de funções dentro da redação e chegando, em alguns casos, a interferir na diagramação das matérias. De um modo geral manteve-se a objetividade, que aos poucos vem deixando de ser uma regra inflexível para se transformar numa espécie de conduta ética em prol da credibilidade do veículo.

Conforme foi exposto, o princípio da objetividade, da forma como foi adotado pela grande imprensa a partir de meados dos anos 1950, era resultado de um conjunto de medidas

que pretendia modernizar os principais jornais da época. Segundo artigo de Renato Ortiz que analisa o desenvolvimento dos meios de comunicação no país ao longo do século XX, a imprensa precisou modernizar-se para não perder seus anunciantes para os novos meios que então surgiam: o rádio e a televisão.

O rádio, apesar de chegar no país em 1922, antes de 1935 ainda não se organizara em termos comerciais. De acordo com Ortiz, as emissoras formavam “sociedades e clubes cujas programações eram marcadamente literomusicais. Havia poucos aparelhos (eram de galena), e o ouvinte tinha de pagar uma taxa de contribuição para o Estado pelo uso das ondas”<sup>1</sup>. Só a partir de 1930, com o surgimento dos rádios à válvula e modificações na legislação que permitiam a publicidade no rádio, fixando um limite de 10% na programação diária (esse índice subiria para 20%, em 1952), que o rádio se estruturaria comercialmente.

A televisão aparece em 1950 (São Paulo), 1951 (Rio de Janeiro) e 1955 (Belo Horizonte). Mas assim como o rádio, suas emissoras eram locais e, em geral, concentravam-se nas grandes cidades. Sua programação ainda era feita “ao vivo”, o que também impossibilitava o tráfico de programas entre diferentes emissoras. Além disso, o alto custo dos aparelhos, que até 1959 precisavam ser importados, e as condições restritas de crédito da época limitavam o número de aparelhos receptores: em 1951 eram apenas 3.500 no país, e em 1959, 434.000 (em 1960 a população brasileira chega a 71 milhões de pessoas). Não existia nem mesmo o hábito de assistir televisão. Segundo Ortiz, entre 50% e 90% dos aparelhos permaneciam desligados durante à noite nos dias de semana (aferição feita em São Paulo, 1954). De modo que na divisão do bolo publicitário, a TV abocanhava meros 8% contra 44% dos jornais e 22% dos rádios, em 1958. Embora atrás da imprensa, o rádio já competia com metade da sua receita. O principal diferencial do meio impresso é que ele ainda era o único a conseguir distribuição nacional, isto é, na visão do anunciante ele atingia maior número de consumidores.

Nilson Lage, por sua vez, compara a modernização da imprensa brasileira com o que ocorreu na Europa. Segundo ele, lá houve uma “concentração empresarial” associada a uma significativo elevação das tiragens dos jornais. Com efeito, fecharam entre as décadas de 1960-1970, só no Rio de Janeiro, importantes jornais como: “Diário Carioca”, “A Noite”, “O Jornal”, “Diário da Noite”, “Correio da Manhã” e “Diário de Notícias”, entre outros menores. No entanto, no Brasil, “isso não se refletiu no aumento das tiragens”.

Nesse sentido, como já foi referido, a modernização da imprensa europeia acompanhou a Primeira Revolução Industrial, e lá a concentração urbana exigiu certo grau de instrução (e mesmo por uma questão cultural: guardava-se na leitura uma identificação com as classes mais altas). Ao passo que aqui, o processo de industrialização “coincidiu com o surto dos veículos eletrônicos (o rádio e, depois, a televisão) que, como acontece em outras nações do Terceiro Mundo, ocuparam o lugar dos jornais como elemento de sociabilização, ou adaptação dos contingentes proletarizados à contingência urbano-industrial, faltaria a tradição da leitura”, conforme Lage.

A televisão com certeza oferece o melhor exemplo desse “surto dos veículos eletrônicos”. A produção nacional e o crescimento das facilidades ao crédito pessoal aumentaram consideravelmente o número de aparelhos no país. Em 1965, Ortiz contabiliza cerca de 2.200.000 televisores em território nacional e, em 1970, esse número chega a 4.250.000. Já em 1964, com a chegada do videoteipe, as emissoras puderam começar a gravar os seus programas. A telenovela, por exemplo, passou a ser diária. Ortiz anota que seu sucesso é paralelo à expansão dos aparelhos de televisão e redefine a programação televisiva. Conjugado a isso, a ideologia militar de “Segurança Nacional” através da integração nacional lança as bases para a criação de um Ministério das Telecomunicações, que privilegiaria a construção de redes de telefonia e para a televisão. Assim, através de concessões, “o desenvolvimento das comunicações se fez acoplado ao controle político. Em 1970, significativamente durante a Copa do Mundo, seria inaugurada a transmissão em cadeia nacional; em 1972 surgiria a televisão em cores”<sup>2</sup>. De modo que em 1970 aquela distribuição do mercado publicitário estava completamente alterada, cabendo 39,6% para a TV, 13,2% para o rádio, 21,9% para revistas e 21,1% para jornais.

A respeito destas mudanças, ainda em 1969 Antonio Candido adverte que “os modernos recursos audiovisuais podem motivar uma tal mudança nos processos de criação e nos meios de comunicação, que quando as grandes massas chegarem finalmente à instrução, quem sabe não irão buscar fora do livro os meios de satisfazer as suas necessidades de ficção e poesia”<sup>3</sup>. Os setores ligados à produção ideológica de esquerda perceberam logo esse quadro e passaram a esboçar um projeto de arte popular, voltado para a conscientização das massas, a

---

<sup>1</sup> ORTIZ, apud GOLDENSTEIN: p. 191

<sup>2</sup> IBIDEM: p. 203

<sup>3</sup> CANDIDO, 1969: p. 144

exemplo do que os Centros Populares de Cultura haviam feito junto com a UNE, em 1963. Apartados das massas desde 1964, intelectuais e artistas privilegiaram as expressões artísticas que explorassem os novos meios de difusão.

O próprio Nelson Rodrigues observa que, numa época massificada pelos novos métodos promocionais e pelos novos meio de comunicação, a literatura “tornou-se um assunto antigo, obsoleto, espectral. Os nossos romancistas não fazem um personagem, os nossos poetas não fazem uma metáfora”<sup>4</sup>. Enquanto formas de representação, como o teatro (que, segundo o autor, representa para públicos de 200, 400 pessoas) e a música (que se utiliza dos novos meios para se difundir), atingem multidões, “a pornografia do livro se dirige a um único e íntimo leitor e morre numa relação individualíssima e secreta”<sup>5</sup>.

Nesse contexto, afiançada pela divulgação da televisão e do rádio, a música popular se destaca como principal forma de representação no terreno das artes. Na televisão, em especial, devido aos festivais de música que promove. Durante os anos 1960, Caetano Veloso conta que algumas emissoras se especializam em programas musicais, em especial a “TV Record” que transmitia o “Fino da Bossa” e “Jovem Guarda”. É a “Record”, juntamente com a “TV Excelsior”, também de São Paulo, que promove os primeiros Festivais de Música Popular (1965, 1966) da televisão brasileira. Em resposta, a “TV Globo” criaria no Rio de Janeiro o Festival Internacional da Canção (1967). No livro “Verdade Tropical”, Caetano Veloso esclarece a repercussão desses festivais:

*“Num ambiente estudantil altamente politizado, a música popular funcionava como arena de discussões importantes para a cultura brasileira e para a própria soberania nacional — e a imprensa cobria condizentemente. Os festivais eram o ponto de intersecção entre o mundo estudantil e a ampla massa de telespectadores. Esta, naturalmente, era maior do que a de compradores de discos. Mas em todos os níveis tinha-se a ilusão, mais ou menos consciente, de que ali se decidiam os problemas de afirmação nacional, de justiça social e de avanço na modernização.”*<sup>6</sup>

Frente a essa realidade, Nelson Rodrigues anota que “o escritor tem uma inconsolável nostalgia das massas”<sup>7</sup>, como se procurasse explicar o desprestígio da literatura. Porém, ao

---

<sup>4</sup> RODRIGUES, 1996: p. 173

<sup>5</sup> IDEM, 2001a: p. 29

<sup>6</sup> VELOSO: p. 177

<sup>7</sup> RODRIGUES, 2001a: p. 142

adotar a crônica como meio expressivo<sup>8</sup>, é preciso ter em mente que Nelson passa a dispor de uma nova configuração industrial da imprensa, caracterizada como veículo de comunicação de massa (alicerçado em grandes grupos de comunicação que integravam rádio, televisão e mídia impressa) e cujas tiragens atingem de dezenas de milhares de exemplares (no caso, “O Globo” de Roberto Marinho, o jornal de maior circulação do Rio de Janeiro, além da distribuição nacional).

Apesar da transitoriedade do veículo, Nelson Rodrigues reconhece que dificilmente um livro conhece divulgação de tamanhas proporções. Em vez de desmerecer o gênero, ele aproveitava para compatibilizar suas obsessões: “Aprendi que as coisas ditas uma vez, e só uma vez, morrem inéditas”<sup>9</sup>; com o que ele considerava não um defeito, mas uma característica inerente ao meio: “O meu processo é repetir. Arranquei de mim mesmo a duras penas, uma meia dúzia de imagens. E, um dia sim, outro não, repito a metáfora da antevéspera. A televisão vive das reprises dos seus filmes, eu vivo das reprises das minhas imagens”<sup>10</sup>.

Pensando deste modo, é possível considerar que suas confissões diárias não se dirigiam apenas ao leitor solitário do livro, mas ganhavam uma agenda de consumo social, isto é, um conjunto de leitores inserido num debate contextualizado que diz respeito à coletividade. O importante é que mesmo assim, com uma difusão em massa, as suas crônicas resguardavam a condição do indivíduo através da leitura (a leitura não deixa de ser um ato solitário). Assim, do seu modo, o cronista procurava reconciliar o escritor com as massas.

---

<sup>8</sup> Ruy Castro observa que durante o período em que escreveu a maior parte de suas confissões, Nelson Rodrigues interrompeu sua produção dramaturgica.

<sup>9</sup> RODRIGUES, 2002: p. 67

<sup>10</sup> IDEM, 2003: p. 235

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves de et al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 199p.
- ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993. 188p.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 4ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1990. 2v.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskow. In: TEXTOS ESCOLHIDOS. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 57-74.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: *PARA GOSTAR de ler*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1980. v. 5. p. 5-13.
- CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 457p.
- CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira S.A., 1964. 123p.
- \_\_\_\_\_. *Quase memória: quase-romance*. 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 213p.
- DEAK, Csaba. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. 347p.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 1995. 650p.
- FISCHER, Luís Augusto. Crônica dos vinte anos: estudo sobre as crônicas de Machado de Assis editadas em 1859. *Revista Nonada*, Porto Alegre: N° 2, p. 159-183, jan./jul. 1999.
- \_\_\_\_\_. Indivíduo contra a massa: Nelson Rodrigues trágico. *Filosofia Política*, Rio de Janeiro: , N° 2, p. 87-101. 2001.
- \_\_\_\_\_. *Nelson Rodrigues ensaísta*. Porto Alegre: 1998. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, UFRGS, 1998.
- FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite. 1964: o que vi e vivi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 207p.

- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1979. 190p.
- GOLDENSTEIN, Lidia. *Brasil: Um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 522p.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. 3ª edição. Florianópolis: Insular, 2001. 158p.
- MALAN, Pedro. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Bóris; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989-1995. 11v.
- MELO, José Marques de. *Opinião no jornalismo brasileiro*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994. 208p.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 732p.
- NOSSO SÉCULO: Brasil. São Paulo: Abril Cultural, 1986. 10v.
- PARA GOSTAR de ler. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1980. v. 5. 78p.
- PATARRA, Neide. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, Bóris; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989-1995. 11v.
- PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1968. 239p.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- RODRIGUES, Nelson. *A cabra vadia: novas confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 300p.
- \_\_\_\_\_. *A menina sem estrela: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 279p.
- \_\_\_\_\_. *A pátria em chuteiras: novas crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 195p.
- \_\_\_\_\_. *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 197p.
- \_\_\_\_\_. *O óbvio ululante: primeiras confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 303p.

\_\_\_\_\_. *O reacionário: memórias e confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 351p.

\_\_\_\_\_. *O remador de Ben-Hur: confissões culturais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 295p.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: \_\_\_\_\_. *O pai de família e outros estudos*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 61-91.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: Uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Bóris; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989-1995. 11v.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 235p.

VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 524p.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988. 314p.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1998. 282p.